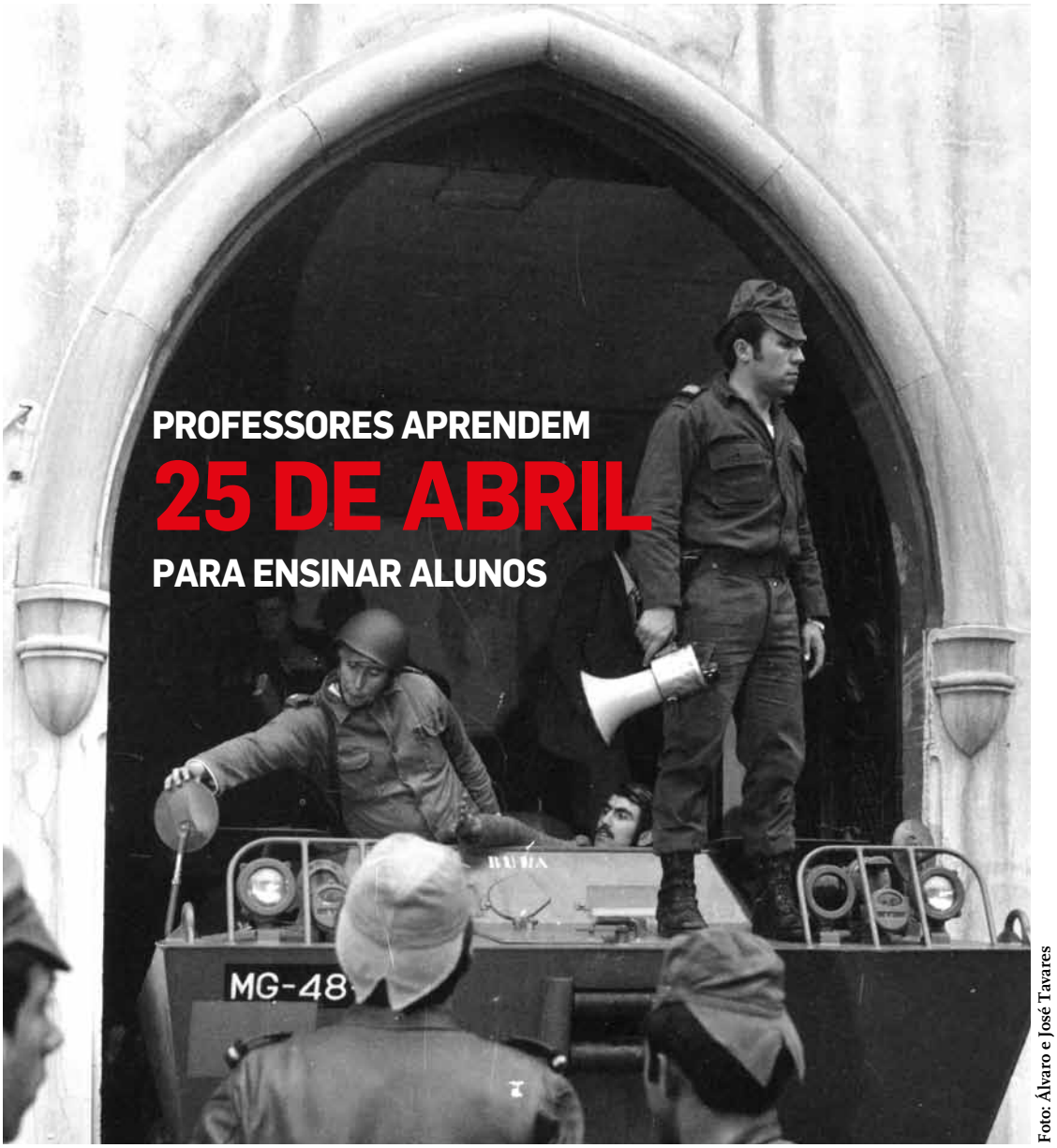
ALÍPIO DE FREITAS, EDMUNDO PEDRO E JÚLIO POMAR

Sócios de Honra

O REFERENCIAL



PROFESSORES APRENDEM 25 DE ABRIL PARA ENSINAR ALUNOS

Foto: Álvaro e José Tavares

REVISTA DA ASSOCIAÇÃO 25 DE ABRIL
Director: Martins Guerreiro | Nº 128 | Janeiro – Março 2018

Direitos Reservados

JANTAR COMEMORATIVO

do 44.º Aniversário do 25 de Abril

Tenda instalada no espaço do Centro Cultural de Belém, Lisboa, dia 24 de abril de 2018, pelas 20h00
Inscrições devem ser feitas na Associação 25 de Abril através do telefone 213 241 420
ou por correio eletrónico – a25a.sec@25abril.org
Roga-se aos interessados que procedam antecipadamente ao pagamento e levantamento da senha de ingresso, junto da secretaria da sede nacional.

25 de Abril de 1974, foto de: Alfredo Cunha

4 EDITORIAL
Valores da nossa identidade, Martins Guerreiro

6 TEMA DE CAPA
Roteiro didático e pedagógico
O 25 de Abril em Lisboa, Marília Afonso | **8**

46 ALMOÇOS COM HISTÓRIAS
Rosado da Luz: Ao ver Champalimaud a dar parabéns a Spínola pensei que estava na Revolução errada..., Ribeiro Cardoso | 46
Jorge Golias, Pai da Revolução | **54**

60 OPINIÃO
Tráfico de drogas e offshore, René Tapia | **60**
Transformação de Portugal num Estado Exíguo, Manuel B. Martins Guerreiro | **66**
Referenciais da deserção, Manuel Pedroso Marques | **76**

82 LIVROS
Geopolítica e Geoestratégia de Pedro de Pezarat Correia, Nota de Leitura, M. Malheiros | **82**
O Concreto da Paz Só com Justiça, Januário Torgal Ferreira, Editorial Caminho, Alfragide, 2017. Gostava que o mundo ficasse novo, J.A.S. | **85**

88 EVOCAÇÃO
Luís França Galvão e a cultura do Bridge, António Eanes | **88**

90 MEMÓRIAS
Uma girândola de luz em Oeiras | **88**
O meu (longo) 25 de Abril, M. Arons de Carvalho | **94**

96 BOLETIM
Cartaz do 25 de Abril de 2018 | **96**
Assembleia Geral aprova contas | **98**
Três Novos Sócios de Honra | **99**
Relatório e Contas do exercício de 2017 | **102**

134 JANGO
OTAN – Era Trump | **134**

"O REFERENCIAL" ERROU

No relato dos "almoços com histórias" de Carlos de Almada Contreiras, sob o título "Acaso de transmissões neutralizou fragata", publicado na edição anterior, na página 59, referiu-se: "No dia da Revolução", a Almada Contreiras, então capitão-tenente, coubera-lhe a missão de velar pelas comunicações do MFA, na Penha de França, Lisboa," quando, na verdade, deveria ter sido escrito "(...) velar pelas comunicações do MFA no centro de comunicações da Armada, no Terreiro do Paço".
Referir, ainda, que na legenda publicada na página 66, onde se escreveu bombardeiro B-52 a abastecer um K-135 deveria ter-se escrito K-135 a abastecer um bombardeiro B-52.
Por estes dois lapsos, a Almada Contreiras e José Ingácio Domínguez, bem como aos leitores, pedimos desculpa.

VALORES
da nossa identidade

MARTINS GUERREIRO

O 25 de Abril, a sua história e os valores que inspiraram os jovens militares são um elemento essencial da História de Portugal, o mais recente contributo definidor da nossa identidade.

Transmitir às novas gerações, em especial aos professores e alunos, as motivações e vivências dos protagonistas desse acontecimento é um dos fins da A25A.

Neste número de *O Referencial* um grupo de 21 professores, sob a coordenação de Marília Afonso, exprimem a sua opinião sobre o que significou o curso de formação que frequentaram em 2016, dirigido por Aniceto Afonso, garante da qualidade para acreditação, com a participação de alguns protagonistas directos do 25 de Abril na acção militar que se desenrolou em Lisboa.

Efectuaram visitas aos locais da Revolução na área metropolitana de Lisboa; adquiriram novos conhecimentos e ferramentas para nas suas escolas ensinarem o que foi o 25 de Abril, de modo a contribuírem para a consolidação de uma cidadania activa e consciente. Muitos destes professores, acompanhados pelos seus alunos e com a participação de alguns dos militares intervenientes, têm continuado em cada ano lectivo a fazer este percurso histórico, criando assim um verdadeiro roteiro didáctico e pedagógico da Revolução de Abril: do Terreiro do Paço, Largo do Carmo e sede da PIDE ao Rádio Clube, Caçadores 5, Quartel-General e posto de comando na Pontinha.

Hoje damos particular relevo a este trabalho, realizado sob a coordenação da Marília e do Aniceto Afonso, que continua a dar os seus frutos.

As páginas da nossa revista estão abertas para dar notícia e informação dos projectos e acções que felizmente, por acção de militares de Abril, a partir da sede, das delegações, núcleos ou individualmente, continuamos a realizar nas escolas com os alunos a fim de lhes transmitir o que foi o 25 de Abril e o que hoje essa data significa. Exemplo significativo do que aqui se afirma, é o contributo da Escola Seomara da Costa Primo manifestado na produção do cartaz oficial das comemorações do 25 de Abril de 2018.

Devemos igualmente assinalar o trabalho que se faz nas universidades e as teses que são defendidas sobre o tema do 25 de Abril, onde incluímos o *Livro Livre*, resultante de uma dessas teses.

Apelamos aos militares de Abril, professores, autores de teses sobre o 25 de Abril com expressão didáctica e alunos que se tenham empenhado em acções específicas, no sentido de colaborarem com a nossa revista na nobre missão de transmitir o que foi o 25 de Abril, sobretudo a importância dos seus valores para a dinamização de uma cidadania jovem.

Além do tema de capa, incluímos uma nova coluna: Memórias: "Uma Girândola de Luz em Oeiras" e "O Meu Longo 25 de Abril".

Continuamos os "Almoços com História", neste número com as participações de Jorge Golias e Rosado da Luz.

Nos artigos de opinião são abordados temas de interesse por René Tapia – "O Tráfico de drogas e offshore" e por Pedro Marques – "Referenciais da Deserção"; Macaísta Malheiros escreve sobre a sua leitura do livro "Geopolítica e Geoestratégia", de Pezarat Correia.

O Referencial evoca, mais uma, vez o nosso companheiro e camarada Luís Galvão.

Por último, na continuidade da posição da Direcção e da Assembleia Geral da A25A, quero assinalar a morte do coronel Varela Gomes, homem de rija têmpera, de uma geração de lutadores bem anterior à dos capitães de Abril, cuja acção de luta contra o regime salazarista ficou impressa na história da resistência dos militares ao fascismo corporativista português e no pós-25 de Abril na luta pela emancipação de um povo, e na procura de uma vida mais livre, justa e digna. Deixou-nos fisicamente um homem de convicções inabaláveis e de espírito crítico indomável, cuja memória permanece bem viva. Até sempre, companheiro!

25 de Abril de 1974, foto de: Alfredo Cunha

ROTEIRO DIDÁTICO E PEDAGÓGICO

O 25 DE ABRIL EM LISBOA

MARÍLIA AFONSO

NOS ANOS LETIVOS de 2014 a 2016, a A25A levou a efeito um projeto de visitas aos lugares da Revolução, por alunos e professores da área metropolitana de Lisboa.

Na sua sequência, o Centro de Formação da Associação de Escolas de Sintra e a A25A assinaram um protocolo de cooperação que incluía a realização de uma ação de formação para professores, desenvolvendo a mesma ideia.

O Centro de Formação obteve a certificação da ação de formação, que assentou nas seguintes orientações:

a) O curso deveria decorrer em Lisboa, sendo a parte prática constituída por visitas de estudo aos lugares emblemáticos dos acontecimentos na madrugada de 25 de Abril:

- Posto de Comando da Pontinha
- Percurso da coluna de Salgueiro Maia em Lisboa
- Largo do Carmo, Quartel e Museu da GNR
- Rua António Maria Cardoso (sede da ex-PIDE/DGS)
- Rádio Clube Português
- Quartel-General do Governo Militar de Lisboa
- Estas visitas deveriam ser guiadas e comentadas por alguns dos protagonistas do 25 de Abril, dando testemunho direto sobre os acontecimentos vividos na primeira pessoa.

b) O curso deveria proporcionar aos professores acesso a fontes e testemunhos fundamentais para a compreensão e ensino da história recente do País, contribuir para dotar os professores de recursos adequados para replicarem com os seus alunos as experiências vividas, através da recolha do testemunho direto de protagonistas da re-

Assinatura do protocolo entre a A25A e o Centro de Formação da Associação de Escolas de Sintra

A25A

A25A

O coronel Otelo Saraiva de Carvalho no Posto de Comando da Pontinha

A25A

O coronel Rosado da Luz no Largo do Carmo

volução e consolidar uma cidadania ativa e consciente.

A ação de formação realizou-se nos dias 22 de outubro, 5 e 12 de novembro de 2016, tendo sido planeada pelo diretor do Centro de Formação, Luís Sérgio e por Marília Afonso, em representação da A25A. Orientada cientificamente pelo coronel Aniceto Afonso, nela participaram os seguintes convidados/formadores: majores-generais Edorindo Ferreira; Pena Madeira e Pezarat Correia; os coronéis Jorge Golias, José Fontão, Nuno Andrade (GNR), Otelo Saraiva de Carvalho, Rosado da Luz, Sousa e Castro e Vasco Lourenço; e o jornalista Joaquim Furtado.

Participaram 21 professores de distintas áreas de ensino, nomeadamente História, Português, Geografia, Filosofia, Economia, Informática e Educação Especial.

O programa distribui-se pelos três dias, segundo um plano previamente elaborado e aprovado.

No Posto de Comando da Pontinha deram os seus testemunhos o major-general Pena Madeira sobre a montagem da linha telefónica para o quartel da Pontinha e sobre a organização do sistema de comunicações previsto no plano de operações; e o coronel Otelo Saraiva de Carvalho, que explicou como foi coordenada a partir daquele local a operação militar, não só na cidade Lisboa como a nível nacional. O coronel Aniceto Afonso iniciou os trabalhos com uma exposição sobre a Guerra Colonial e o Movimento dos Capitães.

Por sua vez, os coronéis Sousa Castro e Rosado da Luz acompanharam e comentaram o percurso que recorda a ação de Salgueiro Maia, assim como os momentos mais críticos da revolução.

Foi, igualmente, incluída neste percurso a deslocação à Rua António Maria Cardoso, relembrando os acontecimentos dramáticos que ali ocorreram, junto à sede da PIDE/DGS.

A25A

O coronel Jorge Golias na sala da A25

A25A

Aspeto do almoço-convívio na A25A

A visita ao quartel do Carmo foi acompanhada pelo coronel Nuno Andrade que falou sobre a situação vivida no interior daquela unidade até à rendição de Marcelo Caetano.

Na sala da A25A fizeram palestras o coronel Vasco Lourenço, falando sobre as duas tendências no MFA nos acontecimentos do 25 de Abril; o major-general Pezarat Correia, que falou sobre a descolonização e sobre o caso de Angola, em particular; o coronel Jorge Golias sobre a descolonização da Guiné; o coronel Aniceto Afonso sobre a descolonização de Moçambique e o major-general Edorindo Ferreira, que apresentou a participação militar na organização das eleições de 1975 e 1976.

A parte prática desta ação de formação incluiu também uma visita ao Quartel General do Governo Militar de Lisboa e ao exterior do antigo quartel do Batalhão de Caçadores 5, em Campolide, acompanhadas e explicadas pelo coronel José Fontão, incluindo as circunstâncias dos acontecimentos e a sua própria participação neles.

A visita terminou com a presença dos formandos junto às instalações do antigo Rádio Clube Português, acompanhados pelo jornalista Joaquim Furtado, que deu o seu testemunho sobre a situação que ali viveu na madrugada do 25 de Abril. Infelizmente não foi possível o acesso ao interior das instalações.

Para conclusão da ação de formação, realizou-se um almoço convívio e fez-se a análise dos relatórios individuais dos participantes, segundo os procedimentos de avaliação obrigatórios.

Na sequência dos trabalhos, realizou-se, na A25A, uma exposição fotográfica, onde se incluíram alguns textos constantes dos relatórios dos formandos, que se adiante destacam.

Todas as sessões foram gravadas, encontrando-se acessíveis na página do Centro de Formação da Associação das Escolas de Sintra em: https://cfaesintra.wordpress.com/roteiro-didatico-e-pedagogico-o-25-de-abril-em-lisboa-reportagem/

O 25 DE ABRIL EM LISBOA

25 de Abril de 1974, foto de: Álvaro e José Tavares

PERCURSO DA COLUNA DE SALGUEIRO MAIA EM LISBOA

jm design & edições

CONSOLIDAÇÃO DE CONHECIMENTOS

Eduardo Teixeira
(Português)

ESTA AÇÃO DE FORMAÇÃO consolidou os conhecimentos já adquiridos sobre o tema em análise tendo contribuído para o aumento dos mesmos com a abordagem de assuntos menos conhecidos – como, por exemplo, a importância da instalação da rede de comunicações ligando o Colégio Militar ao posto de comando na Pontinha (...) ou a participação do Exército na montagem da logística que contribuiu para a realização dos primeiros atos eleitorais após o 25 de Abril, entre outros (...). Tais contributos poderão sempre ser utilizados quando, na abordagem mais geral do 25 de Abril, o seu desenvolvimento torne pertinente a sua referência.

A aplicação de todos estes conhecimentos em contexto escolar pode ter cabimento na realização de um percurso em tudo idêntico ao que se realizou no primeiro dia da ação de formação. Tal é possível no âmbito da realização de uma atividade desenvolvida anualmente na escola onde leciona o autor do presente relatório e que se chama "Passeios com a História". Esta atividade, em regime de voluntariado e dirigida aos alunos e respetivos familiares, realiza-se em duas tardes de sábado a combinar, nos finais de cada ano letivo, e desenrola-se do Terreiro do Paço à Praça dos Restauradores. Não é de todo impossível realizar-se um passeio com a história centrado no 25 de Abril em que o relato de pormenores ao longo do seu percurso substitua a referência a outros temas e épocas abordados nos passeios originais.

A25A

O major-general Pena Madeira no Posto de Comando da Pontinha

25 de Abril de 1974, foto de: Álvaro e José Tavares

25 de Abril de 1974, foto de: Alfredo Cunha

PORTA-VOZES DE TESTEMUNHOS

Gisela Pinto
(História)

A MINHA PARTICIPAÇÃO nesta ação de formação surgiu como uma possibilidade de abrir novas perspetivas e adquirir novas ferramentas para enfrentar os desafios do ensino deste período revolucionário. Assim, é muito importante, do meu ponto de vista, adquirir estratégias/conhecimentos para ir acompanhando as mudanças que se vão operando na sociedade, na escola e na minha sala de aula.

Durante o tempo de formação, existiu cooperação, partilha de ideias e de materiais, processo essencial para a prática reflexiva que a profissão docente exige. Saliento, por isso, o bom ambiente de aprendizagem criado, não só pela boa disposição e disponibilidade dos diferentes formadores e da organização, mas também pela interajuda que se gerou entre os formandos. A forma como os conteúdos foram explicados e o processo de demonstração da sua aplicação motivou os formandos.

Considero que o facto de termos tido como formadores-convidados pessoas que viveram, na primeira pessoa, os acontecimentos tornou-se a mais-valia da ação. Ainda que, como licenciada em História, tenha o dever de ouvir as várias vozes da História e depois construir a teoria mais próxima da realidade, a verdade é que a experiência de conhecer alguns dos homens de Abril foi inestimável. Guardo, nas memórias mais recentes, as palavras do major-general Pena Madeira que, em jeito de despedida, me disse que depois desta formação, nós passávamos a ser os porta-vozes dos seus testemunhos e que com toda a certeza isso ia alterar a forma como ensinamos os nossos alunos.

DIFERENTES TENDÊNCIAS

O coronel Otelo Saraiva de Carvalho no Posto de Comando da Pontinha

A25A

Marília Duarte

(Português e Estudos Sociais/História)

A DINÂMICA DA EVOLUÇÃO do Movimento dos Capitães para o Movimento das Forças Armadas (MFA), as suas contradições e dificuldades ajudam também a explicar um pouco da História do período pós golpe militar.
Sobre este tema, saliento a intervenção do coronel Vasco Lourenço, onde nos reportou a sua visão sobre a dialética e as diferentes tendências existentes no Movimento dos Capitães e no MFA e a forma como as mesmas estão espelhadas nos acontecimentos que precederam o 25 de Abril, a dificuldade de relacionamento entre as diferentes fações, nomeadamente a spinolista, que estiveram na génese da assunção do poder pelo general António de Spínola, o golpe Palma Carlos, o 28 de Setembro e o 11 de Março.
Finalmente foi gratificante ouvir o relato que escutei diretamente de operacionais como o coronel Otelo Saraiva de Carvalho, que fez uma excelente intervenção explicativa da forma como coordenou o comando das operações, com a particularidade dessa comunicação ter sido feita no local onde os factos relatados se passaram.

25 de Abril de 1974, foto de: Alfredo Cunha

MAIS-VALIA INESTIMÁVEL

Cristina Ferreira
(História)

O CONTACTO COM OS PROTAGONISTAS e a realização do percurso pelos locais emblemáticos na Revolução foram uma mais-valia inestimável nesta ação de formação. A ação correspondeu às minhas expectativas iniciais. Foi extremamente enriquecedora quer a nível pessoal, quer a nível profissional.
A intervenção de Pena Madeira foi aliciante, uma vez que apresentou factos para mim desconhecidos, relacionados com as comuni-

A25A

O coronel Sousa e Castro no Terreiro do Paço

cações (...) A Intervenção de Otelo Saraiva de Carvalho deu-nos a visão do coordenador da Revolução, a partir do Posto de Comando, principalmente porque foi transmitida no próprio local (...)
A experiência de Rodrigo de Sousa e Castro contada na primeira pessoa sobre o dia da Revolução, nos espaços em que a mesma ocorreu foi uma experiência bastante enriquecedora. A comunicação e diálogo estabelecido no Terreiro do Paço e junto do edifício sede da PIDE/DGS foram experiências vividas, que certamente nenhum dos presentes irá esquecer.
A comunicação de Rosado da Cruz no Largo do Carmo e a visita ao quartel do Carmo, dirigida por Nuno Andrade, enquadra-se nesta mesma experiência. No final do dia sentia-me cansada mas bastante satisfeita, tendo as minhas expectativas iniciais sido largamente ultrapassadas.

25 de Abril de 1974, foto de: Álvaro e José Tavares

TESTEMUNHOS FUNDAMENTAIS

Lucília do Carmo Oliveira (História)

EMPOLGANTE A PLANIFICAÇÃO do golpe militar e todo o desenrolar dos acontecimentos que, em determinadas situações, poderia ter decorrido de forma desfavorável. Fundamentais os testemunhos relacionados com a descolonização, espelho das correntes antagónicas que perpassavam os vários níveis do poder instalado na época, e que permitiram uma maior compreensão do rumo tomado pelo país naquele momento.
Por fim, muito importante o papel desempenhado pelos militares a nível da logística e escrutínio dos resultados nas primeiras eleições livres, algo que desconhecíamos. (...)
Leciono as disciplinas de História A e a opção Ciência Política a turmas de 12º ano em que a temática da revolução do 25 de abril (e respetivas causas e antecedentes) e a transição para a democracia constituem conteúdos de abordagem obrigatória.
Assim, poderei motivar os alunos para estes conteúdos partindo da realização de um roteiro pedestre por Lisboa – do Terreiro do Paço ao Carmo, por exemplo – ou do visionamento do filme "A Hora da Liberdade"; a partir daí será possível uma mais eficaz orientação na elaboração de trabalhos (em formato monográfico, de webquest ou trabalho de projeto, este último com recurso a fontes orais) sobre o tema, uma contextualização dos assuntos mais fundamentada, bem como uma maior diversificação de linhas de pesquisa a aprofundar.

25 de Abril de 1974, foto de: Álvaro e José Tavares

25 de Abril de 1974, foto de: Álvaro e José Tavares

MUITOS PORMENORES

Dília Santos (História)

APÓS UM ALMOÇO ligeiro, a deslocação até ao Terreiro do Paço, para ouvir o coronel Rodrigo Sousa e Castro com o tema "Salgueiro Maia: do Terreiro do Paço ao Largo do Carmo". Os acontecimentos vividos naquele espaço, nomeadamente, a chegada do capitão e muitos dos pormenores então ocorridos foram revelados, constituindo motivo de grande interesse para todos. Idêntica situação pelo resto da tarde com o percurso pedestre até ao Quartel do Carmo e passagem pela antiga sede da PIDE/DGS onde foram reveladas várias situações ocorridas neste espaço. Na chegada ao Largo do Carmo, foi a vez do coronel Rosado da Luz relatar, em primeira mão, os acontecimentos vividos no dia 25 de Abril de 1974. A tarde terminou com uma visita guiada ao interior do Quartel do Carmo, com o coronel Nuno Andrade que não sendo protagonista dos acontecimentos vividos no interior do recinto, os relatou de forma pormenorizada e assaz interessante, salientando o papel da GNR na Revolução.

25 de Abril de 1974, foto de: Fernando Baião

QUESTÃO COLONIAL

O coronel Aniceto Afonso na sala da A25A

A25A

Madalena Amorim
(História)

ATRAVÉS DOS TESTEMUNHOS diretos dos protagonistas – fontes primordiais para o estudo do 25 de Abril –, na ação de formação desenhou-se uma análise histórica que, partindo da questão colonial, conduziu à contextualização da guerra colonial e da génese do Movimento dos Capitães e do Movimento das Forças Armadas.
Seguiu-se o delinear da Operação Viragem Histórica e o relato da eclosão da revolução, dos acontecimentos da madrugada e do dia de 25 de abril.
As tensões político-ideológicas no interior do movimento revolucionário, o desmantelamento da polícia política, o reconhecimento dos movimentos nacionalistas e as negociações para o processo de descolonização, culminando no contributo do Exército para o sucesso do processo eleitoral do novo regime, foram conteúdos fundamentais para enriquecer a compreensão do processo que conduziu à construção do Portugal democrático.

COMUNICAÇÕES RIGOROSAS

Teresa Paula Gaspar
(Filosofia, Educação e Formação de Adultos)

DAS COMUNICAÇÕES EFETUADAS pelos diferentes intervenientes, tendo considerado todas interessantes e mobilizadoras para a aquisição de conhecimentos, quero salientar a importância de algumas. Todas as comunicações do coronel Aniceto Afonso foram rigorosas, apresentando dados objetivos sobre a Guerra Colonial. Saliento a comparação apresentada sobre o esforço de guerra feito por Portugal e aquele que foi feito no Vietname pelos Estados Unidos da América. Apesar das diferenças entre os dois conflitos, foram expressivos e impressivos os dados relativos ao número de pessoas envolvidas na guerra, ao tipo de ocupação dos espaços (consoante o território onde se desenvolviam as atividades bélicas), aos recursos materiais necessários para alimentar a situação. (...)
O coronel Otelo Saraiva de Carvalho é um comunicador nato, um contador da história e de estórias, efusivo que imprime ao seu relato um tom vivo e ideológico. Sendo uma das figuras do MFA que tem mais visibilidade nos meios de comunicação social, o conteúdo do que disse já era conhecido e reforçou uma perspetiva da Revolução feita em torno de valores políticos.
O coronel José Fontão imprimiu à sua participação uma visão humanista dos tempos difíceis da situação de guerra. Para além de informações sobre a sua participação no movimento, saliento o relato que fez das suas comissões na Guiné e em Angola. (...)
Em relação à organização da ação de formação quero referir que foi uma das melhores em que tive o privilégio de participar, quer pelo conteúdo, quer pela forma como este foi transmitido, não descurando a disponibilidade de os participantes porem o seu saber à disposição de todos.

A25A

O jornalista Joaquim Furtado junto ao antigo Rádio Clube Português

PERCEÇÃO MAIOR

Dília Santos
(História)

A TARDE INICIOU-SE com um encontro junto ao portão antigo do Quartel-General. O coronel José Fontão relatou os acontecimentos que reportam à tomada do Quartel. Seguidamente, na companhia do nosso "guia", o grupo deslocou-se até à antiga sede do Rádio Clube Português, passando pela Rua Marquês da Fronteira e pela Rua Sampaio e Pina. Ao longo deste percurso, foram transmitidas mais informações. Chegados ao destino, pudemos ouvir os acontecimentos vividos em primeira mão pelo jornalista Joaquim Furtado. Sob o tema "O RCP ao serviço da Revolução", os momentos importantes da madrugada de 25 de Abril de 1974 e o do próprio dia foram relatados. Oportunidade ainda para visualizar alguns documentos da época, nomeadamente boletins informativos sujeitos à Comissão de Censura.
No final da ação, fiquei com uma perceção maior da ação valorosa do grupo de homens que fez a Revolução, um grupo que soube lutar pelos seus ideais, ser persistente e muito organizado no planeamento de todas as ações revolucionárias de modo a que, uma vez em marcha, não fosse mais possível voltar ao estado anterior. Uma revolução que se pautasse pelo sucesso e permitisse ao país olhar com esperança real para o seu futuro. A coragem esteve sempre presente acompanhada pela persecução de ideais e por uma necessidade de alterar, modificar, alcançar.

IMPORTÂNCIA DA HISTÓRIA ORAL

David Luna de Carvalho
(História e Geografia)

RECONFIRMEI A IMPORTÂNCIA da História Oral e do seu exercício para a compreensão da História Contemporânea, nomeadamente aquela fundada pela Revolução de 25 de Abril de 1974. O meus alunos fazem e continuarão a fazer trabalhos de recolha de depoimentos sobre o "antes" e o "depois" do 25 de Abril no quotidiano das pessoas, mas também sobre as guerras coloniais, uma vez que podem sempre falar com familiares ou amigos que participaram nelas. Este aspeto é especialmente interessante se tivermos em conta que as turmas do segundo ciclo no Portugal pós 25 de Abril são muito multiculturais, tendo muitos alunos cujos avós pertenceram aos movimentos de libertação das ex-colónias. Deste modo pode chegar-se ao ponto de ter ambas as perspetivas das várias guerras/guerrilhas.
Em suma, reconfirmei a importância da História Contemporânea Portuguesa, nomeadamente a sua última fase como processo de estimulação do conhecimento histórico e da identidade social.
A continuidade de ações de formação, nomeadamente com duração superior, como através da sua organização em oficina de formação, será sempre de grande importância para a atualização didática, pedagógica, mas também científica, dos professores. Estes também não se deveriam restringir às disciplinas de História e de Geografia, devendo poder abarcar os colegas do 1.º Ciclo e de outras disciplinas de outros ciclos como Português. É que o 25 de Abril não se pode limitar ainda a uma dimensão puramente histórica, ele ainda marca um quotidiano que se constrói e que envolve uma dimensão cívica tão inerente a outros níveis e áreas do conhecimento e da vida.

BALANÇO
FRANCAMENTE POSITIVO

O major-general Edorindo Ferreira na sala da A25A

Carla Martins
(História)

PARA FINALIZAR, o major-general Edorindo Ferreira descreveu de forma quase poética, a participação do Exército nas primeiras eleições democráticas, as mais participadas de sempre, desde o recenseamento da população, à criação das mesas e boletins de voto até ao apuramento total dos resultados. Foi um excelente ponto final.
Esta ação foi sem dúvida uma mais-valia no desenvolvimento das minhas competências pessoais e profissionais, tendo correspondido plenamente às minhas necessidades de formação. Proporcionando-me "um olhar fora dos livros e para além dos livros", constituiu novas aprendizagens e abordagens para a minha prática letiva. Na verdade, conhecer um pouco mais das estórias por dentro da história permitir-me-á usá-las como fatores motivadores e facilitadores das aprendizagens. A educação e a escola têm um papel fundamental na inculcação de valores como o da identidade de um povo, criando nos nossos alunos cidadãos ativos, informados, críticos e interventivos.
O balanço é francamente positivo. A ação superou grandemente as expetativas. As aprendizagens foram muito enriquecedoras e o contacto com protagonistas, todos excelentes oradores e exímios comunicadores e "contadores" de histórias, foi verdadeiramente um privilégio.

REVISITAÇÃO
DE LOCAIS E MEMÓRIAS

Aspeto do almoço-convívio

Auda Loureiro (História)

NA MEDIDA EM QUE o meu conhecimento sobre a "matéria" se alargou e aprofundou, compreendendo mais os conteúdos, considerando que fui tocada pela "vivência" e importância da memória histórica a transmitir, não só pelo carácter científico e cultural, mas, sobretudo, pelo valor histórico e memorial, a frequência deste curso impele-me à revisitação dos locais e das memórias. Desde logo, "in loco", com os alunos.
Na sala de aula será possível utilizar a documentação saída da ação, nomeadamente os vídeos, aliando-os à utilização de novas ferramentas, atrativas e de fácil manuseamento em qualquer suporte, computador, tablet ou telemóvel. Um exemplo do que é possível fazer é a utilização do "Thinglink", que nos permite a partir duma fotografia carregar em pontos previamente identificados e ter um manancial de informação pertinente e diversificada. É possível, por exemplo, juntar todos os espaços do Roteiro numa só foto e a partir daí fazermos um roteiro virtual. Exemplo: ver ligação seguinte e carregar nos pontos identificados na fotografia. Trabalho com os alunos em "Thinglink" https://www.thinglink.com.
O almoço final foi "a cereja em cima do bolo", pois proporcionou, num ambiente descontraído, mais conhecimento e proximidade entre todos os intervenientes: formadores (capitães de Abril) e formandos (professores).

25 de Abril de 1974, foto de: Álvaro e José Tavares

ELEVADO NÍVEL DAS COMUNICAÇÕES

Mário Simões
(Geografia)

OS CONTEÚDOS SELECIONADOS foram pertinentes, não se limitando aos acontecimentos do próprio dia 25 de Abril, mas abordando todo o contexto político, militar, económico e social que conduziram ao golpe de Estado, abrangendo também os acontecimentos que se lhe seguiram... (...)

A25A

O coronel Vasco Lourenço e o professor Luís Sérgio no almoço-convívio

Os fenómenos (sociais, económicos, políticos, culturais, ambientais) do presente, com que os professores de Geografia trabalham no seu dia-a-dia na sala de aula com os seus alunos, são influenciados pelos factos do passado. Por isso, é necessário que os alunos conheçam o enquadramento da história recente do País, para que possam compreender o presente.

A articulação curricular deve promover a cooperação entre os docentes do mesmo conselho de turma (articulação horizontal), procurando adequar as orientações curriculares e o currículo nacional aos interesses e necessidades específicos dos alunos através da articulação e da contextualização dos saberes. Para que os alunos deixem de ter uma visão fragmentada da realidade, é necessário articular os conteúdos e as estratégias, devendo os professores promover a interdependência entre as diferentes áreas do saber.

Destaco o elevado nível das competências de comunicação dos vários oradores/convidados. Foi evidente o entusiasmo e a disponibilidade demonstrada por todos eles, mostrando-se cordiais, permitindo uma boa interação entre formandos e formadores/convidados.

25 de Abril de 1974, foto de: Álvaro e José Tavares

DESPERTAR
PARA OUTRO OLHAR

Madalena Amorim
(História)

ESTOU CIENTE QUE a participação nesta ação de formação foi uma mais-valia para o enriquecimento das minhas competências docentes. Destaco a satisfação que senti ao aprofundar conhecimentos de natureza científica e com as expetativas que criei de estar mais habilitada e, como tal, mais entusiasmada para fomentar nos meus discentes uma maior apetência e envolvimento no estudo da temática do 25 de Abril. Move-me o reforço da qualificação profissional com vista a promover a melhoria dos processos de ensino e aprendizagem. Neste momento, creio que estou mais capacitada para promover a mudança da cultura de sala de aula e contribuir para "Despertar para um outro olhar, para uma visão fora dos livros e para além dos livros, de um dos acontecimentos mais marcantes da História de Portugal [...]."

A25A

Aspeto do almoço-convívio

De facto, o privilegiado acesso a testemunhos na primeira pessoa dos protagonistas e nalguns dos principais palcos das operações que conduziram e consagraram o 25 de Abril, enriqueceu de forma indelével a dinâmica pedagógica que me norteia e que se pauta, primordialmente, pelo contributo para a construção e consolidação de uma cidadania ativa e consciente.

ESTRATÉGIAS
MOTIVADORAS

Fernanda Azevedo
(História)

A METODOLOGIA SUPEROU as minhas expetativas, porque conseguiu juntar a visita de locais emblemáticos da Revolução com o testemunho de protagonistas que se destacaram no decorrer dos acontecimentos revolucionários. (...)
Posteriormente foi o testemunho do coronel Vasco Lourenço com o tema "Duas tendências no MFA", no qual procurou esclarecer as divisões e frações após a Revolução.
O último interveniente da manhã foi o do major-general Pezarat Correia que apresentou o tema "A descolonização em Angola". A sua intervenção foi muito pertinente porque apresentou dados estatísticos que eram desconhecidos. (...)
As estratégias foram motivadoras, nomeadamente os materiais fornecidos que foram um guião condutor que contribuiu para contextualizar os testemunhos dos vários protagonistas da Revolução.
Saliento também o percurso pedestre pelos locais emblemáticos, nomeadamente no Quartel do Carmo que foi muito aliciante.

A25A

O coronel José Fontão no almoço-convívio

METODOLOGIAS INTERESSANTES

Teresa Paula Gaspar
(Filosofia, Educação
e Formação de Adultos)

ATENDENDO ÀS CARATERÍSTICAS da maior parte dos formandos com que trabalho (jovens adultos com poucos conhecimentos sobre a história recente do seu país), o acesso a informação diversificada, sobre um tema tão importante, permite a realização de um conjunto de atividades pedagógicas que vão ao encontro das necessidades formativas dos alunos.
As diferentes metodologias e estratégias utilizadas no decurso da ação de formação foram interessantes, diversificadas, consequentes e adequadas aos objetivos propostos. De acordo com o perfil comunicacional de cada interveniente, foram construídas situações de aprendizagem produtivas e motivadoras. Os materiais apresentados e disponibilizados revelaram-se úteis instrumentos para uma maior e melhor compreensão dos temas abordados (materiais igualmente importantes pelo uso que poderemos fazer para enriquecer o trabalho com os nossos formandos).
A exploração de espaços físicos, de modo contextualizado, permitiu uma rigorosa assimilação dos conteúdos transmitidos, porquanto nos tornou espetadores mais próximos de uma realidade temporalmente distante (foi algo que por considerar importante replicarei, em parte, com os meus formandos).

MELHORAR A APRENDIZAGEM

Maria José Ferreira
(Português)

NÃO QUERO FALAR de uma intervenção em particular, porque todas elas tiveram o mérito único de nos avivar a memória, evocando na primeira pessoa um dos acontecimentos mais marcantes da História recente de Portugal – e este foi, aliás, o grande mérito desta formação, colocar-nos em contacto com os próprios protagonistas da História. (...)
Melhorar a aprendizagem dos nossos alunos passa, antes do mais, por uma tomada de consciência, uma perceção, por parte destes, da utilidade e validade dos conteúdos apresentados em aula. O tema do 25 de Abril, muitas vezes, é sentido por alguns dos nossos alunos como mais um conteúdo, igual a tantos outros, datado e ultrapassado, algo distante no tempo e no espaço, e no qual não reveem o mínimo de atualidade e relação com o tempo presente que vivem. Muitas vezes, quando interrogados sobre o que foi o 25 de Abril, os jovens estudantes mais não revelam que um mecanizado papaguear de frases decoradas dos manuais de História (...), mas sem terem tomado verdadeira consciência do contexto social, político e militar que se vivia sob a ditadura e das importantes transformações que ocorreram na sociedade portuguesa em consequência da intervenção militar de 25 de Abril de 1974. Mas este é, sem dúvida, um bom ponto de partida para o professor abordar questões tão pertinentes e abrangentes quanto as da liberdade de expressão, da democracia, do desenvolvimento. (...)
Lembrar o 25 de Abril é recusar a opressão, o ódio, a intolerância, a discriminação, que ressurgem na atualidade. E é papel principal do educador passar esta mensagem às novas gerações. É o que procuro fazer...

A25A

O coronel Aniceto Afonso no almoço-convívio

CONCEBER
UM VÍDEO

Ana Paula Miranda
(História)

POSSO AFIRMAR QUE esta ação contribuiu significativamente para o alargamento e consolidação dos meus conhecimentos sobre o tema, permitindo-me conhecer determinados pormenores e até algumas peripécias que não constam das obras historiográficas. São estas estórias da História que muito contribuem para aguçar a curiosidade dos nossos alunos, principalmente dos mais novos. É para eles que trabalhamos e que nos esforçamos para dar o nosso melhor, transmitindo-lhe a História e, principalmente as lições da História, num exercício de cidadania permanente e no respeito pelos princípios da democracia. (...)
Assim, poder-se-ia conceber um vídeo que viesse ser publicado on--line (página da escola e YouTube - TIC). O cenário de fundo seria o mapa de Lisboa com o percurso de Abril assinalado (Educação Visual). Haveria uma voz off (de alunos) que iria relatar os acontecimentos e que daria conta das ações dos protagonistas (História e Português) ao mesmo tempo que as imagens destes iriam surgir desvanecidas/carregadas/em marca de água, por exemplo. Nos momentos de silêncio da voz, as canções símbolo desta revolução não podiam deixar de surgir (Música). Quando o percurso chegasse à Rádio Clube Português, seria ativada a gravação da leitura do comunicado do MFA com o som da época (TIC).

25 de Abril de 1974, foto de: Álvaro e José Tavares

FEZ-SE HISTÓRIA, CONSTRUINDO MEMÓRIA

Rui Ferreira
(Português)

AS SESSÕES TEÓRICO-PRÁTICAS constituíram os momentos altos da ação, ao aliarem a informação e o testemunho direto relativamente aos acontecimentos nos próprios espaços onde estes tiveram lugar. Na realidade, foi emocionante ouvir da voz do "capitão" Otelo o relato das ocorrências no Posto de Comando, fazer, com o "capitão" Sousa e Castro, o trajeto do Terreiro do Paço até ao Carmo, ouvindo a sua voz "de experiência feita", e testemunhar a naturalidade com que o "capitão" Rosado da Luz relatou os momentos de grande tensão vividos no Largo do Carmo, entre outros momentos igualmente marcantes. (...)
Para o fim, deixei outro romance que descobri, na sequência da ação – "Os Memoráveis", da escritora Lídia Jorge – o qual tem como temática central a rememoração da Revolução de 1974, a propósito de um documentário feito por um canal americano de televisão sobre o inusitado acontecimento. Respondendo à questão colocada pela entrevistadora – "[...] como classifica o senhor o que se passou naquele dia?" –, a enigmática personagem apenas identificada como Oficial de Bronze começou a procurar uma palavra. Demorava, mas via-se agora que já a tinha encontrado. Via-se também que sentia dificuldade em pronunciá-la. Andou com ela de trás para diante e de diante para trás, até que finalmente a pronunciou – "Milagre!". Curiosamente, na agradável conversa que tive com o major-general Edorindo Ferreira e o coronel José Fontão, durante o almoço que encerrou a ação, ouvi-os utilizar o mesmo termo, do que resulta uma aproximação clara entre a realidade e a literatura.
A exposição terminou com as palavras de Luís Sérgio Mendes, Diretor do Centro de Formação da Associação de Escolas de Sintra: "O Curso de formação 'Roteiro didático pedagógico: O 25 de Abril em Lisboa' pôs-nos em contacto com locais e com alguns dos protagonistas da Revolução". Escrever que foi inovador e marcante é pouco, 'poucochinho', para o muito que se viveu e aprendeu. Fez-se História, construindo memória do que fomos/somos problematizando, questionando, caminhos do futuro.
Os depoimentos recolhidos, alguns inéditos, disponibilizados gratuitamente aos professores e a toda a comunidade são uma mais-valia inquestionável para o ensino e estudo deste acontecimento maior da História recente do nosso país.
Tive a sorte de "viver estes roteiros", de falar, caminhar com "Os homens de Abril", de os ouvir despojadamente, entusiasticamente, transmitirem-nos a ideia de missão, de serviço, de valores democráticos, de humanismo, e sobretudo, perceber que quando os homens querem o sonho é possível.

Bem-haja!
Bem-haja, A25A.

25 de Abril de 1974, foto de: Alfredo Cunha

25 de Abril de 1974, foto de: Álvaro e José Tavares

Ao ver Champalimaud a dar parabéns a Spínola

PENSEI QUE ESTAVA NA REVOLUÇÃO ERRADA…

A25A

RIBEIRO CARDOSO

FOI UM ALMOÇO-DEBATE, com histórias, de se lhe tirar o chapéu, aquele que aconteceu no restaurante da A25A no dia 21 de Fevereiro de 2018.
Com a sala a abarrotar de militares e civis de Abril, o orador – coronel Rosado da Luz, militar e cidadão de corpo inteiro, sem papas na língua, que pega qualquer assunto de frente e nunca de cernelha – contou pormenorizadamente, com vivacidade e humor, como viveu por dentro, desde o início até ao fim, a preparação e o desenvolvimento do 25 de Abril.
Numa linguagem franca e viva, falou da data libertadora e disse logo ao que vinha: *Nesse dia acabou uma ordem e começou outra. Mas no dia 26, ou talvez até antes, começaram as conspirações…*
E deu exemplos: a inacreditável composição da chamada Junta de Salvação Nacional; ainda na Pontinha apareceu o Almeida Bruno, spinolista indefectível, que lhe disse que o general do monóculo lhe tinha dito para formar Governo… E no dia a seguir, apareceu o Champalimaud para dar os parabéns a Spínola e dizer que estava de corpo e alma com a Revolução.
Comecei a pensar que se calhar eu estava na Revolução errada… – sublinhou, acrescentando de imediato: *E mais desconfiado fiquei quando Mário Soares veio igualmente cumprimentar Spínola e os ouvi a tratarem-se como irmãos.*
Lembrou então que se envolveu, desde a primeira hora, na conspiração que poria fim à ditadura salazarenta/marcelista e à guerra colonial - e traria a independência a cinco países africanos.
Ainda era tenente e participei em todas as reuniões do que viria a ser o MFA. Muitas delas já como capitão, pois entretanto havia sido naturalmente promovido – sublinhou. *Tudo correu bem, apesar de sempre ter havido dois MFA's. Isto é: sempre houve o MFA e o MFB…*
No dia 25, estava no Largo do Carmo, a servir de ligação entre Salgueiro Maia e Otelo, na Pontinha. As peripécias foram mais do que muitas – como conta no fabuloso livro "Operação Viragem Histórica", coordenado por Almada Contreiras, com prefácio de Otelo Saraiva de Carvalho e posfácio de Vasco Lourenço, publicado pelas Edições Colibri em Abril de 2017 e cuja leitura recomendo vivamente. O êxito foi tal que a segunda edição vai ser lançada brevemente.
Nesse livro, Rosado da Luz oferece-nos um testemunho do tamanho de 62 páginas, intitulado *O Meu 25 de Abril* que é um manancial de informação, muita da qual inédita, que nos permite conhecer melhor o que se passou nesse período histórico em que Portugal, pelos melhores motivos, andou nas bocas do mundo.

CAETANO, SERENAMENTE: 'O QUE ME VAI ACONTECER?'

Voltando ao almoço na A25A: a certa altura o coronel Rosado da Luz lembrou o diálogo mantido no Quartel do Carmo com o Presidente do Conselho deposto Marcelo Caetano, que conservou uma postura de dignidade e contrastou com o comportamento lamentável e rasteiro de

membros do seu governo deposto, que também ali se encontravam.
Um exemplo: Caetano, com serenidade, quis a certa altura saber o que lhe iria acontecer. Rosado da Luz, que garantiu jamais poder esquecer esse momento, respondeu: *Irá ser detido e posteriormente será naturalmente julgado. Porém, poderá ter a certeza que será sempre tratado com o respeito e a dignidade inerentes ao cargo de Vossa Excelência. O seu julgamento, como principal responsável pelo regime será naturalmente público e será feito de acordo com todas as garantias de defesa que entender, nacionais ou internacionais. Queremos fazer um julgamento didático e, mais do que pessoas, aquilo que pretendemos julgar é um sistema político e económico, um regime para que ele nunca mais se repita. Nunca vos trataremos como Vossas Excelências trataram os vossos inimigos políticos.* Vejam lá como éramos, ou pelo menos eu era, naïf... Pouco tempo depois, à revelia dos militares que fizeram a Revolução, Spínola e Costa Gomes enviaram Marcelo e Tomás para o Brasil... Sem julgamento. Assunto da maior gravidade e das mais profundas consequências. Na altura sugeri a imediata prisão de Spínola e Costa Gomes, mas, como habitualmente, fiquei a falar sozinho. De nada serve ter razão antes do tempo! E como os maiores responsáveis não foram julgados, obviamente o julgamento do regime fascista que durante mais de quatro décadas oprimiu vilmente o nosso povo, também não foi a tribunal.
De seguida, Rosado da Luz recordou que o 'pessoal' andou entretido a discutir quem ia mandar, pois esse foi sempre o grande problema dos portugueses: a procura de chefes. Ainda hoje... Pior do que isso: preparámos bem o dia 25, mas esquecemo-nos de preparar o dia 26 e seguintes...

TODOS SOMOS FILHOS DAS CIRCUNSTÂNCIAS

Falou depois da sua passagem, no início da sua carreira militar e sem mostrar a farda, pela Universidade Técnica de Lisboa (licenciou-se, por exemplo, em Economia no ISEG), onde se meteu nos movimentos associativos com a consequente politização.
Todos somos filhos das circunstâncias – destacou. *Eu já era um perigoso esquerdista e tinha como referências nomes que ainda hoje continuam como meus anjos: Aleixo, Régio, Agostinho da Silva. Também por isso, o chamado PREC foi o período mais excitante da minha vida. Nele mergulhei profundamente. Dividimo-nos, hoje estamos aqui e somos todos amigos, mas fiquei traumatizado por não ter sido preso no 25 de Novembro quando tantos camaradas o foram da forma mais ignóbil. Devo dizê-lo de novo aqui e agora: devo isso ao Vasco Lourenço, de quem era e sou amigo, e sabia bem quem eu era e o que nós fizemos. Não havia qualquer motivo para ser preso. Mas senti-me na obrigação de dizer aos meus amigos: não mudei de posição. Continuo a defender e a lutar pelos mesmos ideais. A esta distância posso e devo declarar: no fundo todos queríamos o mesmo. Mas escolhemos caminhos diferentes.*
Aqui chegado, Rosado da Luz sublinhou com humor cáustico mas bem-intencionado: *Nunca vejo dizer isto, mas o 25 de Abril foi um movimento contra as Forças Armadas. Aquelas Forças*

A25A

Armadas existentes. Mas não soubemos tirar as devidas consequências, ficando a meio caminho. Andámos a gritar que não havia disciplina nos quartéis nem na sociedade dita civil, que havia falta de Estado – desconhecendo, ou fazendo de conta que desconhecíamos, que a chamada falta de Estado era, afinal, o Movimento Popular em acção, em marcha. Esquecemo-nos que nós, os militares, éramos chamados a toda a hora para resolver os problemas mais comezinhos ou mais graves do povo, das populações, dos trabalhadores. Um dia fui convidado para integrar o Conselho da Revolução – mas não aceitei, por dois motivos: no Restelo tudo era muito etéreo, discussões a alto nível, e o que eu queria era estar cá em baixo a atuar onde havia problemas reais e urgentes do dia-a-dia das populações. A coisa era de tal ordem que nós, o MFA, não saneámos o Kaulza – quem o fez foi Spínola. Ele sabia que não podia haver dois galos no mesmo poleiro... E nós também sabíamos, mas nalguns momentos parece que estávamos tolhidos. Ainda criámos o COPCON, com o Otelo a comandar. E colocámos delegados do MFA nas unidades, pois nem todos os comandantes mereciam a nossa confiança. Eram uma espécie de comissários políticos... Nem na URSS... Mas mais uma vez o digo: ficámos a meio caminho. E com as nossas divisões chegámos ao 25 de Novembro, com os chamados Nove a tomar conta da situação, do País, do Estado.
O coronel de Artilharia Rosado da Luz lembrou ainda como naqueles tempos primeiros da Revolução apareceram na ribalta incontáveis militares, generais incluídos, que apesar de sempre

A25A

terem estado com o Estado Novo, apanharam o maior susto das suas vidas – mas ao verem Spínola no poleiro (e até talvez chamados por ele) apareceram aos magotes, sem cerimónias, querendo tomar as rédeas da nova situação. *O Vasco Lourenço é que os topou logo e os pôs na ordem em várias ocasiões. Comecei a sentir-me apertado. Aquilo cheirava-me muito mal e estava eu um dia com o Marques Júnior e disse-lhe: 'Chegou a altura de fazer nova Revolução. O que me dá gozo não é o Poder – é derrubar poderes...' Não fui ouvido, mas propus mais do que uma vez a prisão do Spínola. Ao mesmo tempo, porém, também entendia que era preciso não afastar os spinolistas, embora mantendo-os sempre debaixo d'olho. Tinha sempre presente a malfadada composição da Junta de Salvação Nacional, feita* à *trouxe-mouxe, que só por milagre não teve consequências trágicas. Bem, também porque sempre os tivemos debaixo d'olho...*

PERGUNTAS E RESPOSTAS: QUASE O GRANEL...

Já a tarde ia longa, abriu-se o período de perguntas. Várias, e interessantes, foram as questões levantadas. Mas o ambiente aqueceu e bem. De entre os vários episódios, destaco os dois que me pareceram mais polémicos.

Em primeiro lugar, uma pergunta pertinente de Santos Silva, coronel da Força Aérea, dirigida ao orador convidado: "Tens consciência de que o que escreveste sobre Salgueiro Maia no teu depoimento sobre o 25 de Abril, publicado no livro "Operação Viragem Histórica", pode empalidecer a imagem desse nosso herói do 25 de Abril?"

Rosado da Luz respondeu de imediato, calmo e sereno: "É verdade que falo de algumas hesitações do Salgueiro Maia no Largo do Carmo, nomeadamente da exigência que fez de ordem assinada por Otelo para poder fazer fogo sobre o quartel da GNR. Mas isso não significa qualquer crítica a Salgueiro Maia – é apenas uma verdade que não tira brilho a esse nosso símbolo da Revolução, a quem sempre estive ligado por uma grande amizade."

O civil Mouta Liz, que também estava presente, aproveitou o tema levantado de boa-fé por Santos Silva e, como a liberdade é a caraterística maior dos Almoços com Histórias, disse de sua justiça, criticando abertamente a actuação e a imagem de Salgueiro Maia. O ambiente aqueceu e, de imediato, Bargão dos Santos, frontal e nada meigo, respondeu à letra defendendo a memória de um dos mais conhecidos e respeitados militares de Abril tornado um dos símbolos da Revolução dos Cravos. E por aí ficou este episódio vivido numa das casas mais respeitadas e livres do País.

De índole diferente foi o outro caso polémico, protagonizado por Otelo e Martins Guerreiro. A determinada altura, estando a ser discutido o 25 de Novembro, Otelo Saraiva de Carvalho disse que Ribeiro Pacheco, comandante dos fuzileiros, tinha passado pelo COPCON e lhe tinha afirmado que os seus homens estavam às suas ordens. O almirante Martins Guerreiro, pediu a palavra e foi taxativo: "O Otelo está a fazer uma grande confusão. Os fuzileiros, dependiam directamente de Rosa Coutinho e de mim próprio – e estavam às ordens do Presidente da República e general CEMGFA Costa Gomes. Julgo que o Otelo, que já teve várias versões sobre este caso, deve ter confundido e misturado várias coisas. Uma das hipóteses é ter confundido o destacamento de fuzileiros que estava no COPCON para o defender em caso de necessidade e nunca para atacar coisa nenhuma, com os fuzileiros no seu todo. Mas o que é verdadeiramente importante e interessa sublinhar é que a Marinha nunca esteve envolvida nesta história".

BILHETE DE IDENTIDADE

ANTÓNIO MANUEL DE JESUS ROSADO DA LUZ nasceu em Faro em 1946, cidade onde viveu até concluir o 7.º ano dos Liceus em 1964. Ingressou nesse ano na Academia Militar, tendo concluído o Curso de Artilharia em 1968.
No âmbito da sua carreira militar desempenhou funções, tarefas e missões próprias da sua arma em diversas unidades militares operacionais de vários escalões, destacando aí as áreas: da Artilharia de Campanha e de Costa, dos sistemas eletrónicos da Artilharia Antiaérea, da gestão do espaço aéreo, dos sistemas de mísseis antiaéreos – comandou a 1.ª Bateria de Mísseis Antiaéreos (Crotale) que integrou o sistema de defesa antiaérea nacional. Para além destas funções em áreas militares operacionais, exerceu também funções em unidades de apoio e serviços, nomeadamente, durante cerca de cinco anos, nas áreas de Seleção e Organização e Gestão de Pessoal no então CEPE, hoje CPAE e, durante outro tanto tempo, na área das TI/SI na DSIE, onde terminou a sua carreira militar. Nesta última área das TI/SI, recebeu formação específica durante cerca de dois anos, fora da estrutura militar, no Instituto Nacional de Administração e é também, por tal motivo, analista de Sistemas Informáticos e de Sistemas de Informação. Terminou a sua carreira militar em 2000, a seu pedido, com a patente de coronel.

A25A

Fora do âmbito militar, em termos de formação técnico-científica, é também licenciado em Economia (área de Economia Internacional) pela Universidade Técnica de Lisboa (ISEG) e nesta área obteve também formações e pós graduações em Economia de Desenvolvimento (MSc) e Economia da Energia e do Ambiente. Ao longo da sua vida frequentou ainda outros cursos de formação e pós-graduação em outras áreas distintas, podendo aí destacar o Curso Superior de Língua e Civilização Árabe na Universidade de Évora.

A partir de meados da década de 1990 até ao presente, tem exercido tarefas, atividades e funções diversas, em Portugal e no estrangeiro, quer como técnico liberal nas áreas da economia e da gestão empresarial, quer como gestor, assessor, consultor e administrador em empresas privadas dos sectores industrial, agrícola e de serviços, quer como empresário.
Das atividades que foi realizando ao longo desse tempo (e que algumas delas já cessaram) podem-se destacar:
- Realização e colaboração em estudos estratégicos e técnicos de economia nas áreas: industrial (regiões da Península de Setúbal, Lisboa, Leiria e Brasil), agrícola e pecuária (regiões do Alentejo, Algarve, Lisboa e Vale do Tejo, Brasil, RD de S. Tomé e Príncipe, Guiné Bissau e Angola); pescas e aquacultura (regiões do Alentejo, Algarve e Angola); imobiliária, energia e ambiente (regiões da península de Setúbal, Brasil e Angola) e serviços (regiões do Alentejo e de Lisboa).
- Desempenho de funções de gestão e administração empresarial nas áreas: de serviços (consultoria e montagem e avaliação de projetos); de pecuária (Brasil, Rio de Janeiro); de conceção criação e gestão de parques eco industriais (Setúbal – numa empresa de capitais alemães); de agricultura e turismo (Odemira); dos cimentos (Brasil, São Paulo) e de exploração mineira (Brasil, Rio de Janeiro e São Paulo).
Atualmente, para além de continuar a sua atividade como técnico liberal nas áreas da economia e da gestão empresarial, mantém ainda, formalmente, funções de administração empresarial, nas áreas da metalomecânica pesada (Marinha Grande e Ceará) e gestão de participações sociais (Luxemburgo).
Atividade política e cívica: é um ex-militar de Abril. Como não quer nem tem idade para mudar o seu passado, assume-o integralmente, mas considera que "as suas Revoluções", não são aquelas em que participou, mas sim as que estão para vir e, obviamente "quer estar nelas".

A25A

"PAI DA REVOLUÇÃO"

ORADOR CONVIDADO da 13.ª edição dos "Almoços com histórias", que decorreu na sede da A25A, dia 10 de janeiro, o coronel Jorge Sales Golias desfiou memórias, recordou narrativas, reviveu momentos da guerra na Guiné-Bissau e da revolução em Portugal, aceitou o confronto de outros episódios interpostos por camaradas seus.

Já no período de debate, dele diria José Manuel Barroso ter sido um autêntico "trator de muitas movimentações na Guiné (...) o pivô essencial da movimentação política quer antes, quer depois do Movimento dos Capitães", ponto de vista logo corroborado pelo coronel Faria Correia: "considero que o Golias foi o pai da revolução".

Na qualidade de capitão de Abril, Jorge Golias apresentou uma comunicação estruturada em três elementos: i) Formação na Academia Militar e no Instituto Superior Técnico; ii) descolonização na Guiné-Bissau; iii) o Movimento dos Capitães e episódios do PREC. Daí, haveria de salientar:

"Uma revolução tem isso tudo que sabemos hoje, asneiras, traições, saneamentos injustos, etc., que não nos deve envergonhar, antes pelo contrário, porque isso é mesmo assim e foi a dinâmica que se gerou que produziu um extraordinário saldo positivo de conquistas, aprendizagens democráticas, dessacralização do poder, sabença na reivindicação de direitos, soma positiva que ainda hoje é património do 25 de Abril. E é neste caminho da compreensão dos momentos mais dramáticos da revolução, que hoje percebemos melhor, que vamos fazendo a sua catarse e nos vamos pacificando".

E, a concluir, diria: "chegado o momento da verdade, em que o País se podia estar a encaminhar para uma guerra civil, a solução saída do 25 de Novembro, em que os camaradas mais sensatos evitaram maiores retaliações, hoje vejo este episódio histórico como um golpe contrarrevolucionário que teve o alto mérito de evitar uma guerra civil. E mais, ainda bem que veio porque já não tínhamos soluções, a partir dai era contar para negativos".

Na primeira parte da comunicação, Jorge Golias descreveu o contexto pessoal da sua formação na Academia Militar e no Instituto Superior Técnico, situando o tempo histórico do ano *horribilis* de Salazar, de 1961: assalto ao Santa Maria, início da guerra colonial, perda do Estado da Índia e assalto ao quartel de Beja. Tudo factos históricos que chamavam a atenção para os males do regime, numa altura em que ele já levava lidos livros como "O Capital" de Karl Marx, "Manifesto do Partido Comunista" de Marx e Engels, "Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado" de Engels e, em 1964, tomando conta da secção cultural da Academia Militar, colocavam na Biblioteca esses e outras obras do género. Politizados no Instituto Superior Técnico, queimavam livros de Salazar na piscina e dançavam temas índios. Evocou dois mestres fundamentais na sua formação: o Padre João Resina Rodrigues (o engenheiro de Deus) e o Professor Adérito Sedas Nunes. Estava respaldado por uma década de particular riqueza histórica, das eleições de Humberto Delgado, 1958, ao Maio de 68, com os ventos de liberdade que os exilados faziam chegar sem censura - "É proibido Proibir" e "Make Love not War".

O seu curso de Engenharia Eletrotécnica, no Instituto Superior Técnico, assumia a dimensão de líder cultural e político numa Universidade já altamente politizada, onde os militares pontificavam em grupos mistos com os colegas civis. Da participação nas RGA e nos comícios do 5 de Outubro no Alto de São João, acompanhando Mário Soares e depois na estátua de António José d'Almeida, com a Pide nos calcanhares dos es-

A25A

tudantes. Seria, aliás, deste curso que haveriam de desertar do Exército muitos oficiais da Academia Militar para a Suécia e a Bélgica, como recusa de participar na guerra colonial. Como referiu, era nas unidades militares onde, então, apesar de tudo, se vivia mais liberdade até que na sociedade civil, citando como exemplo a imposição do seu curso ao comandante do RTM/Porto, quando a PIDE o aconselhou a anular a subscrição do *Le Monde*, em 1971, quando fez capa com o general Spínola, apresentado como o Último Centurião europeu.

Ora, foi exatamente com este caldo de cultura que, em 1 de julho de 1972, Jorge Golias embarcou para a Guiné, na companhia de Matos Gomes e José Manuel Barroso, tendo logo combinado que iriam fazer oposição ao regime. Como? "Logo se veria..."

Sobre a Guerra Colonial diria ter formado a rápida consciencialização de que a guerra de guerrilha não se podia vencer e recordou a sua intervenção, em Agosto de 1973, na Guiné, quando apelou à luta pelo fim do conflito, que passaria pela deposição do regime em Portugal, através de uma revolução armada. E, a propósito, lembrou Pezarat Correia por ter cunhado esta declaração como a primeira feita no processo da revolução de Abril.

Jorge Golias recordou a Carta Fundadora do Movimento dos Capitães de 28 de Agosto, de Bissau, e a rápida evolução da questão corporativa da origem do movimento para a questão revolucionária. Discorreu sobre a formação do MOCAP na Guiné e o processo de descolonização, com o MFA a integrar o gabinete de governo de Fabião.

"A nossa preocupação na Guiné" disse, "era não sermos ultrapassados pelos acontecimentos".

A25A

E contrariando decisões da Junta de Salvação Nacional, apresentou as primeiras medidas: a libertação dos presos da Ilha das Galinhas, a recolha dos PIDES no Campo de Instrução Militar do Cumeré e a Institucionalização do MFA, quando chegava a circular do EMGFA a mandar diluir o MFA nas FFAA!

"Na Guiné decidimos, e bem, de acordo com as razões da situação local, nunca nos deixando ultrapassar pelos acontecimentos, antecipando-os até. Este foi um dos segredos do nosso sucesso. Os outros não eram segredos, era a situação peculiar da Guiné, que já era independente, sendo nós tropas de ocupação, condenadas pela ONU."

Recordou, também, ter considerado os primeiros ultimatos a unidades como extremamente perigosos suscetíveis de arruinar todo o desenvolvimento do processo de descolonização. Por isso, disse, Fabião empenhou os melhores nessa resolução e ele próprio foi o ator principal.

Jorge Golias ocupar-se-ia também do PAIGC. Nessa altura, disse, tratava-se de uma uma organização de várias feições e lideranças, ao ponto de colocar a pergunta: quantos PAIGC havia afinal?

Ele próprio deu a resposta:

"Havia pelo menos três: o dos líderes cabo-verdianos, com a presença simbólica de Amílcar Cabral, o melhor líder africano, grupo que serviu enquanto promotor do Partido e de recolha dos apoios militares e económicos para a guerrilha; o dos guerrilheiros guinéus que nos odiavam e que queriam os 'tugas' fora da terra deles; e os de outros guerrilheiros que nos respeitavam, admiravam e queriam que ficássemos lá por mais uns anos, ajudando a criar condições para o novo país, incluindo a própria justiça e a cobrança de impostos, tão simbólicas da soberania. Ou seja, estes PAIGC's nunca se entenderam, os líderes principais deixaram-se ultrapassar por atores secundários, sedentos de glória e quando chegaram a Bissau já era tarde. Mas é provável que tarde já fosse logo desde a morte de Amílcar Cabral."

Jorge Golias afoitou-se, depois, a observar acontecimentos do PREC onde tomou parte, então, já regressado da Guiné.

Recordou a circunstância de Carlos Fabião, enquanto CEME, o ter chamado para seu adjunto político-militar: "Fabião queria que eu replicasse em Portugal a solução da Guiné que era a institucionalização do MFA para evitar o descalabro das Forças Armadas. Mas já era tarde como se viu!"

Atalhou com episódios do PREC, como a recusa do Governo Fabião, o Documento da Aliança Povo-MFA, ele que fora seu autor acabaria por verificar que o documento último, afinal, era outro. A Assembleia "Selvagem" do MFA e os casos CICAP-RASP e outros que haveriam de desembocar no 25 de Novembro.

"Olhando para trás", a concluir, disse: "vemos um processo que protagonizámos, que foi feito sem grandes dramas históricos, sobretudo sem sangue, com a maior ponte aérea da História de Portugal, com a feliz integração de cerca de um milhão de deslocados e contra a corrente dos idênticos processos europeus que registaram os seus milhões de mortos".

BILHETE DE IDENTIDADE

JORGE SALES GOLIAS nasceu em 1941 em Mirandela, onde estudou até ao antigo 5.º ano, tendo feito o 7.º no antigo Liceu Nacional Camilo Castelo Branco, em Vila Real. Cursou a Academia Militar (Exército-Arma de Transmissões) e licenciou-se em Engenharia Eletrotécnica no IST.

Participou na Guerra Colonial (Guiné 1972-1974) e no 25 de Abril de 1974. Foi chefe de Gabinete do Encarregado do Governo da Guiné, membro da Assembleia do MFA, assistente do Conselho de Administração dos CTT/TLP e adjunto do Chefe de Estado-Maior do Exército.

Fez o curso geral de Estado-Maior no IAEM, o curso de Logística do Exército americano e o curso de Gestão de Empresas na AIP.

Passou à reforma no posto de tenente-coronel, sendo posteriormente promovido a coronel pelo D.L. de recuperação de carreiras, com antiguidade de 1992. Seguiu, depois, uma carreira de gestão de empresas nas áreas de investigação e desenvolvimento de eletrónica e de telecomunicações, tendo administrado três empresas destes ramos.

Pertence à CHT-Comissão da História das Transmissões Militares, ao Grupo de Amigos do Museu das Tm e à Liga dos Amigos do Arquivo Histórico Militar. É sócio da A25A, da Casa de Trás-os-Montes e Alto Douro, da Academia de Letras de Trás-os-Montes e sócio benemérito dos Bombeiros Voluntários de Mirandela.

É coautor das seguintes obras: *Vinte e Cinco de Abril–10 anos Depois, As Transmissões Militares–da Guerra Peninsular ao 25 de Abril, Mirandelês* (falar local de Mirandela), *Bicentenário do Corpo Telegráfico 1810-2010* e *Os Anos de Abril*. Dos primeiros temas foi conferencista na Fundação Calouste Gulbenkian, Universidade de Coimbra, Câmara Municipal de Mirandela, Universidade de Lisboa e Casa da Achada (Mário Dionísio).

É autor do livro *A Descolonização da Guiné-Bissau e o Movimento dos Capitães* e do livro de recensões *Perfil Literário de Altino M. Cardoso* e consta de várias antologias.

Pelo seu papel no 25 Abril é citado na *História de Portugal* de José Mattoso e tem o nome inscrito no Monumento aos Capitães de Abril, em Grândola.

É cronista há 12 anos do *Notícias de Mirandela*, da *Revista Raízes* e do jornal *Notícias de T.M. e Alto Douro*, da CTMAD de Lisboa, onde vem divulgando a história e a cultura locais e regionais.

Criou e coordena a Tertúlia Transmontana na Casa de Lisboa, tendo promovido a apresentação dos mais importantes autores de transmontanos.

É mencionado na *Bibliografia do Distrito de Bragança*, do Prof. Hirondino Fernandes, e está fichado para o *Dicionário dos mais Ilustres Transmontanos*, do Dr. Barroso da Fonte.

Condecorações: Medalha de Mérito Militar, Medalha de D. Afonso Henriques, Medalha das Campanhas de África e duas Medalhas de Comportamento Exemplar. Duas medalhas de campeão nacional universitário de futebol e várias outras desportivas.

TRÁFICO DE DROGAS E *OFFSHORE*

"Numerosos bancos foram salvos da crise financeira graças aos fundos provenientes do tráfico de drogas" (UNODC[1])

Direitos Reservados

RENÉ TAPIA

A ANÁLISE DA FORMA como se processa a lavagem do dinheiro proveniente do tráfico de droga que o crime organizado transnacional promove através do sistema mundial de praças *offshore* é fundamental para a compreensão do papel que estas movimentações têm como fonte de liquidez do sistema financeiro transacional.

A chamada *globalização* é o aspeto financeiro da mundialização, uma tendência à unificação do circuito internacional dos investimentos[2]. Neste mercado financeiro mundial – unificado – desloca-se o dinheiro à velocidade do relâmpago e é difícil identificar a sua origem. Este mercado é uma rede de relações cada vez mais complexa.

O que é global é o capital financeiro, o dinheiro que cria dinheiro, que financia o processo de mundialização e é a sua vanguarda. Faz-se *enter* e milhões de euros ou seu equivalente mudam de mão à velocidade das ondas eletromagnéticas, um industrial vai à falência, uma mina na Bolívia ou no Zaire fecha, milhares de pessoas ficam desamparadas, etc. e certas contas bancárias aumentam alguns zeros à direita.

A globalização financeira (desregulamentação, liberalização, novos atores, investidores institucionais) aumenta o peso do sector financeiro no PIB mundial (integração de mercados, instrumentos de alto risco, privatizações, instabilidade, fluxos privados crescentes), sendo os investidores institucionais que captam os recursos, criando, aplicando e diversificando instrumentos financeiros.

Nesta *financiarização* da economia mundial, os capitais valorizam-se de forma financeira[3], sendo as finanças internacionais o sector mais opaco das trocas mundiais.

A globalização financeira permite à alta criminalidade entrar no coração da *democracia*.

Nesta longa depressão económica em que vive o capitalismo, iniciada com a contração da produção industrial em 1967 e a recessão de 1974-75, este tenta sair da crise organizando um novo regime de acumulação e regulação capitalistas, predominantemente financeira, e um novo patamar do processo de internacionalização do capital. Este novo regime mundial de acumulação capitalista tem como característica predominante o de ser "rentista e parasitário", ou seja, dependente das necessidades das recentes formas da centralização do "capital-dinheiro"[4].

O crime organizado oculta-se nos mercados financeiros, "globalizando" a rede mafiosa[5] e conseguindo que o dinheiro sujo apareça como dinheiro limpo, precisamente porque a esfera financeira está desligada da esfera da economia real, onde o Estado *administra factos* que não domina. Ou seja, a economia mundial é estrábica, mas os Estados são míopes, porque

o Estado regula um espaço territorial, sendo a globalização um espaço internacional, a terra de ninguém, onde são as finanças mundiais que ditam a lei, ao mais puro estilo do *Far West*. As praças financeiras *offshore*, ou "paraísos fiscais", são microterritórios, territórios, países, ou Estados que comercializam a sua soberania, renunciando a ela, oferecendo condições legislativas e fiscais (legislação fiscal quase inexistente) favoráveis aos capitais que circulam, bem como imunidade judicial nas investigações penais e um segredo bancário praticamente impenetrável, acolhendo-os de maneira ilimitada e anónima[6].

Uma transação económica tem lugar num espaço legal que desloca o sítio real do espaço legal, removendo assim a capacidade tributária da transação do lugar onde ela ocorre.

Os paraísos fiscais são o resultado da concorrência internacional entre países desenvolvidos e a formação do mercado mundial; foram criados para simplificar a atividade empresarial e a transferência de pagamentos, não necessariamente para atividades ilícitas, embora as polícias tenham dificuldade para investigar. Eles caracterizam-se pelo anonimato dos investidores, protegidos pelas leis locais e a estabilidade política, que recebem e protegem aos que fogem das do seu país, permitindo maior liberdade de funcionamento com divisas conversíveis, incluindo a isenção ou redução à tributação, perdendo assim os governos (da origem e recetores) as fontes de impostos.

O secretismo, a ausência de impostos e a proteção, são as "virtudes" que atraem aos "paraísos" metade dos fluxos internacionais de capitais mundiais (5 por cento do PIB mundial, ou um quinto da riqueza privada).

As praças *offshore* e os microestados onde vigora o segredo bancário absoluto não é um fenómeno marginal; estes Estados financeiros são, pelo contrário, um motor, jogando um papel essencial na mundialização das atividades financeiras[7], incluindo as criminais. Este sistema financeiro "paralelo" não é um apêndice, mas uma das componentes do sistema.

Com a supressão dos controlos e a maior liberdade de circulação de moedas e capitais, a utilização de uma empresa *offshore* permite obter varias vantagens possíveis, especialmente fiscais, alem das outras tais como a privacidade, a confidencialidade e a proteção do património.

O branqueamento de capitais é uma consequência das atividades financeiras criminosas e, portanto, pode acontecer em qualquer lugar do mundo. A ausência de controlos nos paraísos fiscais e a onda de *liberalismo dos fluxos do comércio e finanças* mundiais fizeram convergir nestes paraísos a economia legal e/ou o crime organizado, entre cujas fronteiras se situam atividades de aparência legal, mas que beneficiam largamente da falta de controlos alfandegários, sanitários ou de legislação social e do trabalho, de contratos, etc.

Os centros *offshore* podem ser objeto de uso criminoso, nomeadamente na lavagem de dinheiro, utilizando o segredo bancário e as facilidades de investimentos[8]; na criação de empresas "fantasmas"; na utilização dos bancos para financiar atividades ilegais em terceiros países.

Direitos Reservados

O objetivo principal do crime económico é produzir lucros para o indivíduo atuante e/ou a sua organização; a origem destes lucros deve ser ocultada para poder utilizá-los em outras atividades: tráfico de armas, drogas, prostituição (proxenetismo), contrabando, fraude, suborno, etc., são atividades que requerem a capacidade logística do crime organizado, que produzem grossas somas de dinheiro e que devem ser legitimadas através da sua "lavagem" de maneira tão desapercebida quanto possível. Isto requer a mobilidade dos fundos e a mudança de métodos[9].

Enquanto necessária a toda atividade financeira criminosa, a lavagem pode ocorrer em qualquer parte do mundo, mas geralmente em praças financeiras estáveis. Isto pode ser num centro financeiro mundial, ou um centro regional importante, ou um centro *offshore*.

Os paraísos fiscais são centros de branqueamento de capitais onde entra o dinheiro dos mercados "negros" (ou da corrupção) e saem capitais para financiar mercados "negros" (ou a corrupção), ocultando-os de toda autoridade pública, seja financeira, fiscal, policial ou judicial. A ausência de legislação e regulamentos administrativos ou jurídicos impede às instâncias internacionais de atuar e os capitais circulam livremente à velocidade das ondas eletromagnéticas[10]. Os donos das grandes fortunas de origem duvidosos e as empresas multinacionais (com sede em muitas nações) são os utentes mais assíduos destes centros financeiros[11].

Existem mais de meia centena de territórios

no mundo que oferecem legislação favorável às sociedades *offshore,* ou seja adaptadas aos negócios internacionais, mas alguns deles são especializados. Assim, p. ex., a Libéria, ou o Panamá, são procurados pela sua vocação e facilidades no transporte marítimo[12]. Na Europa, são conhecidas as facilidades para estabelecer empresas gestoras de investimentos financeiros oferecidas pela Holanda e o Luxemburgo, o Liechtenstein para a gestão de fortunas, a Suíça pelo sigilo bancário, etc.

Na Europa encontram-se os grandes centros financeiros da Suíça e do Liechtenstein e um potencial lavador de dinheiro através do jogo, como o Mónaco, este último sob jurisdição francesa; sendo o importante centro financeiro, o Luxemburgo, país membro da União Europeia. Esta também possui o *offshore* da Madeira.

No caso dos membros da Commonwealth e a Grã Bretanha é a rainha da Inglaterra que nomeia os governadores dos seguintes territórios que possuem legislação *offshore*: Baamas, Bermuda, Turks e Caicos, Antiga e Barbuda, Anguila, Ilhas Caimão, Ilhas Virgens, Montserrat, St. Kitts e Neves, Granada, St. Vicente e Granadinas. As Ilhas Seychelles são uma república independente, membro da Commonwealth. Também nomeia os governadores dos centros *offshore* britânicos espalhados pelo continente europeu: Gibraltar (na Península Ibérica), Guernsey e Jersey (na Bretanha), Ilha de Man (no mar da Irlanda), sem mencionar a, até há pouco, possessão no Mediterrâneo e hoje país independente da Ilha de Malta, sucedendo algo semelhante com o Chipre, conhecido porque o seu liberalismo é utilizado pelas mafias dos países de leste para o tráfico de armas.

Nos Estados Unidos existem centros *offshore* dentro do próprio país: Delaware, Nevada e Wyoming, mas controla outros no exterior: até há pouco tempo o Panamá; no Oceano Pacífico, as Ilhas Marshall, país independente desde 1993, é um território "associado", tal como Palau. Vanuatu é uma república formalmente independente; também são independentes Nauru, mas cujo serviço de defesa é realizado pelo Estado de Austrália, acontecendo algo de semelhante com as ilhas Cook e Niue, ambas associadas à Nova Zelândia. A ilha de Guam é uma base norte-americana, mas está habitada na sua zona norte. A estratégica ilha de Diego Garcia, à entrada do Oceano Índico, é formalmente território administrado pela Grã-Bretanha, mas é uma base militar norte-americana; não é um *offshore*, mas está situada na zona marítima dos arquipélagos das Maurícias e das Seychelles, ambos centros *offshore*[13].

Em 2010, a OCDE reconhecia 80 "centros financeiros" espalhados pelo mundo, onde habitam 60 milhões de habitantes e se localizam 3.5 milhões de empresas[14]. Milhares de milhões de dólares declaram residência ou transitam nestes territórios. Qualquer coisa como metade dos fluxos de capitais internacionais, ou o equivalente a 20 por cento da riqueza privada mundial (entre 2 por cento e 5 por cento do Produto Interno Bruto – PIB – mundial*). E*m Dezembro 2010, entre 21 a 31 triliões de dólares era o valor dos ativos financeiros em praças *offshore* (equivalente às economias combinadas do Japão e dos Estados Unidos). Os cinquenta maiores bancos privados globais geriam 12,06 triliões de dólares em riqueza financeira internacional, sendo 51 por cento controlada pelos dez maiores.

As finanças internacionais são o "sector" mais opaco das trocas mundiais. ***Não é um "sector" económico, é o núcleo duma nova aliança social que está a redefinir a economia e a sociedade.***

O dinheiro criminoso precisa ser branqueado para ser camuflado e para que volte ao circuito como dinheiro limpo[15].

A 29 de Janeiro de 2009, numa entrevista à revista austríaca *Profile*, António Maria Costa, diretor Executivo da UNODC, com sede em Viena, afirmou que "Os créditos interbancários têm sido financiados graças ao dinheiro proveniente do narcotráfico e outras atividades ilegais" ... "Durante a segunda metade de 2008, a falta de liquidez tem sido o principal problema do sistema bancário e o capital disponível passou a ser um fator fundamental ... em muitos casos, o dinheiro da droga é o único capital de investimento disponível ... quando os Estados não desbloqueiam eles próprios os fundos necessários"[16].

Um dos mais lucrativos negócios da economia global é o crime organizado. Os maiores mercados são os das grandes empresas transnacionais e o do submundo do crime (um terço está involucrado no tráfico de drogas).

A interferência entre o legal e o ilegal é tal, que o criminal e o financeiro não se podem separar. Cinco biliões de dólares diários injeta o crime organizado nos mercados financeiros do mundo! (1.6 triliões de dólares disponíveis para lavagem).

Nenhum outro tipo de atividade criminosa chega aos pés do comércio de droga em termos de volume absoluto de receitas ou de lucratividade.

Dos opiáceos disponíveis no mundo, 83 por cento provêm do Afeganistão.

Entre 2002 e 2008 as vendas ao retalho no mercado mundial dos opiáceos com origem neste território situam-se entre os 400 - 500 biliões de dólares..

Estima-se que só 5 - 10 por cento deste valor foi branqueado no sistema bancário informal.

O resto foi branqueado na economia legal, principalmente através dos bancos ocidentais.

1 *Escritório das Nações Unidas sobre as Drogas e o Crime*
2 Cf. CHESNAIS, F., *A Mundialização Financeira*, Instituto Piaget, Lisboa, 1998.
3 CHESNAIS, François (coord.), *A Mundialização Financeira*, Instituto Piaget, 1996.
4 ALVES, G., *Trabalho e Mundialização do Capital. A Nova Degradação do Trabalho na Era da Globalização*, Praxis, 1999.
5 Atlas AKAL.
6 ATTAC, *Les Paradis Fiscaux*, Mille et une nuit, Paris, 2000
7 ATTAC, op. Cit.
8 Como, por definição, a lavagem ocorre fora do circuito abrangido pelas estatísticas oficias, é dificil quantificar o fenómeno. Segundo Leslie Wayne, no *The New York Times de 12.12.2001*, só nos Estados Unidos foram "lavados" US$100 bilhões nesse ano. O FMI calcula que a soma total de dinheiro "sujo" no mundo poderia ser qualquer coisa entre 2 por cento a 5 por cento do PIB mundial, isso significaria, só para 1996, entre US$ 590 biliões dólares (o PIB da Espanha) e US$ 1,5 triliões.
9 TAPIA, R., "Corrupção e crime organizado", *Le Monde Diplomatique*, ed. Port., nº51, junho 2003, p.2
10 ATTAC, op.cit.
11 Na INTERNET pode encontrar-se anúncios que pela quantia de 600 ou 3.000 US dólares cria em 24 horas um *offshore*.
12 Tendo sido o Panamá e a Libéria os países tradicionais, mais recentemente tenham recorrido a outros países, especialmente os portos britânicos da Ilha de Man e de Gibraltar. A bandeira britânica oferece confiança, segurança, prestígio e inspetores reconhecidos em todo o mundo.
13 Às bases militares norte-americanas no estrangeiro são controladas pelo Pentágono. Existe algo de simbólico no atacar simultaneamente as Twins Towers e o Pentágono?
14 120.000 "offshore companies and trusts", *International Consortium of Investigative Journalists.*
15 O conceito "branquear", ou "lavar" foi criado por *Lucky* Luciano, que fazia aparecer seus rendimentos na contabilidade das lavandarias do seu amigo Lansky.
16 https://www.profil.at/home/der-suchtgiftmarkt-zeiten-krise-un-drogenbekaempfer-costa-interview-231884.

Direitos Reservados

Transformação de Portugal NUM ESTADO EXÍGUO

MANUEL B. MARTINS GUERREIRO

NO ARTIGO SOBRE catástrofes, responsabilidades e atitudes, publicado no número 126 de *O Referencial*, assinalei o processo em curso de desagregação e transformação do Estado republicano português. Tendo havido leitores que me pediram para aprofundar o tema e esclarecer melhor como ocorre esse processo, tentarei fazê-lo agora.

Convém, antes de mais, determo-nos sobre alguns conceitos e princípios.

Com a designação Estado e Aparelho de Estado pretendo abranger a organização dos poderes legislativos, executivo e judicial. O poder executivo inclui o aparelho administrativo, regulador e fiscalizador, as Forças Armadas e as Forças de Segurança, instrumentos fundamentais do exercício do Poder.

A autoridade dos governantes é uma autoridade constituída que decorre da Constituição, e esta da vontade dos cidadãos.

O Aparelho de Estado visa a prossecução do interesse geral de acordo com as directrizes constitucionais.

No Estado de Direito o poder económico subordina-se ao poder político. Os agentes políticos estão vinculados ao cumprimento de uma proposta de prestação de serviços: o programa eleitoral que submeteram ao soberano (o povo).

É na prestação de serviços à sociedade e aos cidadãos que o Estado democrático e os seus funcionários encontram a sua razão de ser e a sua legitimidade.

Os funcionários do aparelho administrativo, que constituem a função pública, prestam serviço ao Estado mediante um vínculo jurídico voluntário com consequências de dependência hierárquica e responsabilidade disciplinar.

Numa democracia avançada o poder tende a ser primariamente um dever, uma função, um serviço. A função que os servidores públicos exercem é um serviço que prestam à sociedade, visando o interesse geral; o poder que lhes foi conferido tem como objecto o desempenho dessa missão de serviço, que exige imparcialidade face aos vários interesses particulares em jogo na sociedade. O mesmo princípio se aplica a quem exerce funções nos órgãos de soberania.

A evolução para o Estado Social levou ao alargamento das funções públicas de promoção do bem comum, da justiça social e do bem-estar dos cidadãos.

São cada vez mais as tarefas que, visando a satisfação de necessidades elementares da vida do cidadão, passaram para o âmbito público: o abastecimento de água, gás e electricidade, os transportes públicos e os correios. A sua privatização constitui um grave retrocesso, em termos de qualidade do serviço prestado aos cidadãos e da responsabilização dos prestadores.

Vejamos o que se passou e passa em Portugal.

Cada país tem a sua história e cultura, qual o papel do Estado para a existência de Portugal?

Atentemos, em primeiro lugar, no papel relevante do Estado na formação de Portugal e na criação da nacionalidade portuguesa. Somos independentes e fizemo-nos portugueses porque assim o quisemos. Um Estado forte foi e continua a ser um elemento essencial da nacionalidade, constituindo o garante da sua continuidade.

O Estado foi e é o veículo de afirmação da vontade de sermos portugueses. O Estado e o mar

contribuíram para sermos o que somos hoje: portugueses universalistas.
A cada regime político e económico corresponde um determinado aparelho de Estado. A nossa história mostra-o claramente.
Os órgãos de soberania, as suas atribuições e o aparelho de Estado da monarquia constitucional são diferentes dos da monarquia absoluta. O Estado republicano é bem diferente do Estado monárquico.
Não por acaso, Sidónio Pais quis chamar ao seu aparelho de poder a Nova República e Salazar chamou Estado Novo ao Estado Corporativo de matriz fascista nascido do 28 de Maio e plasmado na Constituição de 1933.
O 25 de Abril e a Constituição de 1976 reimplantaram o Estado republicano. A libertação ocorrida em 1974 desagregou o Estado corporativo e iniciou um processo de transição para um Estado democrático com funções de Estado social, reestruturando o aparelho administrativo, tendo em vista o exercício das funções essenciais no domínio social. Para isso, o número de funcionários públicos aumentou consideravelmente nas áreas da saúde, da educação e da segurança social.
Há que salientar, contudo, que a ideologia e a cultura corporativa e autoritária não morreram nem foram completamente desmontadas.

O 25 DE ABRIL E A CONSTITUIÇÃO DE 1976 REIMPLANTARAM O ESTADO REPUBLICANO. A LIBERTAÇÃO OCORRIDA EM 1974 DESAGREGOU O ESTADO CORPORATIVO E INICIOU UM PROCESSO DE TRANSIÇÃO PARA UM ESTADO DEMOCRÁTICO COM FUNÇÕES DE ESTADO SOCIAL, REESTRUTURANDO O APARELHO ADMINISTRATIVO

PROCESSO DE DESORGANIZAÇÃO

Hoje o aparelho do Estado sofre um processo de desorganização, desarticulação e enfraquecimento devido a vários factores:

- As sucessivas reorganizações e reformas do aparelho de Estado e da função pública em conformidade com os ciclos políticos, nomeadamente o Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE) e o Plano de Redução e Melhoria da Administração Central (PREMAC), que propiciaram a desarticulação dos serviços e induziram um decréscimo de qualidade do seu produto;
- As fusões de ministérios e organismos sem obediência a qualquer lógica funcional para, passados dois ou três anos, virem a ser recriados com a consequente desorganização e perda de capacidade de toda a sua estrutura (casos evidentes do Ministério do Mar, da Agricultura, do Ambiente e da Cultura) e a extinção pura e simples de ministérios: Obras Públicas, Comunicações e Transportes;
- A criação continuada de Entidades Administrativas Independentes e Entidades Reguladoras, exteriores ao aparelho executivo do Estado, enfraquecendo-o;
- A alienação/transferência para entidades privadas de funções e bens públicos;
- A utilização e promoção da ideia do Estado mínimo;
- A adesão à U.E. e ao Euro nas condições em que foi feita (que não teve apenas efeitos positivos), promovendo a privatização de empresas públicas estratégicas, destruindo parte da nossa capacidade produtiva e contribuindo para o aprofundamento das desigualdades entre os cidadãos portugueses;
- O processo de conquista de poder pelas multinacionais, pelas grandes corporações e pelos centros de poder financeiro internacional, que vai desagregando, enfraquecendo e diluindo o Estado soberano.

Como se tem processado a transformação que ocorreu e ocorre nos Estados Democráticos incluindo Portugal?
O Estado de regime republicano nascido da Revolução Francesa caracteriza-se pela separação dos três poderes do Estado: Executivo (governo), Legislativo (Parlamento) e Judiciário (os tribunais). Com a evolução da sociedade a transformação do Estado tem ocorrido num sentido correspondente às transformações económico-financeiras, sociais e culturais dominantes, importando modelos dos EUA alheios à cultura e sistema juridico europeus.
O poder executivo apropriou-se de parte do poder legislativo através da publicação de decretos-leis, decretos regulamentares e portarias. O poder judicial é parcialmente independente. Em contrapartida, o poder executivo perdeu o controlo sobre o sistema financeiro e está a perder as funções de autoridade reguladora, normalizadora e fiscalizadora que sempre exerceu por intermédio da sua Administração Central.

CINCO PODERES...

Hoje temos presentes na sociedade cinco poderes que pertenceram ou eram controlados pelo Estado, organizados de forma autónoma, independentes uns dos outros, para já não falar da comunicação social.
Aos três poderes clássicos do estado soberano somam-se:
a) o poder financeiro (sistema bancário) e seguros, que domina o poder económico e que escapa quase completamente ao poder executivo, sendo supervisionado por Entidades Independentes: o Banco de Portugal, a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) e a Autoridade dos Seguros e Fundos de Pensões de Portugal (ASP);
b) o poder regulador, que é exercido em grande parte por um conglomerado de entidades ou autoridades reguladoras, normalizadoras e fiscalizadoras autónomas e "independentes", umas ainda dentro e outras já fora do perímetro do Estado.
Os gestores de tais entidades nomeados pelos órgãos de soberania, são praticamente inamovíveis e não respondem a ninguém (são irresponsáveis?): o BdP, a CMVM, a ASP, a Autoridade Nacional de Comunicações (ANACOM), a Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos

(ERSE), a Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC), a Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR), as Entidades Públicas Empresariais (EPE), como a Entidade para os Mercados de Combustivel, a Entidade Reguladora da Saúde, a Autoridade da Concorrência (AC), a Autoridade de Acreditação como o Instituto Português de Acreditação (IPAC), Instituto Português de Qualidade, o Instituto Nacional da Aviação Civil, o Instituto da Mobilidade e dos Transportes, a Agência para a Competividade e Inovação (IAPMEI) e muitas outras.

Algumas destas entidades alheias à pessoa colectiva do Estado são mais independentes que os próprios tribunais, tendo autonomia de gestão, administrativa, juridica e financeira uma vez que encontraram vias de se financiarem a si próprias, os seus gestores e funcionários não são servidores do Estado nem funcionários públicos. Prestam contas e respondem perante quem? Quem as controla? Quem servem? Qual a sua legitimidade?

A criação destas "novas" entidades coloca em causa dois principios fundamentais da organização do Estado:

O princípio da unidade de acção do Estado, que só pode ser garantido pelo governo;

O princípio da responsabilidade, cuja quebra se torna insuportável num país digno.

Porque se verifica esta transformação do Estado republicano de cariz social criado depois da II Guerra Mundial?

Para dar livre expressão à globalização económica e ao poder financeiro internacional nos anos 1970 e 1980 os poderes politicos europeus fomentaram sempre que possivel, a desregulação e a liberalização em extremo, muito adequadas para reduzir ao mínimo o Estado republicano de matriz social. A independência e total liberdade do sistema financeiro mundial (legal e ilegal ou oculto), foi a forma encontrada para garantir às grandes corporações internacionais e multinacionais a hegemonia sobre a política dos estados-nação e sobre as suas economias, apoiando-se na ideologia neoliberal e no processo de globalização mundial.

Foram criadas agências, entidades ou autoridades independentes mais ou menos *ad hoc*, boas para os movimentos de privatização e "libertação da sociedade civil", que se ligaram em rede e formaram verdadeiras hidras de múltiplas cabeças ou polvos com muitos braços, apoiados por entidades e instituições supranacionais.

Sabemos por experiência própria que a globalização não é adepta do humanismo nem sequer dos valores humanos da primeira geração, quanto mais dos de segunda, terceira ou quarta gerações. A liberdade e informalidade da sua ação interna e externa casam muito bem com as teorias do Estado Mínimo, a pulverização do poder e do direito, a medievalização e a neo-feudalização.

O colectivo difuso fica à mercê de grupos fortes como corporações, empresas, mercados e os fora internacionais.

A Constituição da República Portuguesa foi alterada tendo sido introduzido o artigo 267.º, que no n.º 3 diz que a Lei pode criar Entidades Administrativas Independentes (AAI).

Nasceram assim um pouco *ad hoc* as autoridades com funções reguladoras das actividades dos sectores privado, público e cooperativo, o que só veio a ser "normalizado" pela Lei 67/2013, de 28 de Agosto, e pela Lei do Enquadramento dos Institutos Publicos de regime especial, na sequência do plano da Troica, FMI e U.E.

O Estado português sob tal orientação e influência alienou grande parte do seu poder e capacidade reguladora; o poder executivo tem vindo também a perder capacidade jurídica, técnica e de fiscalização. O que daqui resulta é um Estado enfraquecido e desorganizado cada vez menos responsável e mais permeável aos interesses financeiros, económicos e corporativos.

ESTADO MENOS DEMOCRÁTICO

Por outro lado, o Estado tornou-se menos democrático à medida que os poderes transferidos se vão eximindo ao controlo democrático dos cidadãos.

Dos poderes indicados (sem falar no poder condicionador e anestesiante da comunicação social), apenas dois, o executivo e o legislativo, são em parte controlados democraticamente pelo voto dos cidadãos. A nossa sociedade e o Estado republicano que reconstruímos após o 25 de Abril estão em transformação acelerada, foram parcialmente capturados e feudalizados por interesses privados sob a influência de:

- Factores internos – fraqueza, seguidismo, incompetência e patriotismo de lapela de muitos dirigentes, acrescido de alheamento e incompreensão, do que se passa, por parte das classes médias;

A GLOBALIZAÇÃO NÃO E ADEPTA DO HUMANISMO NEM SEQUER DOS VALORES HUMANOS DA PRIMEIRA GERAÇÃO, QUANTO MAIS DOS DE SEGUNDA, TERCEIRA OU QUARTA GERAÇÕES. A LIBERDADE E INFORMALIDADE DA SUA AÇÃO INTERNA E EXTERNA CASAM MUITO BEM COM AS TEORIAS DO ESTADO MÍNIMO

- Factores externos, que são dominantes – globalização, ideologia neoliberal, entrada para a U.E., adesão ao Euro, intervenção da Comissão Europeia, BCE e FMI,

cujo sentido foi e é a redução de Portugal a um Estado exíguo e do aparelho de Estado ao aparelho de Estado mínimo, se possível.

Tal objectivo não foi ainda plenamente atingido. A sociedade portuguesa resiste nas áreas sociais mais sensíveis – saúde, educação e assistência social –, áreas em que o número de organismos e de funcionários cresceu bastante e a ideologia do Estado republicano, do serviço público e do bem-estar dos cidadãos está viva, ainda que na defensiva.

Por outro lado, apesar de ter sido desmantelado o Estado Corporativo de matriz fascista, subsistem ainda traços culturais e renascem formas autoritárias e corporativistas. Podemos dizer, sem receio de errar, que ainda existem muitos esqueletos do salazarismo nos armários da

democracia. Sem isso e sem a forte influência dos factores externos não teriam sido possíveis no Portugal de Abril, o cavaquismo nem o socratismo, igualmente não teria sido igualmente possível a política de um governo Passos Coelho, mais troiquista do que a Troica.

TRANSFORMAÇÕES NO GOVERNO

Abordemos agora, como exemplo, os casos concretos das transformações no governo, nos ministérios da Administração Interna, Defesa e Agricultura.

No conjunto do governo, por efeito do PRACE e do PREMAC, de Sócrates e Passos Coelho, os Organismos da Administração Directa do Estado passaram:

- Na Administração Central, de 133 para 81 organismos; na Administração Periférica, de 55 para 14. Aumentou, assim, a centralização do Estado, ao arrepio do que se passa em toda a Europa e da ideia de maior proximidade entre os serviços e o cidadão, contribuindo para o abandono do interior;
- A Administração Indirecta do Estado passou de 98 para 55 organismos, por via da fusão ou integração de institutos e comissões;
- Nas Entidades Independentes não houve qualquer redução, o que não deixa de ser estranho;
- Os Órgãos Consultivos passaram de 53 para 25;
- Outras estruturas passaram de 97 a 41, sobretudo por via do PREMAC.

De um total de mais de 440 organismos passámos para 224. Reconhecendo-se embora que nem tudo foi negativo, é-o sem dúvida a resultante para a democracia, para o exercício da cidadania, para o Estado e para o País.

Quer o PRACE, quer o PREMAC, assumiram, entre outras, como linhas estratégicas:

- Externalizar as funções produtivas e de prestação de serviços;
- Reduzir o Estado e os seus custos e implementar novas estruturas.

O PRACE atacou sobretudo as direcções-gerais; o PREMAC, a Administração Periférica e outras estruturas, procedendo à concentração e centralização de organismos.

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Foram extintos dezoito Governos Civis, foi destruída a administração intermédia entre os municípios e o Governo Central; no total passou-se de 29 para 7 estruturas e as Direções Gerais passaram de uma para duas. Ocorreram alterações de fundo na Direcção-Geral de Viação, na Direcção-Geral de Administração Interna e na criação de duas Autoridades Nacionais: Segurança Rodoviária e Protecção Civil.

A criação das autoridades, com uma lógica de funcionamento, de cadeia hierárquica e de responsabilidades mais difusa e dispersa, com órgãos colectivos de comando e decisão menos consolidados do que as direcções-gerais que lhes deram origem, levou aos resultados conhecidos no combate aos incêndios e na redução da capacidade administrativa de alguns serviços, à diluição de responsabilidades e à confusão ou indefinição entre público e privado que todos os dias são notícia, sobretudo nas comunicações telefónicas e postais.

O aspecto particular do MAI, em termos de clareza de procedimentos e de interferência mútua dos diversos organismos, onde não se sabe quem é o responsável, é um caso a não repetir. Mostra-o o exemplo do SIRESP, como mostra a incapacidade de uma clara definição de responsabilidades e de defesa do interesse público na articulação entre público e privado.

Há que assinalar também a transferência de funções de segurança para entidades privadas, as quais têm hoje efectivos da ordem dos 35 000 "seguranças" – muito mais que a PSP ou a GNR, ou ainda as Forças Armadas, cujos efectivos, em cada caso, vão pouco além dos 20 000 ou 25 000.

MINISTÉRIO DE DEFESA NACIONAL

Embora esta análise abranja um período mais próximo, não podemos ignorar a extinção do Serviço Militar Obrigatório (para satisfazer as juventudes partidárias do então chamado "arco da governação"), instrumento fundamental dum Estado republicano, teoricamente compensado por umas Forças Armadas completamente profissionalizadas e pelo recurso a contratados, instrumentos que configuram um Estado liberal ou neoliberal.

Perdeu-se um instrumento fundamental na formação cívica e patriótica da juventude portuguesa sem ter sido criada qualquer alternativa

No período mais recente, a redução no âmbito do MDN foi de dezassete para catorze organismos. Anteriormente já haviam sido criadas duas Autoridades Nacionais, a Marítima e a Aeronáutica, com lógica diferente das direcções-gerais, retirando poder à Marinha e à Força Aérea e tornando mais complexas e diluídas as estruturas hierárquicas e as cadeias de responsabilidade.

O ESPECTO PARTICULAR DO MAI, EM TERMOS DE CLAREZA DE PROCEDIMENTOS E DE INTERFERÊNCIA MÚTUA DOS DIVERSOS ORGANISMOS, ONDE NÃO SE SABE QUEM E O RESPONSÁVEL, É UM CASO A NÃO REPETIR. MOSTRA-O O EXEMPLO DO SIRESP, COMO MOSTRA A INCAPACIDADE DE UMA CLARA DEFINIÇÃO DE RESPONSABILIDADES

As grandes alterações no Ministério de Defesa Nacional antecedem o PRACE e processaram-se retirando poder, funções, competências e capacidades aos ramos das Forças Armadas, transferindo-os para estruturas criadas no Ministério ou no EMGFA, e centralizando competências sem consolidar as respectivas capacidades, ficando o conjunto enfraquecido.

Com o processo de transferências e redução de efectivos, o conjunto do MDN perdeu capacidades operacionais, técnicas e jurídicas. Cite-se o caso dos submarinos, cujo contrato acabou por ser em parte elaborado por uma sociedade de advogados, quando ainda nas décadas de 1980 ou 1990 a Marinha dispunha de capacidade para elaborar e negociar tal tipo de contratos.

A reforma levada a cabo na Saúde Militar teve enormes custos, decorrentes do abandono de infra-estruturas, do desperdício de capacidades e equipamentos e da edificação de novas infra-estruturas, que redundaram na prestação de piores serviços de saúde à generalidade dos militares e famílias,"empurrando-os" para os hospitais privados ou para o da Cruz Vermelha.
Quanto ao IASFA, a sua degradação é contínua. O modelo de gestão consubstanciado no afastamento dos militares tem levado o Instituto a uma situação lamentável de clara degradação, a que urge pôr cobro.
No que se refere ao sector empresarial do Estado nas indústrias de Defesa, a lógica foi também de alienação, destruindo-se instrumentos estratégicos, nomeadamente nas áreas da indústria naval e C3.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, MAR, AMBIENTE E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

A fusão dos ministérios no XIX governo (Passos Coelho), que o XX governo de António Costa voltou a separar, recriando-os, gerou perturbação e instabilidade nos respectivos aparelhos administrativos; porém os gabinetes ministeriais não se preocupam muito com isso, sendo que provavelmente até agradecem.
Quanto à fusão, agregação e integração de organismos, o processo foi em parte o de transferência de competências da Administração Directa para Administração Indirecta e posterior recurso à externalização.
O caso da APA-IP é talvez o mais flagrante: passou-se da Agência Portuguesa do Ambiente (Administração Central Directa) para a Agência Portuguesa do Ambiente – Instituto Público, que integrou mais onze organismos – Administração Indirecta, com a consequente desorganização e externalização de serviços, criando-se um organismo gigantesco com mais de setecentos funcionários, metade dos quais são técnicos com formação superior, daí decorrendo uma evidente dificuldade de gestão e articulação. Apesar de tudo os funcionários e técnicos, por meio do seu esforço, competência, sentido de serviço público e dedicação, foram capazes de criar um bom ambiente de trabalho e dedicação ao serviço, ultrapassando as dificuldades e burocracias do gigantismo.
No conjunto, de sessenta organismos, passou-se para trinta, ocorrendo a grande alteração nos Institutos Públicos agregados ou fundidos, que passaram de vinte e um para oito, e na Administração Periférica, com a reorganização territorial das Direcções Regionais de Agricultura.
Não deixa de ser irónico que aqueles que promoveram o Estado mínimo e degradaram os serviços do aparelho de Estado Social venham hoje clamar que o Estado falha e pretendam que ele esteja presente em todo o lado e em todas as situações; há que exigir maior coerência e responsabilidade a quem desempenha funções nos órgãos de soberania.
Há anos escrevi: "Mesmo que por via eleitoral se consiga substituir o Governo de Passos Coelho, será muito difícil reconstruir a máquina do Estado, repor a cadeia de responsabilidades, dignificar a função pública e restituir-lhe a satisfação e o orgulho de prestar um serviço público aos seus concidadãos e ao País."

Estamos exactamente nessa situação, com um aparelho de Estado dinamitado com bombas-relógio e petardos em múltiplos pontos e em vários serviços públicos, que de vez em quando explodem: da Educação à Saúde, da Agricultura e Ambiente aos Transportes e Comunicações e da Defesa à Administração Interna. Nos últimos tempos tivemos manifestações evidentes desse estado de coisas, com perda de vidas humanas e de bens materiais e patrimoniais, na Administração Interna, na Agricultura, no Ambiente, na Saúde e na Defesa Nacional.
A resposta à difícil situação em que nos encontramos não passa pela repetição dos erros organizacionais do passado – intencionais ou não –, inspirados em modas neoliberais e no "empreendedorismo" a todo o custo, com a transferência para os privados ou para entidades "públicas" mais ou menos independentes, de competências sem as inerentes responsabilidades que são, e não podem deixar de ser, do Estado democrático.

CULTURA DE SERVIÇO PÚBLICO

É necessário repor a cultura do serviço público e da ética republicana, estabilizar o funcionamento, as competências e as capacidades do aparelho de Estado, e captar para o serviço público muitos dos nossos melhores elementos, em vez de os impulsionar à busca de trabalho no estrangeiro ou nas multinacionais.
É fundamental a existência de uma visão e de uma estratégia de longo prazo e que garanta a estabilidade organizacional. É absurdo que não haja um acordo mínimo sobre o número e atribuições dos ministérios e que o aparelho de Estado flutue ao sabor dos ciclos eleitorais e dos interesses financeiros ou económicos.
Há que capacitar o Estado e os seus serviços para o desempenho cabal das suas funções quer nas áreas do exercício da soberania, quer no serviço directo aos cidadãos – nos campos da Saúde, da Educação e da Segurança Social –, atribuindo-lhe os indispensáveis recursos; a cidadania tem de fazer ouvir a sua voz.
Há que defender os princípios do Estado democrático.
Há que impedir a fragmentação, desarticulação, atomização e pulverização das funções do Estado.
É indispensável desmontar pressupostos ou ideias falsas, como a de que a gestão privada é melhor que a pública, que o progresso económico beneficia todos, ignorando as enormes desigualdades e a marginalização de sectores cada vez maiores da nossa sociedade, os descartáveis e os danos que é susceptível de provocar e muitas vezes provoca à nossa casa comum – a Terra.
Há que desmontar a ideologia da globalização imposta pelo mercado financeiro, que capturou uma grande parte dos dirigentes e que influencia uma porção significativa da nossa sociedade, colocando em risco a democracia, a liberdade e a dignidade humana.

REFERENCIAIS da deserção

Direitos Reservados

MANUEL PEDROSO MARQUES

ANOTO QUE, FINALMENTE, começa a discutir-se o exílio e a emigração tendo como motivo a deserção, ou seja, a decisão pessoal de não cumprir o serviço militar nem fazer a guerra, por objeção política, por objeção de consciência ou pelas duas razões.

Passadas mais de quatro décadas sobre os treze anos de Guerra Colonial que o nosso país sofreu, discutir hoje o assunto implica procurar as razões pelas quais esta discussão permaneceu omissa.

A lista de sinónimos que os dicionários atribuem às palavras deserção e desertor é anacrónica, naturalmente tradutora de uma ideia feita no passado mas imperfeita nos tempos atuais. Traição, fuga, crime, infiel, trânsfuga, covarde não esgotam as conotações que se poderiam contrapor a outras, como coerência na afirmação de convicções, coragem para enfrentar o início de vida no estrangeiro, valentia nas fugas e resistência às ameaças de prisão por liberdade de pensamento e, muito importante: aguentar o arrepio da vontade sobre o que cada um imaginara para a sua própria vida.

Uma distinção deve ser feita à partida. A diferença de julgamentos sobre as guerras e sobre uma determinada guerra. Independentemente do direito de objeção de consciência há o de se colocar cívica e politicamente perante uma determinada guerra.

O mancebo Bill Clinton, quando foi chamado pelo serviço de recrutamento, aos dezoito anos, durante a Guerra do Vietname, escreveu aos serviços a dizer que se apresentaria, porque achava desonroso não o fazer, mas que não iria para aquela guerra "a War I opposed and despised". O destino, muitas vezes incerto e irónico, deve ter lembrado a canção de Boris Vian, *Le Déserteur*, ao homem que veio a ser o Presidente Bill Clinton, quando enviou tropas para a Somália e ordenou ataques noutros lugares. "*Monsieur le Président/ Je vous fais une lettre/.../ Je viens de recevoir/ Mes papiers militaires/... / Pour partir à la guerre/ Avant mercredi soir/ Monsieur le Président/ Cést pas pour vou facher/ Il faut que je vous dise/ Ma décision est prise/ Je m'en vais déserter*".

Muita gente tem a ideia de que a ética social de uma atitude individual pode constituir uma forma de subtração às obrigações e aos deveres de cidadania. Mormente quando essas obrigações envolvem riscos pessoais, inclusive de vida. Pode ou não pode. Depende!... De qualquer modo, esta ideia, invasora de consciências, será talvez responsável pela não assunção pública da atitude de deserção que muitos indivíduos tomaram. A motivação do ato de desertar é individual e não me consta que o individualismo seja uma doutrina associal ou que desresponsabilize o cidadão. Poderá não o colocar no ápice da coresponsabilização mas não o desresponsabiliza completamente. Além disto, quem deserta corre riscos. A deserção é crime. Mas também se pode louvar o uso do direito de contestação sempre que esteja em causa o que o cidadão pensa que deve ser a sua postura ética, pessoal e socialmente, sobre um problema coletivo, concreto.

O número de desertores durante a Guerra Colonial parece que é de oito mil (a pesquisa histórica não está terminada e confessa insegurança nos dados, segundo li). Contando com os refratários e os faltosos, o número será superior a duzentos mil, incorporados de facto no milhão e meio de emigrantes durante o período daquela guerra, correspondentes a 15 por cento da população geral e mais de 30 por cento da população ativa.

Apesar da dimensão destes números, eles não são culpabilizados por situações sociais, nem comentados por parte dos políticos, dos militares e da opinião pública que não compreende ainda hoje a descolonização como um facto imperioso. Mesmo entre opiniões subscritas por cidadãos com inegáveis convicções democráticas e oposicionistas à ditadura de Salazar, a descolonização confundia-se com um ataque à integridade da Pátria.

O silêncio sobre a deserção talvez se deva ao facto de o olhar sobre as guerras por quem as fez seja diferente do olhar de quem se recusou a faze-las. Sou testemunha do orgulho que camaradas meus, militares, depositam na maneira como cumpriram os seus deveres

militares, durante a guerra. Mas todos somos testemunhas de que alguns sentiram que esse orgulho estava ao serviço de uma guerra vexatória. O maior fundamento político do 25 de Abril vem, a meu ver, deste conflito moral e político sentido por alguns militares. Neste conflito radicam as movimentações que conduziram ao 25 de Abril.

Estes conflitos não existiram apenas entre militares. Existiram, justificados com outros argumentos, entre as várias opiniões e partidos ou forças políticas clandestinas que, por sua vez, evoluíram ao longo da mudança das ideias e da situação. Os desertores, como os refratários e faltosos não eram apoiados pelo Partido Comunista Português, que defendia a tese que era mais eficaz evidenciar a oposição à guerra junto dos soldados, na frente de combate. Outros, influenciados pelas novas gerações de estudantes, a partir de 1968, pensavam diferentemente e vieram a adotar a prática da "ação direta", à qual o Partido Comunista veio também a aderir, efetuando ataques seletivos, armados, na "Metrópole" a símbolos da guerra colonial e instalações militares.

Desde a Guerra dos Trinta Anos, no século XVII, que nenhum país europeu manteve três frentes de guerra durante treze anos, em três teatros, como Portugal. Houve períodos longos em que guerras intervalavam escaramuças, principalmente na América do Sul, sobre a delimitação de fronteiras. Na Europa, o país que mais se aproxima de Portugal será a Grã-Bretanha, também no século XX e também em processos de descolonização, depois da Segunda Guerra Mundial, em que manteve doze anos de guerra no Extremo Oriente (Malásia) e no Quénia, Chipre e noutros países mas muito menos tempo e não em igual simultaneidade. Em intensidade bélica talvez a França na Argélia tenha atingido os valores máximos, embora em muito menos tempo. A guerra dos EUA no Vietname foi também de enorme intensidade mas, representando um esforço financeiro e humano enorme para o país com a maior economia do mundo, proporcionalmente, não foi tão grande como o do nosso país nas ex-colónias. Para concluir, apenas que os sinais de fadiga de guerra em Portugal eram absolutamente justificados.

O número de emigrantes e desertores, aliado ao esforço atrás referido, reforçava uma ideia – que talvez existisse mais no estrangeiro do que em Portugal – sobre as perspetivas de alteração da política portuguesa da ditadura para a democracia. Considerava-se, a partir de uma certa altura, que a queda da ditadura estava mais dependente da evolução da Guerra Colonial do que da capacidade política das correntes oposicionistas operarem uma transformação interna. Esta convicção, mais ou menos generalizada (consciencializada) instigava a deserção e a emigração.

RAZÕES DO SILÊNCIO SOBRE A DESERÇÃO

A realidade inconveniente é normalmente silenciada pelos seus responsáveis como por aqueles a quem a realidade penaliza. Ao que consta, os primeiros depoimentos sobre os campos de concentração nazis não foram ditos por quem foi salvo do extermínio. Foram feitos por outros que ouviram contar. Escritores que não fizeram outra coisa senão escrever só conseguiram falar de sofrimentos em prisões e torturas várias décadas passadas, como foi o caso de Cid Benjamim, escritor brasileiro. Registei, aliás, esta minha perceção quando, ao escrever sobre exilados políticos, prolonguei o título do livro com a razão pela qual o escrevia "Os Exilados não esquecem nada mas falam pouco".

Contribuirá para não se falar sobre o fenómeno da deserção, apesar de ser à escala nacional, a formação dos militares. A formação militar essencial para o cumprimento de certas missões, como as que têm a ver com a impossibilidade de abandono da zona de combate ou o cumprimento de missões denominadas "a todo o custo", reveste-se de uma solidariedade indestrutível para com o corpo de seus camaradas que torna impossível admitir outra atitude em nome de quaisquer outros valores pessoais. O espírito de corpo impera. A deserção para os militares, em certas circunstâncias, em guerra, é crime e vergonha.

Este comportamento militar face à solidariedade sentida num espírito de corpo é natural. Como a natureza faz do pássaro de vigia a sentinela que avisa o bando que dorme da aproximação do predador inimigo. Ao emitir um silvo que avisa o bando denuncia a sua localização e será, provavelmente, o único a ser atacado. A moderna visão da Biologia também coloca a "Lei da Selva" não mais como a lei do mais forte mas como a lei da entreajuda, fornecendo exemplos, nos géneros animal e vegetal em que o parasitismo se aproxima da simbiose: árvores mais novas que captam alimento que fornecem às mais velhas que estão perto delas; animais parasitários de outros, como as aves que se alimentam de outros parasitas no dorso de animais e que os picam e acordam, avisando-os da aproximação de espécie atacante, etc., etc. Desde a Antiguidade que a filosofia se encarrega de estudar as relações entre o natural e o racional.

A estratégia político-militar vive mal sem objetivos, como, aliás, a geopolítica se dá mal com o vazio estratégico. A situação colonial em guerra que Portugal viveu implicava uma resposta estratégica e a inerente definição de objetivos. Foi

A ESTRATÉGIA POLÍTICO-MILITAR VIVE MAL SEM OBJETIVOS, COMO, ALIAS, A GEOPOLÍTICA SE DÁ MAL COM O VAZIO ESTRATÉGICO. A SITUAÇÃO COLONIAL EM GUERRA QUE PORTUGAL VIVEU IMPLICAVA UMA RESPOSTA ESTRATÉGICA E A INERENTE DEFINIÇÃO DE OBJETIVOS.
FOI O QUE O MARECHAL COSTA GOMES (ENTÃO TENENTE-CORONEL COM FUNÇÕES NO GOVERNO) QUIS DIZER EM 1961, NA CÉLEBRE CARTA QUE ESCREVEU PARA SALAZAR LER E ELE NÃO ENTENDEU

PUBLICIDADE

SERIGRAFIA DE JÚLIO POMAR

Com a serigrafia do Burro a Cantar Fado quis Júlio Pomar homenagear a gesta de Abril quando estavam cumpridos 40 anos sobre a "madrugada inteira e limpa". O quadro original do génio criador foi reproduzido numa edição de 200 exemplares devidamente numerados. As cópias ainda disponíveis podem ser adquiridas na sede da A25A. Os interessados devem solicitar a reserva através de correio electrónico para a25a.sec@25abril.org ou pelo telefone 21 324 14 20.

o que o marechal Costa Gomes (então tenente-coronel com funções no governo) quis dizer em 1961, na célebre carta que escreveu para Salazar ler e ele não entendeu. A missão militar era ganhar tempo para que a política encontrasse uma solução para a situação colonial. A política perdeu tempo, como aliás acontece com todas as ditaduras – não veem o tempo nem os tempos. Viveu-se no vazio estratégico-político e a estratégia resumia-se ao emprego operacional de forças militares, sem objetivo estratégico. Um *non sense*. A única resposta era a ausência dela, portanto, o silêncio. Adotou-se a política sepulcral do "orgulhosamente sós", fechados ao mundo, mudos e surdos.

Esta atitude lançada para o exterior era duplicada para o interior do país, mesmo quando já havia um outro patamar de contestação em Portugal, após 1970, por forças políticas organizadas, como já aludimos. Não bastava que Pietro Nenni, dirigente Socialista italiano, dissesse, desde 1945, que a consequência mais importante da Segunda Guerra Mundial era o fim da Europa como continente colonizador. Fingia-se ignorar a realidade porque ela não obedecia à ditadura. No tempo de Marcelo Caetano ainda se afirmava a sua convicção "na construção de uma sociedade multicultural, sob a égide da mãe-pátria".

Como é evidente, neste clima político, a execração da deserção atingia o auge da realidade silenciada, porque inadmissível.

DESERTORES BUROCRÁTICOS

Desculpar-se-á esta nota pessoal porque dá conta de uma singular classe de desertores. Chamo-lhes desertores burocráticos, à falta de melhor expressão. A minha Nota de Assentos (para os não militares, é o processo individual que contem toda a vida do militar, colocações, nomeações, promoções, etc.) menciona que fui abatido ao efetivo, precisamente em 13 de Janeiro de 1962, por deserção. Seja treze dias depois da ação militar e civil contra o regime político ditatorial, desencadeada em Beja, em 31 de dezembro de 1961. Treze dias de ausência ao serviço sem licença era o prazo legal para converter o militar ausente em desertor, naquele tempo. Na linha imediatamente a seguir diz-se que fui reintegrado ao abrigo de uma mencionada lei, publicada a seguir ao 25 de Abril. E não se diz mais nada. Nem porque fui considerado desertor e julgado e condenado no Tribunal Plenário da Boa-Hora, nada!

Pensei que deveria solicitar a correção ou a clarificação daquela situação mas, avesso a formalismos, porque tinha muito que fazer e o 25 de Abril, naquele tempo, dava muito trabalho... a muita gente, depois de falar com camaradas conjurados na ação de Beja, entendemos que fazia parte do regime esconder as razões porque certas coisas aconteciam e ninguém pediu alteração nenhuma... Voluntariamente, aderimos a uma nova classe de "desertores-reintegrados-pelo-25 de Abril".

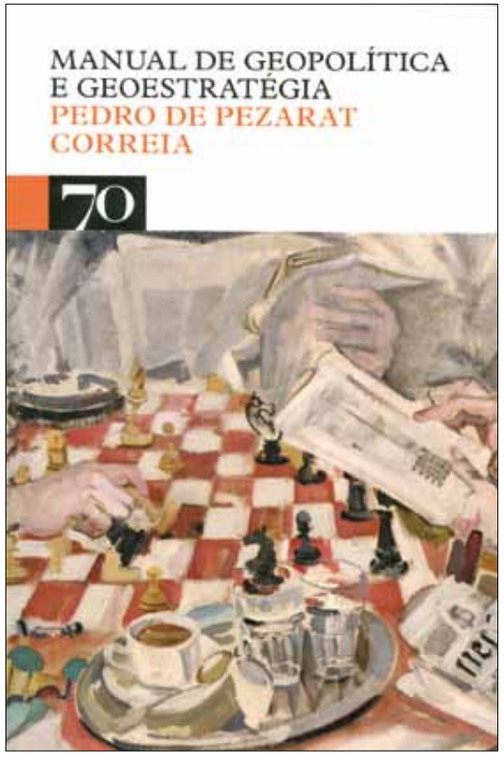
GEOPOLÍTICA E GEOESTRATÉGIA
de Pedro de Pezarat Correia
(Nota de Leitura)

M. MALHEIROS

EXPLICAÇÃO NECESSÁRIA: Em primeiro lugar, devo pedir desculpa ao autor e a *O Referencial* pela ousadia de me pronunciar sobre uma obra de cujos temas sou apenas um leitor curioso e interessado, sem quaisquer credenciais. Estas notas de leitura são assim, apenas as impressões de alguém a quem o livro surpreendeu pela sua capacidade de, logo desde o início, atrair a atenção do não-especialista, o que aliás já tinha acontecido com a sua obra "Da descolonização: do protonacionalismo ao pós-colonialismo". Atraído pelo tema iniciei a leitura com receio de me encontrar perante uma exposição só acessível a iniciados. Para minha surpresa e grande satisfação não foi assim, e por isso me atrevo a partilhar estas notas de leitura. Na redação tive o apoio de Margarida Alexandrino Malheiros cujo percurso académico incluiu algumas destas matérias.

A presente edição do "Manual de Geopolítica e Geoestratégia" do major-general Pedro de Pezarat Correia (Edições 70, Almedina), é uma nova publicação do manual anterior com dois volumes, com reajustamento do conteúdo temático, como logo no início nos informa o autor. De algum modo é uma obra síntese do trabalho e da reflexão de uma vida. O autor andou pelas quatro partidas do mundo e nunca deixou de refletir sobre o que viu, ouviu e vivenciou. A sua capacidade, a sua experiência, a sua carreira militar, iniciada nos anos 50, tornaram-no um observador participante de acontecimentos que estão intimamente relacionados com o tema deste livro.

O autor refletiu amplamente sobre estes problemas, confrontou as diferentes doutrinas com a sua própria vivência. Este livro constitui uma excelente base de reflexão para quem queira ter uma visão atual das diferentes tensões nesta nossa aldeia global. Embora nos tenha dito, logo a abrir, que importa conhecer a arte da guerra, adverte-nos poucas páginas depois que não é um livro de historiografia militar, de histórias de guerras, nem de crónicas de batalhas, mas sim de interpretação dos fatores geoestratégicos, procurando estudar e compreender as zonas de tensão e conflitos, procurando perceber as razões pelas quais eles ocorrem e como eles foram resolvidos ou quais as linhas de força que poderão levar à solução.



Bem organizado, dispõe, para além do índice geral, de excelentes índices remissivo e onomástico, de uma bem elaborada lista de siglas, facilitando a sua utilização pelo leitor não especialista. Um conjunto de 41 mapas permite-nos uma localização fácil e uma compreensão geográfica dos problemas em causa. Analisando os diferentes conflitos sem inibições e deixando de lado preconceitos ou mesmo uma eventual ideologia pessoal, o autor conduz-nos através dos diferentes "emaranhados" com uma evidente preocupação humanista mas sem cair na generalização fácil ou na crítica "humanitarista".

Obra extensa, bem documentada, que cobre de forma bastante completa os grandes temas de geopolítica e geoestratégia, escrita com rigor científico mas acessível, sem cair, porém, na facilidade, antes pelo contrário mantendo sempre uma aproximação argumentada e documentada aos assuntos e aos problemas que analisa, Pezarat Correia cativa o leitor pela forma curiosa e encadeada com que vai desenvolvendo as diversas questões. Com um discurso fluído, o autor vai-nos conduzindo dos aspetos mais teóricos, na primeira parte, através das noções de estratégia(Sun Tzu, Clausewitz, Maquiavel...), à formação do pensamento geopolítico, às teorias da geopolítica clássica, até desembocar na nova geopolítica por contraposição à geopolítica clássica.

Particularmente interessante se revela o capítulo sobre a paz numa perspetiva da nova geopolítica (pág. 309) e onde descobrimos que vários autores portugueses já tinham meditado sobre este assunto (Soromenho Marques, José Manuel Pureza...). Com grande independência de espí-

rito, recorrendo sem hesitação a autores com as mais diferentes orientações(K. Arriaga, pág. 699, A. Moreira, pág. 72, 80-82, 372 e 401,...), mantendo sempre objetividade e rigor, analisa as diferentes doutrinas, embora sentindo-se nitidamente uma preocupação com a realização da democracia, o respeito pelos direitos humanos, pelo Estado de Direito e pela diversidade e dignidade humana. Se a primeira parte do livro é dedicada aos conceitos, teoria e doutrinas, com uma preocupação de enquadramento teórico e morfológico, a segunda parte é dedicada à análise estratégica de um mundo em conflito. Avalia aí, fundamentando-se na história, na geografia, na economia e na demografia, as diferentes situações de conflito, existentes ou potenciais, do mundo em que nos encontramos, mantendo sempre a serenidade de quem analisa os problemas depois de grande reflexão, é não só um conhecimento baseado nos livros mas também um conhecimento assente na prática e no encontro com alguns dos personagens que tiveram ou têm atuações nestas áreas. É exemplo disso, a forma como analisa a África Subsariana, que o autor, em grande parte percorreu e onde teve intervenção.

O impacto do 11 de Setembro de 2001 (pág. 389) é um dos momentos de leitura mais interessantes do livro, em que o autor desenvolve as grandes linhas caracterizadoras da nova ordem mundial. A evolução da guerra fria (pág. 327) ajuda-nos a compreender a situação atual e a evolução do então chamado "Terceiro Mundo" (o Movimento dos Países não Alinhados). A globalização pôs em causa uma pretensa unidade dos países que não pertenciam, à data (1955), nem ao primeiro nem ao segundo mundo e que pretendiam ser países não alinhados. Hoje, esta ideia de unidade perdeu sentido porque os interesses em jogo e o tipo de conflitos que agora vivemos são muito mais difíceis de abranger e aquela divisão (primeiro, segundo e terceiro mundos) que teve sentido num determinado período histórico, está agora fora dos quadros explicativos. Na segunda parte do manual, o autor faz a análise geoestratégica de um mundo em conflito, indo do quadro geoestratégico da guerra fria até ao mundo como zona global de tensão e conflitos, analisando-os numa matriz de base geográfica: Bacia Mediterrânica, África Subsariana, Oriente Asiático e América Latina.

É uma obra de um estudioso com uma grande vivacidade de espírito, com uma grande lucidez, alguém que, com preocupações de rigor académico mas sem a pretensão de "falar difícil", nos orienta sobre os temas fundamentais de Geopolítica e Geoestratégia.

Todos aqueles que tenham interesse e se preocupem com a situação do Planeta Azul do ponto de vista da guerra e paz, têm neste manual uma fonte, não só de informação mas também um incentivo à reflexão que vale a pena não perder. Aqui vamos encontrar, de forma desenvolvida a referência às questões do petróleo, dos recursos económicos, das minorias, da função e da importância das Nações Unidas, bem como da OTAN, do Mediterrâneo, dos refugiados e das migrações. Este livro bem merece ser conhecido para além dos círculos académicos a que inicialmente se dirigia.

GOSTAVA QUE O MUNDO FICASSE NOVO

O CONCRETO DA PAZ Só com Justiça, Editorial Caminho, Alfragide, 2017, de Januário Torgal Ferreira, condensa o pensamento do Bispo Emérito das Forças Armadas e de Segurança sobre uma questão tantas vezes polémica entre a sociedade portuguesa mas perante a qual o próprio nunca publicamente se furtou, tendo agora o mérito de a fixar em livro e aí a assumir para memória futura. Mais de 180 páginas alinham oito capítulos: Introdução, Sentido e exigências da paz, Acontecimentos ao sabor dos dias, Por que se terá preferido a guerra do Iraque, Caminhos na independência dos povos, Religiões e barbárie, Cooperação e liberdade no relacionamento, e Responsabilidades da democracia. A narrativa orienta o leitor para se colocar diante da questão da paz e sem rodeios o conduz à fonte inspiradora – a Doutrina Social da Igreja Católica.

A25A

O Papa Paulo VI, continuador do Concílio Vaticano II, inspirador da celebração do Dia Mundial da Paz, a ocorrer a 1 de janeiro, na mensagem inicial de 1968, referia: "A proposta a dedicar à Paz o primeiro dia do novo ano não tem a pretensão de ser qualificada como exclusivamente nossa, religiosa ou católica. Antes, seria para desejar que ela encontrasse a adesão de todos os verdadeiros amigos da Paz, como se tratasse de uma iniciativa própria".

D. Januário Torgal Ferreira, doravante A., sente o duplo apelo do Papa Montini e vai além da sua condição de religioso responsável dirigindo-se ao leitor como ente que deseja convocar para o mesmo desígnio "se queres a paz trabalha pela justiça!".

Esse trabalho pela justiça explana-o em dois eixos

do seu livro: um está sustentado em documentos fundamentais do Concílio Vaticano II, o outro reflete o seu próprio olhar crítico através de textos e pronunciamentos próprios, recolhidos na obra, sobre experiências pessoais e acontecimentos datados do nosso quotidiano.

Há uma outra importante "companhia" que o A. explicitamente torna presente em subtítulo de homenagem e cujo pensamento, implicitamente, deixa transparecer em tantas outras páginas: D. António Ferreira Gomes. O magistério do antigo Bispo Porto, exemplo e fonte de inspiração para o A. é motivo de reflecção não apenas pelo desassombro da "carta a Salazar" mas, sobretudo, pelas missivas ao Papa João Paulo II, sendo certo que também o Santo Papa Wojtyla emerge perante o A. como manifesta fonte inspiradora.

Perante a questão da guerra, "a fragilidade semântica", o A. recusa abstrações redutoras, apõe-lhe nomes próprios, associa os conflitos à ausência de reconhecimento do direito e da justiça, e segue o pensamento de D. António Ferreira Gomes: "O que urge ser refletido é a paz enquanto impossível" (pág. 23).

Sobre a noção de "guerra justa" socorre-se de "um princípio muito pouco citado de Pio XII: Não basta ter que se defender contra qualquer injustiça para utilizar o método violento da guerra. Quando os prejuízos, que esta implica, não se poderem comparar com os da injustiça tolerada, pode-se ter a obrigação de sofrer a injustiça" (págs. 24-25).

Refletindo sobre referências éticas e o fenómeno da guerra, bem como a irracionalidade da ética, o A. reconhece-se na declaração de intelectuais norte-americanos: "toda a guerra é terrível e essencialmente traduz um fracasso diplomático"; e cita o Papa João Paulo II na Mensagem pata o Dia Mundial da Paz de 1982: [a guerra] "é o meio mais bárbaro e mais ineficaz para resolver conflitos" (pág. 52).

Quanto à articulação da defesa armada e a não-violência, o A. toma claro partido: "A defesa da Paz exercita-se nas lutas de denúncias das injustiças e de anúncio das suas soluções, na hierarquização de objetivos transformadores, no desafio de uma sociedade sem habitantes da marginalidade" (pág. 58).

Outro trecho do livro ocupa-se da "Ética e comércio de armas" onde o A. discorre sobre declarações de membros do Conselho Pontifício Justiça e Paz: "a guerra é a mãe de todas as pobrezas", "se não impedirmos o tráfico de armas e empreendermos uma ação de preservação da paz (*peace keeping*), não haverá desenvolvimento" (pág. 65), sustentando, por outro lado, que "nenhum tráfico é moralmente indiferente" (pág. 67), e que "a venda arbitrária, sobretudo a países pobres, continua a ser um dos atentados mais graves contra a paz" (pág. 68).

A ecologia e a ética também são motivo de preocupação para o A. "É prioritário perguntarmo-nos sobre o que a natureza é capaz de suportar a nosso respeito".

Examinando a barbárie e o genocídio seja Auschwitz, Kosovo, Guerra do Golfo, o A. questiona-se como será possível acreditar no ser humano (pág. 75) para mais adiante sustentar: "Nem a política, nem a religião, nem a raça, nem a língua podem separar. A única fronteira é a da desumanidade" (pág. 78).

Curioso é verificar referências a "os incêndios de cada ano" (pág. 83) através da recuperação de um escrito de 2003; à Peregrinação Militar Internacional ao Santuário de Lurdes, maio de 2000, (pág. 86); ao encontro inter-religioso "Homens e Religiões", Lisboa, setembro de 2000 (pág. 88). Situações, aparentemente diferentes em si, mas que, nos diálogos com a indiferença, podem encontrar-se numa comum verificação: "Quem se bate pela paz tem de tomar partido sempre pelas situações históricas da Justiça. A Justiça põe sempre, em, ordem, o Mundo" (pág. 88).

A "recusa do Holocausto" leva o A. a discernir sobre outros momentos e temas datados, recuperando testemunhos pessoais.

"A paz e a segurança dos israelitas dependem da paz e segurança dos palestinianos", abril de 2002 (pág. 92). A visita de Dalai-Lama, novembro de 2011, (pág. 94). A declaração a favor do imperativo da paz, citando João Paulo II: "a guerra nunca é uma fatalidade e é sempre uma derrota para a humanidade" (pág. 97).

Noutra parte, interrogando-se sobre a intervenção militar no Iraque, o A. discorre longamente sobre "o cuidado ético da Igreja Católica no tocante a problemas como os da justiça e da vida" e sobre o conceito da "guerra justa" sobre o qual não há quaisquer dúvidas quando à sua legitimidade (pág. 128) para citar depois a Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* do Concílio Ecuménico Vaticano II: "esgotados todos os meios de negociação pacífica, não se poderá negar aos governos o direito e legítima defesa" (pág. 128).

A parte final do livro é dedicada à guerra em África, a propósito da qual o A. evoca "testemunho de grande bispos e missionários como o herói e santo D. Sebastião Soares de Resende, D. Manuel Vieira Pinto, D. Moisés Alves de Pinho" (pág. 164) e o problema de Timor-Leste, ocupando-se, ainda da questão "religiões e barbárie" e da "cooperação e liberdade no relacionamento entre o Estado e as conceções religiosas".

Retomando a introdução, o A. diz faltarem "aos nossos dias a alegria e a festa (...) a fruição do tempo sem descuido (...) a febre do amanhã sem programas nem horários (...) a felicidade sem queixumes (...) a deliciosa segurança de quem aproveita os dias , pelo único motivo de os saber com sentido" (pág. 13).

Lamenta a circunstância de tanta gente que não vive. "Faz carreira. Deixa-se estar quieta porque não é preciso correr. Quem a move é o sistema, o hábito, os lugares, os direitos adquiridos por benesse" (pág. 14), para mais adiante concluir: "O que é grave é a distância entre o que se crê e o que não se quer mudar nesta ausência de paz" (pág. 15).

D, Januário Torgal Ferreira também fala de Abril. "Para setores alargados, Abril parece já não existir no pundonor das suas aspirações. Para muitos, o próprio Estado de direito é uma falência" (...) "Falta cumprir Portugal" (pág. 182). Discorre sobre modelos económicos e culturas sociais, evidencia fossos entre afortunados e deserdados de direitos, acaba o livro com uma frase: "Portugal estará perdido se for infiel a Abril!" Talvez por isso, no princípio, tenha escrito: "Gostava que o mundo ficasse novo". J.A.S.

Luís França Galvão e a cultura do Bridge

A25A

Torneio de homenagem em memória de Luís Galvão na sede da A25A no dia 11 de novembro de 2017

ANTÓNIO EANES

AS PRIMEIRAS MEMÓRIAS de Luís Galão são de um senhor que à mesa de jogo nunca se escusava a dar uma explicação ou, com uma atitude cerimoniosa, pedia licença para fazer um comentário. Cruzámo-nos ao longo dos tempos nos espaços dos torneios e com as conversas a fluir para lá dos temas de jogo.

As histórias que nos ia contando mostravam a sua personalidade como espectador atento aos mais variados temas.

Optou por fazer do Bridge a sua batalha pessoal numa divulgação de uma cultura, não apenas do jogo, mas de uma postura de vida que sempre o acompanhou.

Formando jogadores, discutindo temas do jogo em tertúlias que organizava e sentando-se em frente a parceiros mais fracos como incentivo à sua evolução

Levou a sua batalha à publicação de artigos sobre a temática do jogo em " O Referencial".

Os temas eram diversificados e compilados em situações com que se ia deparando à mesa de jogo, encontrando analogias para mais facilmente explicar a solução dos problemas.

Entre parceiros e amigos do seu nível de praticante, nós, os outros, tivemos o privilégio de assistir a debates em que pautava uma discussão acérrima sempre feita com a maior urbanidade e grande respeito por pontos de vista diferentes ou abordagens alternativas até ao consenso que apenas o era por pequenos limites estatísticos. Sobre essas pequenas variações voltava o Luís ao debate depois de ter feito um trabalho de análise mais cuidado e apenas para reforçar a sua posição ou para declarar que o ponto de visto oposto ao seu era o mais acertado.

Arquivo A25A

Luís Galvão e Vasco Lourenço nas provas abertas do Campeonato do Mundo de Bridge, no Estoril em 2005

Contador de histórias exímio, falava-nos de episódios da sua vida ou das suas muitas vidas sem nunca deixar de se relembrar e de nos lembrar ou dar a conhecer momentos passados no seu Algarve natal.

Era um dos grandes impulsionadores da organização dos torneios da A25A e foi com um torneio que foi homenageado por amigos e parceiros.

Ficam a memória e sobretudo ficam as saudades e de um parceiro e amigo.

UMA GIRÂNDOLA de Luz em Oeiras

A PRACETA QUELIMANE, em Oeiras, ostenta agora uma memória física da reunião que decidiu e antecedeu a operação militar de 25 de abril de 1974, consubstanciada numa Girândola de Luz da autoria de Catherine da Silva que a Câmara Municipal de Oeiras ali decidiu instalar.

A peça consiste num cravo de luz ou girândola iluminada, colocada num suporte de betão, que gira ao sabor do vento e indica as coordenadas GPS do lugar de cada um dos pontos do País onde se realizaram as reuniões preparatórias do 25 de Abril. Anteriormente, conjuntos idênticos foram dispostos em Alcáçovas e no Largo do Carmo, Lisboa (Cf. O Referencial n.º 113, págs.- 40-41).

A Girândola agora instalada na Praceta de Quelimane, em Oeiras, perpetua a reunião realizada dia 24 de março de 1974, no apartamento do segundo andar esquerdo, do prédio número dois, na altura residência do capitão Candeias Valente.

Dois ou três dias depois do 16 de Março de 1974, descoroçoados com o desaire da intentona das Caldas da Rainha, Candeias Valente e Otelo Saraiva de Carvalho encontraram-se numa rua de Oeiras, concelho onde ambos residiam. Concordaram então que teriam de fazer uma reunião, decidindo rapidamente que a mesma teria lugar em casa de Candeias Valente, por mais segura, uma vez que a residência de Otelo era objeto de curiosidade da PIDE.

No dia 24 de março de 1974, entre as nove horas e as nove e trinta, espaçadamente no tempo, foram chegando grupos de dois militares, tendo-se juntado vinte e dois: Infantaria - Antero Ribeiro da Silva, Bicho Beatriz, Carlos Camilo, Carlos Clemente, Hugo dos Santos, Marques Júnior, Pita Alves, e Vítor Alves; Artilharia – Luís Domingues, Ferreira de Sousa, Otelo Saraiva de Carvalho e Sousa e Castro; Cavalaria – Candeias Valente e Salgueiro Maia; Serviço de Material – Neves Rosa; Engenharia – Mourato Grilo e Luís Macedo; Administração Militar – José Maria Azevedo, Manuel Geraldes e António Torres; Transmissões – Fialho da Rosa, Cardoso Figueira, e Pinto de Castro.

Antes de iniciarem os trabalhos, a conversa fez-se toda à volta da malograda intentona oito dias antes, evidentemente sob elevada tensão devido ao desconhecimento do que efetivamente se tinha passado.

Segundo recordou Candeias Valente a *O Referencial*, "Otelo iniciou a sessão com um relato pormenorizado de tudo o que sabia, sobre os acontecimentos da semana anterior. Este relato foi demorado, todos queriam saber os porquês. Desta conversa qualquer coisa de positivo se conclui, pela reação das forças de segurança e do comportamento das unidades militares, não seria muito difícil derrubar o regime, desde que houvesse de uma boa organização, um plano de operações criteriosamente elaborado, o conhecimento do inimigo fosse razoável e se tivéssemos bons meios de transmissões".

O coronel Candeias Valente junto à girandola que assinala a sua antiga residência, como um espaço de conspiração, onde se decidiu desencadear a operação de 25 de Abril de 1974.

Candeias Valente disse que "todos concordaram que não haveria outra saída: era preciso pegar em armas e pôr o Movimento na rua". Assente este princípio, como recordou Candeias Valente a *O Referencial*, "Vítor Alves informou os camaradas presentes que Melo Antunes – que na véspera tinha partido para os Açores – deixará já um projeto de programa político que apenas precisava de ser trabalhado".

No debate acalorado, evidenciou-se Marques Júnior que, segundo Candeias Valente, "teve uma intervenção muito dinamizadora, em nome dos oficiais da EPI, e afirmou que aqueles estariam na disposição de se lançarem numa atitude de força se, até ao dia 20 de abril, não estivesse consumada a estruturação e organização da força de combate do Movimento".

Otelo Saraiva de Carvalho comprometeu-se, então, a elaborar a Ordem de Operações, garantindo que no período de 20 a 29 de abril o golpe seria desencadeado.

E, concluindo a reunião, decidiram que a partir daquele momento não haveria mais informações, sendo conveniente que se passasse a ideia ao Governo de que estariam desmobilizados.

Pelas catorze e trinta, os militares começaram a

PUBLICIDADE

VINHO DO PORTO COMEMORATIVO

Produziu o Barão de Vilar um Porto Reserva Tawny com estágio durante 7 anos em cascos de madeira adquirindo uma textura suave com um intenso e complexo aroma. Daqui se extraiu uma série de garrafas especialmente para a A25A assinalar os 40 anos do 25 de Abril. Pronto a beber o Porto Tawny ganha outra vida com a idade. Como Abril é necessário saborear e conservar os seus valores. Os interessados poderão adquirir as garrafas ainda disponíveis através de correio electrónico para a25a.sec@25abril.org ou pelo telefone 21 324 14 20.

A25A

sair como entraram, aos pares, cada um indo à sua vida, depois de agradeceram à esposa de Candeias Valente o café e bolinhos que lhes serviu.

A Girândola de Luz implantada na Praceta de Quelimane fez memória deste episódio histórico. Na noite de 22 para 23 de abril, alguns militares como foi o caso de Candeias Valente e Sousa e Castro desdobraram-se na entrega da Ordem de Operações (registos de senhas e horas de movimentações) pelas diferentes unidades militares. Candeias Valente levou as "cartas" a camaradas da EPC (Santarém), Santa Margarida e Abrantes. Quando chegou à EPC não encontrou ninguém do Movimento. Decidiu sair da unidade e procurar em diversos cafés se encontrava alguém. Valeu-lhe "o Ribeiro Sardinha que foi avisar Salgueiro Maia". Encontrou-se, mais tarde, no interior da sua viatura com Salgueiro Maia e passou-lhe as informações. Depois, tiveram de fazer uma "gincana" na cidade para escapar à curiosidade de uns pides que os espiavam no interior de um Volkswagen amarelo. Livres dos esbirros, cada um foi à sua vida. Candeias Valente regressou a Oeiras, com um aperto no coração por temer uma receção da PIDE à porta de casa, mas tal não aconteceu.

O meu (longo) 25 DE ABRIL

Direitos Reservados

M. ARONS DE CARVALHO

ESTAR EM CASA, tendo conhecimento que seria naquela noite; ouvir os versos de "Grândola, Vila Morena", sabendo que era a senha, e, depois, poder escutar o primeiro comunicado do MFA. E, a seguir, outros comunicados e as primeiras canções proibidas. Sem nada ter a ver com o Movimento (a não ser apoiando-o por fora), nem como se iria desenvolver, tive a sorte de saber que ele se desenrolaria naquela quinta-feira e pude acompanhá-lo, de casa. São as minhas reações (e as da família) que aqui deixo, em homenagem aos valentes militares que nos libertaram... Uma perspetiva diferente de ver o "25 de Abril".

O meu irmão Alberto, candidato pela oposição nas "eleições" legislativas anteriores (1973), estava mais ou menos ao corrente do Movimento dos Capitães, através de Álvaro Guerra, jornalista do *República*, e ia-me dando conta do que sabia. E sabia que nova tentativa, depois do "16 de Março" estava iminente. Sabia ele e era voz corrente, a ponto de, em mais que uma ocasião, eu ter tido necessidade, perante amigos meus, de "adiar" a tentativa para mais tarde, "não antes de maio". Até que, nesse dia 24 de abril, ele me disse que seria nessa noite ou na noite de 25 para 26. Eu não iria jantar em casa e tinha uma reunião da denominada Comissão de Estatística da Federação Portuguesa de Atletismo, então com sede no Campo Pequeno, onde é agora a Caixa Geral de Depósitos. Mas, claro, teria de saber antes o que se iria passar. Combinámos, para fintar as escutas da PIDE, que eu telefonaria antes de jantar para casa a perguntar se havia chegado o diário desportivo francês *L'Équipe*, que então assinávamos e o meu irmão responder-me-ia se havia chegado o de quinta-feira, o de sexta-feira ou não havia chegado (caso não soubesse ou houvesse adiamento). "Chegou o de quinta-feira", respondeu. Fiquei logo nervoso e de tal forma que devo confessar que, depois, tive mesmo de conhecer a casa de banho do restaurante junto ao Campo Pequeno onde jantei!...

Da reunião também me lembro bem, não pelo seu conteúdo – eu queria é que acabasse depressa – mas pelas conversas marginais que surgiram. Um dos (quatro) elementos presentes havia sido chamado pela segunda vez ao serviço militar, como oficial miliciano (quem por lá passara e não fora mobilizado estava sujeito a isso), e a certa altura afirmou: "parece que vai haver outra tentativa, mas só deve ser lá para Maio...". Estremeci e respondi logo que não sabia se haveria mas que não deveria ser tão cedo... Respondeu Luís Lopes, atual comentador televisivo de atletismo e outras modalidades: "nunca me 'emborrachei' mas quando isto der a volta..." Só me apeteceu dizer: "é hoje, é hoje!". Mas, claro, calei-me e procurei mudar a conversa e acabar reunião o mais cedo possível. Regressei a casa (onde estavam a minha mãe, o meu irmão e um amigo oposicionista) ansioso por saber pormenores. Não soube do "E depois do Adeus", do Paulo de Carvalho, por volta das 22H55. Mas, algum tempo depois, passou lá por casa um dos contactos do meu irmão, a avisar para ouvirmos a Rádio Renascença à meia-noite e 20 minutos, pois iria dar o Grândola. Era meia-noite e 22 minutos (nunca dois minutos foram tão longos!...) e são lidas as primeiras estrofes da canção. Ficámos entusiasmadíssimos e cada vez mais nervosos. Primeira reação (estúpida, mas incontrolável): fomos logo à varanda, para ver a revolução, os tiros, sei lá que mais! Claro, tudo calmíssimo. Caímos na realidade e regressámos à sala, para junto da rádio, que prosseguia a emissão com toda a (aparente) normalidade.

Passado algum tempo (bastante para a nossa ansiedade) – duas horas? Três horas? Já não faço ideia –, voltam a tocar à campainha: o contacto do meu irmão avisa para ouvirmos o Rádio Clube Português. Curiosamente, um dos animadores do programa que estavam a transmitir era Eduardo Horta, que era atleta do Benfica e fora internacional no salto em altura. Mas, entretanto, o programa terminaria e nada de novo.

Foi uma longa espera. A dada altura, a minha mãe desistiu: "é mais um falhanço, já estou habituada, já foram tantas tentativas ao longo de todos estes anos, vou-me deitar, acordem-me se houver novidades". Ainda hoje, na brincadeira, lhe recordamos essa desistência!... Até que, finalmente, houve novidade às 4H25 da madrugada: "Aqui Posto de Comando do Movimento das Forças Armadas..." Foi um balde de água fria! Pensávamos ouvir uma proclamação, tipo "Viva a Liberdade, Abaixo o Fascismo" e sai um comunicado a dizer para ficarmos em casa e a apelar às forças militarizadas para estarem quietas... Depois do choque inicial, a alegria de ver que algo por que há muito esperávamos estava mesmo a acontecer. Não mais deixámos de ouvir os comunicados, a dada altura começaram as marchas militares, depois as canções (proibidas) de intervenção. Às sete da manhã começámos a telefonar às pessoas amigas que, também elas, há muito esperavam por esse dia. Depois, foi todo esse longo (e glorioso) dia 25 de Abril, a libertação dos presos políticos, o regresso dos exilados (o meu pai, há vários anos em Paris, chegou a 30 de Abril), o glorioso 1.º de Maio. Dias inesquecíveis, dos mais felizes da minha vida!

Juliana

Mariana Lagartinho

Lúcia Sousa

Ana Cunha

Cartaz do 25 de Abril 2018

ALUNOS DO PRIMEIRO ANO da turma F da Escola Secundária Seomara da Costa Primo, Amadora, participaram num "concurso" para a realização do cartaz comemorativo das celebrações do 25 de Abril de 2018 a adotar pela A25A. A iniciativa surgiu no seio da própria escola que a sugeriu à Direção da A25A e de bom grado, foi aceite.

Marília Afonso participou na iniciativa em representação da A25A e a coordenação deste projeto contou, também, com a colaboração do professor João Alves.

O trabalho vencedor que, assim, se tornou no cartaz oficial das comemorações de 2018 é da autoria de Mafalda Fernandes, publicado na página seguinte.

Quatro outros trabalhos, cujas imagens aqui se registam, mereceram, também, a distinção do júri: Juliana, 1.ºTF (prata, 2.º lugar); Mariana Lagartinho, 1.ºTF (bronze,3.º lugar); Lúcia Sousa, 1.ºTF (Menção Honrosa); e Ana Cunha, 1.ºTF (Menção Honrosa).

Mafalda Fernandes

A25A

Assembleia Geral aprova contas e consagra novos sócios de honra

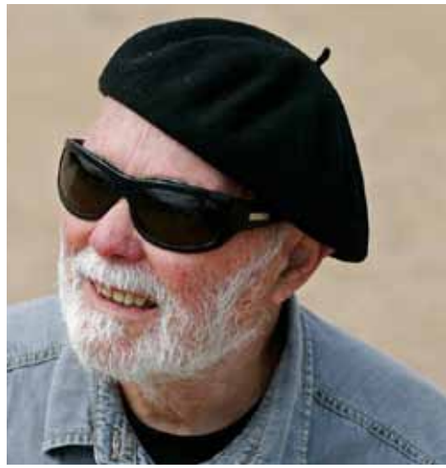
REUNIDA NA SEDE NACIONAL, dia 24 de março, sob a presidência de Artur Junqueiro Sarmento, em sessão ordinária, a Assembleia Geral da A25A ratificou a admissão de 47 sócios, entretanto admitidos pela Direção, e aprovou o Relatório de Atividades e Contas da Direção respeitantes ao ano de 2017 e respetivo parecer do Conselho Fiscal. Adiante, publicamos o documento integral do relatório e contas da Direção. Noutro ponto da ordem de trabalhos, a Assembleia Geral aprovou a proposta da Direção e decidiu conferir a categoria de sócio de honra a Alípio de Freitas, Edmundo Pedro e Júlio Pomar.
Noutra parte dos trabalhos, a Assembleia Geral refletiu e debateu sobre a atividade em geral da A25A e suas perspetivas futuras, detendo-se particularmente em contributos para as comemorações do 44.º aniversário do 25 de Abril.
No decorrer dos trabalhos, por proposta de Pedro de Pezarat Correia, a Assembleia aprovou, por unanimidade e aclamação, um voto de pesar pelo recente falecimento do coronel João Varela Gomes.

Três novos Sócios de Honra

ALÍPIO DE FREITAS, Edmundo Pedro e Júlio Pomar, designados Sócios de Honra, pela Assembleia Geral da A25A, realizada dia 24 de março, fazem agora parte do património histórico da A25A e juntam-se à galeria de outras personalidades, a partir de agora, constituída por 25 nomes que honram a Associação 25 de Abril.

ALÍPIO DE FREITAS

Alípio de Freitas cedo começou uma luta pelos direitos dos mais desprotegidos, dos mais pobres e mais tiranizados.
Procurando levar à prática a teoria da Igreja Católica, onde se formou padre, foi no Brasil que integrou o grupo de sacerdotes defensores da "Teologia da Libertação", que, lutando pela libertação dos brasileiros, do jugo dos ditadores mas também da miséria e da ausência dos mais elementares dos direitos humanos, se tornou um inimigo a abater pela ditadura que reinava nesse nosso país irmão. O que, naturalmente e porque se transformara num dos principais desses padres revolucionários, o levou à prisão e à tortura.
Foi aí que teve a alegria da boa nova ida de Portugal: um grupo de jovens capitães dirigira uma ação libertadora e reconquistara e devolvera a Liberdade ao seu povo.
Foi também aí que soube que Zeca Afonso lhe dedicara uma das suas novas canções.
Libertado pela pressão que o Portugal de Abril fez sobre os ditadores brasileiros, Alípio de Freitas regressaria a Portugal e aqui continuaria a luta, que seria a de toda a sua vida, pelos valores da Liberdade, da Justiça Social, da Solidariedade, da Paz, procurando contribuir para a construção de uma sociedade mais livre, justa e democrática.



Direitos Reservados

Permanente ativista cívico, Alípio de Freitas nunca hesitou em se envolver em atividades defensoras desses valores.
É assim que se torna elemento determinante nas associações Abril e Zeca Afonso, onde sempre promoveu uma estreita colaboração com a Associação 25 de Abril, da qual foi também um dos seus muito ilustres membros.

De realçar que nem o facto de a vida lhe ter criado fortes problemas de saúde, onde a perca da visão ocupou lugar relevante, fez esmorecer a sua determinação pela luta dos valores de Abril, que sempre o iluminaram.

EDMUNDO PEDRO

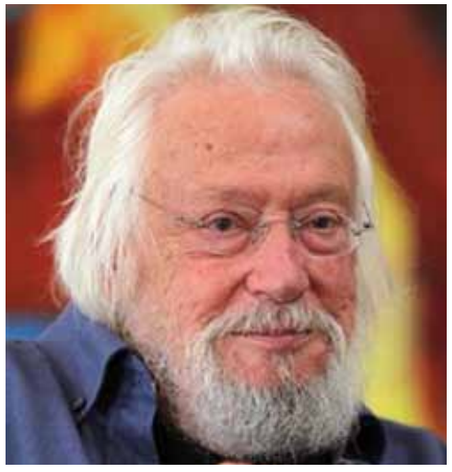
Edmundo Pedro é um dos portugueses, porventura dos maiores e mais importantes, que dedicaram toda a sua vida à luta contra a Ditadura, à luta pela Liberdade.

Direitos Reservados

Muito cedo começou, conheceu as prisões a partir dos 14 anos e viria a ser o mais jovem dos que inauguraram o Tarrafal, esse tenebroso Campo da Morte Lenta, para onde seguiu na companhia de seu pai.
Regressado, depois da Segunda Guerra Mundial e de nove anos de cativeiro e torturas, debelada a tuberculose que lá adquirira, Edmundo Pedro não desistiu, não se acobardou e, teimosamente, esteve na maioria das tentativas feitas de derrube da Ditadura.
Até que o 25 de Abril, onde não participou pois essa ação libertadora foi da responsabilidade de militares, abriu as portas ao sonho que ele e tantos outros (e outras) acalentavam há muito e pelo qual tudo arriscavam.
E, sempre com enorme determinação e intensidade, o velho lutador não ficou em casa, envolvendo-se de alma e coração na luta pela consolidação da Democracia em Portugal.
As voltas do processo revolucionário levá-lo-iam de novo à prisão, num processo maquiavélico, mas que teve o condão de mostrar, mais uma vez se tal fosse necessário, toda a grandeza do espírito de Edmundo Pedro e dos valores pelos quais se regeu durante toda a sua vida.
Edmundo Pedro ocupa, por direito próprio, lugar cimeiro no seio dos "civis de Abril".
Associado da nossa A25A, desde sempre, Edmundo Pedro nunca escondeu o enorme respeito e consideração que dedicava aos militares que o ajudaram a realizar o sonho de toda a vida, com a criação de um Estado Livre, de cidadãos livres, onde fosse possível construir uma sociedade mais justa, mais democrática, mais solidária e em paz. Lema que o guiou por toda uma longa vida de 99 anos.

JÚLIO POMAR

Júlio Pomar é um ilustre cidadão português, para além de ser um dos maiores vultos vivos da nossa pintura, que sempre pugnou pela luta por uma sociedade mais livre, mais justa e mais solidária.
Luta que o levaria à prisão, nos tempos do regime fascista e colonialista português.
Sempre interventor cívico, na defesa desses valores, Júlio Pomar nunca hesitou em colocar a enorme qualidade da sua arte de pintor ao serviço dessa luta.



Direitos Reservados

Foi assim em tempos de Ditadura, foi assim após a epopeia libertadora, quando se tornou evidente a necessidade de não descurar os esforços na defesa e consolidação dos valores de Abril.
E foi nesse âmbito que Júlio Pomar colaborou com a Associação 25 de Abril, a quem presenteou (sempre de forma gratuita) com algumas das suas criações artísticas, que ocupam lugar de relevo nas obras por nós editadas para comemoração de vários aniversários do ato que continua a ser único no Mundo e continua a encher-nos de honra e orgulho.
Não é hábito da A25A conceder a categoria de Sócio de Honra a cidadãos vivos. Até hoje, apenas o fez a dois portugueses que já tinham ultrapassado os 100 anos de vida.
Poderá perguntar-se o porquê, a razão de propormos juntar a Emídio Guerreiro e Fernando Valle o cidadão Júlio Pomar. Este ainda não ultrapassou os 100 anos - fazemos votos para que o consiga fazer - pois tem apenas 92 anos...
A vida de Júlio Artur da Silva Pomar, a sua permanente e profícua colaboração com a nossa associação, justifica a atribuição da categoria de Sócio de Honra a este ilustre cidadão de Abril.

RELATÓRIO ANUAL DA DIRECÇÃO
ANO 2017

NOS TERMOS DA ALÍNEA C) do n.º 2 do artigo 39.º do Regulamento Interno, a Direcção apresenta à Assembleia Geral o Relatório da sua atividade e as Contas referentes ao ano de 2017.

A. DIRECÇÃO

1. Tesouraria

Como se pode constatar na rubrica "Situação Económica e Financeira", neste ano de 2017 foi possível um resultado positivo de – €1.975 – (mil novecentos e setenta e cinco euros) e o aumento – €18.179 – (dezoito mil cento e setenta e nove euros) na provisão para imparidades com a depreciação de artigos em existência para cedência mediante a contrapartida de subsídios às atividades da A25A.
Tal só foi possível, no entanto, pela recuperação de quotas em atraso – €13.243 – (treze mil duzentos e quarenta e tês euros) e de receitas extraordinárias – €80.300 – (oitenta mil e trezentos euros) a título de subsídios a determinadas atividades da A25A entregues por associados, outras pessoas a título individual e entidades públicas e privadas. Valores suplementares aos montantes arrecadados com a cobrança de quotas – €65.698 – (sessenta e cinco mil seiscentos e noventa e oito euros).
Nunca é de mais realçar que as receitas normais e "certas" da nossa A25A se resumem à quotização e que no ano de 2017 foram – €65.698 – (sessenta e cinco mil seiscentos e noventa e oito euros): (i) quotas do ano de 2017 cobradas – €52.455 – (cinquenta e dois mil quatrocentos e cinquenta e cinco euros); (ii) quotas de anos anteriores – €13.243 – (treze mil duzentos e quarenta e tês euros) e os custos totais do mesmo período – €194.203 (cento e noventa e quatro mil duzentos e três euros). E porque de há muito se não procede a qualquer aumento de quotas, se não tivéssemos obtido outros proveitos a título de subsídios às atividades, teríamos um défice – €128.505 – (cento e vinte oito mil quinhentos e cinco euros).
Como podem constatar acabámos por ter um saldo positivo – €1.975 (mil novecentos e setenta e cinco euros).

Como foi isso possível?
Como poderão verificar, pelos resultados provenientes da organização de viagens – €7.141– (sete mil cento e quarenta e um euros), resultantes da ação do vice-presidente; pelas verbas obtidas para publicidade no Referencial – €25.000 – (vinte e cinco mil euros), por ação do presidente - que não chegam ainda para cobrir os custos do mesmo; pelas verbas obtidas a título de subsídios por cedência de existências e realização de determinadas atividades – €47.783 – (quarenta e sete mil setecentos e oitenta e três euros); pela dotação de outras variações patrimoniais - subsídios obras sede – €39.266 – (trinta e nove mil duzentos e sessenta e seis euros) e ainda pelos resultados dos juros – €3.572 (três mil quinhentos e setenta e dois euros) provenientes das aplicações das disponibilidades do nosso ativo, resultante da ação do tesoureiro.
Aqui, há que destacar o trabalho da Direcção, e em particular do tesoureiro, responsável pelos resultados conseguidos.
Por toda esta situação, a Direcção decidiu não propor qualquer alteração do valor das quotas.

B. DELEGAÇÕES E NÚCLEOS

No seguimento das situações anteriormente relatadas, apenas a Delegação do Norte exerceu atividades que justificam a inclusão neste Relatório de uma referência específica, que constitui o Anexo 1 ao presente Relatório.
As Delegações do Centro e do Alentejo vêm desenvolvendo algumas atividades concretas, procurando a não extinção das mesmas.
As atividades do Grupo da A25A de Oeiras e Cascais constam do Anexo 2 ao presente Relatório.

C. COMEMORAÇÕES DO 43.º ANIVERSÁRIO DO 25 DE ABRIL

Foram realizadas várias iniciativas de que destacamos:

1. Comemorações próprias

a) **Emissão de medalha** da autoria da artista plástica Irene Ribeiro.

b) **Emissão de cartaz e autocolante** da mesma autora da medalha.
Pelas ofertas solidárias, expressamos penhoradamente o nosso agradecimento a esta nossa amiga.

c) **Jantar-convívio**
Desta vez, reunimos cerca de 550 convivas nas instalações da Estufa Fria, em Lisboa.
De salientar a participação de uma delegação dos amigos de São Paulo em representação do Centro Cultural 25 de Abril e da Prefeitura de São Paulo.

d) **Corrida da Liberdade (40.ª edição)**, em Lisboa, mais uma vez numa organização conjunta com a Federação das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto do Distrito de Lisboa e Associação das Coletividades do Concelho de Lisboa, com a colaboração das Câmaras Municipais de Lisboa (Departamento do Desporto) e Odivelas (Divisão do Desporto) e Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto, realizámos esta prova de atletismo/convívio, que liga vários pontos de locais importantes da ação militar de 25 de Abril de 1974 à Praça dos Restauradores, com a particularidade de se percorrer a Avenida da Liberdade.
Ao nosso representante na organização, o sócio

José Marques Gonçalves Novo, as nossas felicitações pelo empenho e resultados obtidos.
e) **Festa Jovem (23.ª** Edição)
No Complexo Municipal de Desportos Cidade de Almada, numa organização conjunta com a Câmara Municipal de Almada, Federação Portuguesa de Trampolins e Desportos Acrobáticos, Associação de Ginástica de Lisboa e Associação de Ginástica do Distrito de Setúbal.
Ao representante da A25A na organização, o consócio Manuel José Esteves Rodrigues, o nosso reconhecimento pelo persistente e profícuo empenhamento que vem demonstrando na organização desta já tradicional festa gímnica que junta centenas de jovens atletas.

f) **Comemorações Populares**, em organização conjunta com várias entidades cívicas, culturais, sindicais e políticas, inclusive partidos políticos e elementos independentes que, mais uma vez, constituíram a Comissão Promotora das Comemorações Populares.
A alocução no Rossio foi feita, por indicação da A25A, pelo consócio Vítor Lorena Birne, em nome da Comissão Promotora.

2. Comemorações oficiais

Retomada a normalidade, a A25A participou na sessão comemorativa do 25 de Abril na Assembleia da República, a convite do respetivo presidente.
Mais uma vez, os militares de Abril foram muito bem recebidos.

3. Outras Comemorações

a) Na sequência do convite do presidente da Assembleia da República fez à A25A para um almoço, onde lhe expressou a sua vontade em ver os Militares de Abril de novo na Casa da Democracia e da retoma da nossa presença nas cerimónias oficiais do 25 de Abril, o presidente da Assembleia da República aceitou o convite da Direcção para nos visitar, tendo confraternizado com os corpos sociais, num almoço que teve lugar no dia 26 de Abril.

b) À semelhança de anos anteriores foi a A25A convidada para se associar a comemorações evocativas do 25 de Abril de 1974 organizadas pelas mais diversas entidades sediadas em Portugal e no estrangeiro: autarquias, bibliotecas, comissões de trabalhadores, estabelecimentos públicos e privados dos diversos graus de ensino, sindicatos, partidos políticos, etc.
Pelo seu número, justificam um destaque particular os convites que nos foram endereçados por estabelecimentos de ensino e as sessões que deles resultaram.
É justo salientar que, quer no ensino público quer no ensino privado é muito significativo o número de professores que, persistentemente, afirmam a necessidade de transmitir às gerações mais jovens as motivações, os objetivos e as vivências dos autores de um acto que mudou radicalmente a face do País e alterou o curso da nossa História. É este o enquadramento dos pedidos que nos fazem chegar e o desempenho destas missões, mau grado a dificuldade de responder afirmativamente a todos os convites que nos são endereçados, constitui motivo de orgulho e satisfação.
Neste ponto, é da mais elementar justiça salientar a continuação do trabalho desenvolvido pelo Núcleo de Oeiras, que alargou a sua ação e passou a ser Núcleo de Oeiras e Cascais.
Mas, o que gostaríamos de salientar mesmo é a enorme disponibilidade que muitos associados mantêm em todo o País, para junto dos mais novos preservar a memória e divulgar os valores de Abril, com o objetivo de uma correta formação cívica das novas gerações.

c) Destaca-se o já habitual convite vindo do Centro Cultural 25 de Abril – Núcleo Salgueiro Maia, do Canadá, onde se deslocou o consócio Fernando Caldeira dos Santos.

d) Continuou a cedência de materiais a diversas entidades destinados à organização de exposições comemorativas do aniversário do 25 de Abril.

e) Para além dos convites, refiram-se também as saudações recebidas, de Portugal e do estrangeiro, oriundas fundamentalmente de autarquias.

D. SEDE

Como em anos anteriores, tem-se procurado dinamizar os vários espaços da sede, seja com exposições, debates ou reuniões de diversas entidades com quem a A25A mantém boas relações nos campos cultural e cívico.

1. Biblioteca
A Biblioteca dispõe atualmente de 5.500 títulos, devidamente catalogados e arrumados em estantes. Encontram-se por catalogar e arrumar, devido à falta de espaço, cerca de uma centena de livros, doados por amigos da Associação.

2. Fórum 25 de Abril
No decurso do ano de 2016 foram realizadas obras neste espaço no sentido de melhorar as condições de iluminação da sala e da instalação de um sistema de vídeo projeção incluindo um tela retráctil. Resolveu-se desta forma a incompatibilidade das exposições com outras atividades que implicavam projeções de diaporamas.

a) Lançamento de obras literárias
No decurso do ano de 2017 tiveram lugar sessões de lançamento e divulgação de 18 obras literárias: 8 de Fevereiro – "Ponte Europa", Carlos Esperança; 2 de Março – "Estranho esse Olhar ao Espelho", Luís Louzã Henriques, Lápis Memórias; 10 de Março – "Tem Coisas, Ti Manel, Tem Coisas...", Camilo Mortágua, Esfera do Caos; 30 de Março – "Os dias não andam satisfeitos", Joaquim Pessoa, Edições Esgotadas; 19 de Abril – "Contos e Crónicas do Alandroal e do Resto do Mundo", Domingos Lopes, Âncora; 20 de Abril – "Operação Viragem Histórica", Almada Contreiras, Colibri; 21 de Abril – "Abril, Caderno de Memórias", Nuno Pinto Soares, Chiado; 25 de Maio - "Folhas Soltas de uma Vida", Laura Lopes, Colibri; 26 de Maio - "A Vida e o Sonho", Celso Figueiredo, Minerva; 30 de Maio - "Revolucionário

Improvável...", Pedro C., Âncora; 22 de Junho - "A Nossa Fada Morgana", Manuela Cruzeiro, Afrontamento; 23 de Junho - "Caligrafia Íntima", Manuel Veiga, Poética; 12 de Julho - "A Luta do Poder Contra a Maçonaria", António Loja, Âncora; 19 de Outubro - "Gomes Freire Andrade", Rodrigues Gonçalves, Âncora; 2 de Novembro - "O Avesso do Invísivel", Luisa Ferreira, Afrontamento; 17 de Novembro - "Seu Nome, Aurora", Irmãs Mayo, Minerva; 30 de Novembro - "Brasil, 1964", Reto Mónico, CLEPUL; 14 de Dezembro - "Marinheiro de Outras Luas", José Fanha, Lápis de Memórias.

b) Exposições

Foram levadas a efeito 12 exposições: de 3 a 17 de Fevereiro – exposição de pintura de alunos da ESBAL; de 25 Março a 14 Abril - Exposição Temática - Roteiro O 25 De Abril com as Escolas; de 18 a 30 de Abril - Exposição Memorialista - Capitão Sarmento Pimentel, de 2 a 16 Maio - Exposição de Pintura - Rosete Rodrigues; de 17 a 31 de Maio - Exposição de Fotografia - Ana Roque Oliveira; de 2 a 14 de Junho - Exposição Memorialista - Aquino Bragança; de 21 de Junho a 19 de Julho - Exposição de Pintura - Albino Moura e Grupo Sete; de 6 a 22 de Setembro - Exposição de Pintura - Cecília Duarte e Sibila Aguiar; de 28 de Setembro a 12 de Outubro - Exposição de Pintura, Desenho e Fotografia - Kim Molinero e Epopeia das Artes; de 18 de Outubro a 3 de Novembro - Exposição de Fotografia - Telma Veríssimo; de 8 a 24 de Novembro - Exposição de Pintura - Clotilde Fava; de 29 de Novembro a 15 de Dezembro - Exposição de Fotografia - Carlos Ricardo.

c) Colóquios e debates

Foram realizadas 7 sessões: 21 de Janeiro – debate sobre as negociações para a formalização do TTIP - Transatlantic Trade and Investment Partnership; 18, 26 e 28 de Abril – colóquio "Sarmento Pimentel", Associação 25 de Abril; 11 de Maio – colóquio "Prostituição em debate", Departamento Nacional das Mulheres Socialistas; 19 de Maio – debate "Parcerias Público-Privadas Rodoviárias", Frente Cívica; 2 de Junho – conferência "Aquino Bragança, A Imagem e a Palavra", Sílvia Bragança 7 de Julho - debate sobre o livro "Últimos No Leste De Angola", Jorge Machado-Dias; 4 de Outubro - conferência "Guiné-Bissau, Roteiro da Memória", Pinto Lopes Viagens.

3. Bridge

a) Torneio de Homenagem a Luís Galvão

Em homenagem a Luí Galvão, antigo membro da Direcção e "pai" da Secção de Bridge da A25A (jogador, professor, coordenador), em 11 de Novembro realizou-se um Torneio evocativo do seu nascimento.

Naturalmente, dado os inúmeros amigos e admiradores do Luís Galvão, o Torneio foi muito participado e decorreu num ambiente de franca solidariedade e confraternização.

b) Atividade

Quanto à iniciativa do Bridge, desde simples torneios à competição por parte de uma equipa representativa da A25A, entrou-se num período de estagnação, à espera que apareça um substituto do Luís Galvão.

Seja-me permitido que, como parceiro de muitos anos do nosso saudoso amigo, lhe expresse a minha homenagem pessoal e lhe envie um enorme abraço de amizade e saudade.

4. Loja

Continuaram a estar disponíveis, para aquisição dos associados e convidados, artigos diversos (livros, medalhas, posters, serigrafias, etc.).

E. OUTRAS ATIVIDADES

1. Seminário "Justiça Igual para Todos"

No seguimento do número de "O Referencial" dedicado à Justiça, realizou-se uma iniciativa conjunta das Direções nacional e de "O Referencial", que teve lugar nas instalações da Fundação Calouste Gulbenkian, no dia 13 de Março. Contou com a participação do Presidente da Republica que lhe conferiu o seu alto patrocínio e presidiu à sessão de abertura.

Na sessão de abertura intervieram o presidente do Conselho de Administração da Fundação Calouste Gulbenkian, Artur Santos Silva, para saudar a iniciativa da A25A e dar as boas-vindas aos participantes no seminário, o presidente da Direcção da A25A, Vasco Lourenço e o Presidente da República.

Os trabalhos estruturaram-se em quatro painéis de reflexão: "Funcionamento e asfixia dos tribunais" sendo palestrante a ministra da Justiça, Francisca Van Dunem, e com os comentários de Luís Noronha do Nascimento, juiz conselheiro jubilado e do advogado João Correia; "Privatização da Justiça e Tribunais Arbitrais" matéria sobre a qual discorreu o presidente do Supremo Tribunal de Justiça, António Silva Henriques Gaspar, a que se seguiram as análises da professora Conceição Gomes, investigadora do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra e do advogado Domingos Lopes; "Processo penal" que teve como oradora a procuradora-geral da Republica, Joana Marques Vidal, e os comentários do juiz desembargador Antero Luís e de Carlos Anjos, inspetor-chefe da Policia Judiciaria; "Acessos e custos da Justiça" questão dissecada pelo bastonário da Ordem dos Advogados, Guilherme Figueiredo e comentada pela socióloga Ana Drago e o jurista José Magalhães.

Os painéis foram moderados pelos consócios Simões Teles (os dois primeiros) e Nuno Santos Silva (o terceiro e o último).

Concluídos os trabalhos dos quatro painéis, os jornalistas Ribeiro Cardoso, Eugénio Alves e Luís Pinheiro de Almeida, e o consultor Álvaro Esteves, apresentaram à assembleia a síntese das reflexões.

O presidente da Assembleia da República, Eduardo Ferro Rodrigues, presidiu à sessão de encerramento.

2. Núcleo de viagens turísticas e culturais

O núcleo de organização de viagens turísticas e culturais proporcionou aos associados e amigos, as seguintes viagens:

– **Carnaval na Ilha Terceira**, Açores, de 25 a 28 de Fevereiro;

– Encantos do Cáucaso – Geórgia e Arménia, de 9 a 17 de Setembro.

Deu início à preparação da viagem "Alemanha & Grande Cruzeiro Noites Brancas à Escócia e Islândia", de 22 de Junho a 6 de Julho de 2018. Procedeu à divulgação de mais duas viagens que se propõe organizar em 2018:
– **Alsácia, Lorena e Ródano**, de 28 de Maio a 3 de Junho;
– **Sri Lanka**, o "Antigo Ceilão", de 24 de Novembro a 2 de Dezembro.
De salientar o enorme trabalho e os muito bons resultados obtidos pela ação do responsável, o vice-presidente da Direcção, Aprígio Ramalho.

3. O Referencial
Na sequência das alterações introduzidas, "O Referencial" manteve uma qualidade muito elevada, altamente apreciada por todos os que o recebem (especialmente os nossos associados) seja na versão de papel ou *on-line*.
Ao Manuel Martins Guerreiro como diretor e ao José António Santos como editor, as nossas felicitações e os nossos agradecimentos, extensivos aos restantes elementos da equipa (António Belo e Alice Monteiro).

4. Convites à A25A
Como nos anos anteriores, foram frequentes os convites dirigidos à A25A para se fazer representar em atividades várias.
Sempre que o considerou desejável e possível, a Direcção fez-se representar, enviando mensagens quando a presença física não foi viável.
De salientar o convite recebido para a cerimónia de tomada de posse do novo Presidente da República.
A Associação 25 de Abril fez-se representar pelos presidentes dos seus três órgãos sociais, tendo sido muito bem recebidos, seja pelo próprio PR, seja pelos responsáveis da AR.

5. Ofertas à A25A
Foram várias as instituições e entidades que contribuíram para o aumento do nosso património com a oferta de obras de arte, medalhas comemorativas, livros, etc.
Não vamos aqui discriminar todas as ofertas. Lembra-se, no entanto, que das mesmas tem sido dado público conhecimento em *O Referencial*.

6. As Escolas na A25A
Na continuação do Projeto Educativo A25A/Escolas foram realizadas atividades que envolveram cerca de 140 alunos e respetivos professores.
Estas atividades respeitam não só a visitas de estudo como também a *workshops* realizados quer no auditório do Posto de Comando da Pontinha quer na própria sede da A25A para contextualização dos acontecimentos revisitados através dos percursos da Revolução em Lisboa.
Há ainda a registar a colaboração e disponibilidade da GNR para acompanhar e guiar as visitas efetuadas ao Museu do Quartel do Carmo, permitindo transmitir aos participantes nestas visitas uma visão mais ampla e detalhada dos acontecimentos históricos em estudo.
De salientar que o âmbito destes projetos contemplou não apenas escolas da Grande Lisboa mas também do norte (Guimarães), Évora e alunos de uma escola belga (Bruxelas) de visita a Portugal.
Como resultado destas atividades foram organizadas exposições na galeria da A25A, uma com base nos trabalhos elaborados pelos alunos da ES Seomara da Costa Primo, intitulada *"25 de Abril... o olhar dos jovens"*, outra relativa à ação de formação realizada no ano anterior e composta por textos de reflexão sobre a mesma elaborados pelos professores formandos, textos estes acompanhados de fotografias que registam diversos momentos das intervenções dos militares formadores.
Este projeto desenvolveu-se com a colaboração e o entusiasmo de sempre dos militares de Abril que aceitaram desde o início abraçar este projeto e que continuam a estar disponíveis para, junto de alunos e professores, divulgarem os ideais e valores do 25 de Abril de 1974.
Neste âmbito, nunca é demais realçar o trabalho dos dois responsáveis por estas acções (Marília e Aniceto Afonso), bem como dos "capitães" cicerones: António Rosado da Luz, Carlos Matos Gomes, Nuno Santa Clara, Pedro Pena Madeira e Rodrigo Sousa e Castro, e ainda do responsável pelo Museu da GNR, o coronel Nuno Andrade.
A todos, os nossos agradecimentos e as nossas felicitações.

5. Almoços com militares de Abril.
Dando continuidade a iniciativa que já vinha do antecedente, continuou a promoção de almoços com Militares de Abril, os quais tiveram a participação de: José Luís Cardoso (1 de Fevereiro), David Martelo (1 de Março), José Piteira Santos (29 de Março), António Delgado Fonseca (31 de Maio), Manuel Franco Charais (21 de Junho), Diamantino Gertrudes da Silva (15 de Novembro) e Carlos Almada Contreiras (13 de Dezembro).

6. Visita do Presidente da República à sede da A25A
No dia 20 de Abril, o Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, respondendo a um convite da Direcção, quis honrar os Capitães de Abril através da Associação 25 de Abril, visitando a sua sede, para um encontro breve e informal com os corpos sociais e, em seguida, participar no lançamento do livro "Operação Viragem Histórica, 25 de Abril de 1974", coordenado por Carlos Almada Contreiras e publicado pelas Edições Colibri.

7. Exposição/Colóquio sobre Sarmento Pimentel
No âmbito da comemoração do 43.º aniversário do 25 de Abril, a A25A, em parceria com a revista *Tripolov de Artes, Religiões e Ciências*, promoveu a exposição/colóquio "Sarmento Pimentel – Um Século de História", que decorreu, na sede em Lisboa, de 18 a 28 de abril.
O programa teve início com a inauguração da exposição pelo presidente da Direcção da A25A, Vasco Lourenço, seguida de uma conferência proferida pela escritora Maria Estela Guedes.
O colóquio dividiu-se em duas sessões, nos dias 26 e 28. Na primeira, intervieram Maria Estela Guedes, Ana Luísa Janeira, Luís Alves

de Fraga, Julião Bernardes, Fazenda Lourenço e Levy Batista. A cerimónia de encerramento contou com a presença de Vasco Lourenço e as comunicações de Ramalho Eanes, José Verdasca, Nuno Andrade e Martins Guerreiro.

8. Venda de Natal 2017
Em Dezembro 2017, foi realizada na sede nacional uma Venda de Natal.
Estiveram à venda: serigrafias, litografias, cartazes, medalhas, moedas, canetas, vinho do Porto. Autores: Vieira da Silva, Pomar, João Abel Manta, José Vespeira, António Colaço, João Luís, Francisco Simões, José Emídio, etc.
Durante os quatro dias da Venda de Natal foram realizados €1.165,00.

9. Tratamento do património documental
Em Julho 2017, foi assinado um contrato com a empresa SHP para tratamento, digitalização e informatização de todo o espólio documental da Associação. 25 de Abril, desde o ano da sua fundação até 2007.
Todo este espólio ficará posteriormente disponível ao público, online.

10. AAAlmoços ânimo
Em colaboração com o consócio António Colaço foram organizados almoços/debate com as seguintes personalidades: João Soares (15 ´de Fevereiro), Mariana Mortágua (8 de Março), Sofia Branco e Adelino Gomes (15 de Março), Ana Catarina Mendes (22 de Março) e Carlos Carreiras (5 de Abril).

G. MOVIMENTO ASSOCIATIVO

a) Sócios efetivos
Foram **admitidos** 47 (quarenta e sete) sócios efetivos, cuja ratificação se apresenta à presente Assembleia-Geral; 8 (oito) pediram a **exoneração**; 33 (trinta e três) **faleceram** (ou tomámos conhecimento do seu anterior falecimento): Adelino Silva Pires, Alfredo Maria Ferreira de Barros, Alípio Cristiano de Freitas, António da Silva Girão, António Fernandes de Jesus Nabais, António José de Lima Cardoso Albuquerque, Armando Ferreira Lemos Alho; Armando Moreira Inácio, Daniel Caldas Gomes Ricardo, David Custódio Gomes Magalhães, Delfim Leitão Fernandes, Fernando Pulido Valente, Humberto Jorge Santana, Humberto Seabra Santos, Isidro Francisco Serafim, Jorge dos Santos Veiga, Manuel Guerreiro Viegas, José Osório Ferro de Jesus, Luís António Pessoa Brandão, Luís Manuel Mendes Guerreiro, Manuel Pereira de Lima, Manuel Rodrigues Madeira, Maria de Lourdes Coimbra de Freitas, Maria de Lourdes Assunção Lobo Nunes, Maria Emília Silvestre, Luís Mário França Galvão, Maria Fernanda Corte-Real Graça e Silva, Maria Stella BIcker Correia Ribeiro, Mário Alberto Nobre Lopes Soares, Orlando Rodrigues Bento Pereira, Vasco Valdez, Virgílio Canísio Vieira de L. Varela.
b) Apoiantes
Pediram a **exoneração** 1 (um) e **faleceram** (ou tomámos conhecimento do seu anterior falecimento) 14 (catorze) apoiantes: Ana Maria Rodrigues Alves Aldeia, António Diamantino Marques Lopes, Fernando Ferreira Torres, Gilberto Lopes de Figueiredo, Joaquim Gomes dos Santos, José da Silva Lopes, José Joaquim Hipólito dos Santos, José Jaime Simões de Mendonça, Luís António da Silva Vieira. Marcos Manuel Rolo Antunes, Mário Luís Silva Murteira, Mário Ruivo, Maximino, José Vaz da Cunha, Miguel Urbano Rodrigues,
A Associação 25 de Abril conta com o seguinte número de associados:

Sócios	Apoiantes	
Ativos	1970	641
Suspensos	944	858

Dos associados ativos, 12 Sócios e 9 Apoiantes estão isentos, a seu pedido do pagamento das quotas.
Para além disto, continuamos a considerar como associados os falecidos (644 Sócios, 362 Apoiantes).
Durante a vida da A25A, foram exonerados a seu pedido, 644 Sócios e 183 Apoiantes.

Para além disso, temos:
22 (vinte e dois) **Sócios de Honra** (Alcides José Sacramento Marques, António Alva Rosa Coutinho, António Alves Marques Júnior, Augusto José Monteiro Valente, Carlos Alberto Idães Soares Fabião, Carlos Manuel Costa Lopes Camilo, Emídio Guerreiro, Ernesto Augusto Melo Antunes, Fernando Baeta Cardoso do Valle, Fernando José Salgueiro Maia, Francisco da Costa Gomes, João Sarmento Pimentel, José Luís Vilalobos Filipe, José Manuel Sequeira Afonso dos Santos, Maria Lourdes Ruivo da Silva de Matos Pintasilgo, Mário Alberto Nobre Lopes Soares, Mário Alfredo Brandão Rodrigues, Mário de Almeida Lebre, Nuno Manuel Guimarães Fisher Lopes Pires, Vasco dos Santos Gonçalves, Vítor Manuel Rodrigues Alves, Vítor Manuel Trigueiros Crespo).

1 (um) **Sócio de Mérito** (Júlio José de Pinho Isidro do Carmo).

24 (vinte e quatro) **Sócios a título póstumo**, porque falecidos antes da fundação da A25A, a primeira Assembleia Geral da mesma assim o decidiu. (Amílcar Carlos Rodrigues, André do Nascimento Infante, António Manuel Vieira Pinto Ferreira, Arnaldo Oliveira Pinto, Carlos Alberto Serpa Soares, Carlos Albino Santos Coelho, Henrique Soares Afonso, João Francisco Ramos do Rego Bayan, José Eduardo de Oliveira Coimbra, Juvenal Cardoso de Ávila, Lopes Pala, Luís Ataíde da Silva Banazol, Manuel Jorge Borrega, Carlos Alberto Oliveira Lemos, Eduardo Manuel da Costa Pereira do Rosário Dias, Francisco Maria Domingues, Graciano de Matos Vilarigues, José Manuel Belo Varela Castelo, Manuel José Paulo, Ramiro Pedroso Correia, Roberto Ivens Ferraz de Carvalho, Adalberto Gastão Grilo de Sousa Dias, José Conceição Santos, José Luís Lopo Tuna).

Situação disciplinar
A Direcção não exerceu qualquer ação disciplinar, durante este período.

H. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

1 Introdução

A estrutura de apoio administrativo e logístico da Associação é escassa para prover às necessidades decorrentes do normal e regular desenvolvimento da vida associativa e às inúmeras solicitações de terceiros que nos contactam procurando informação, ajuda e colaboração afim ao espírito, aos ideais e valores de Abril, mas não só. Apesar dos inconvenientes, dificuldades e constrangimentos decorrentes da situação descrita a nossa associação vai conseguindo responder, embora com alguma dificuldade.

A capacidade de resposta referida no parágrafo anterior advém da prestimosa colaboração, profissionalismo e empenho da(o):

- D. Alice Monteiro no que respeita à relação com terceiros, no âmbito das relações públicas, do apoio logístico, da administração e gestão de associados e financeira, incluindo as operações de tesouraria, bancárias e de preparação documental e registo contabilístico dos factos patrimoniais inerentes à vida associativa.

A D. Alice Monteiro mercê do seu esforço e entrega pessoal às atividades da A25A tem-se adaptado progressivamente ao desempenho de tarefas para as quais não dispõe de preparação específica nem das perícias requeridas. Situação que, só por si se dúvidas houvesse, é indiciadora e comprovante suficiente da lealdade e disponibilidade que assume na sua relação com a Associação e os seus associados.

As áreas de responsabilidade profissional da D. Alice Monteiro têm vindo a aumentar ano após ano progressivamente e com melhor proficiência e eficácia. Pelo que se considerando de apreço e passível de publicitação a ação daquela trabalhadora aqui o exaramos para informação e conhecimento da massa associativa e registo em documento estatutário de registo e descrição da vida e das atividades da A25A.

- Sr. Jaime André nos aspetos relacionados com a execução das tarefas das "Existências - Cedências, apoio às atividades realizadas no "Fórum", receção e controle de entradas e saídas nas instalações da sede e, residualmente, na colaboração de receção de expediente do exterior e serviços de comunicação - CTT.

As atividades da A25A no exercício de 2017 encerraram o ano com um resultado positivo de €1.975. Resultado inferior ao do exercício anterior – 2016 – de €2.754. A diferença de resultados verificada – €779 – representa uma quebra de aproximadamente – 28 por cento – no resultado líquido do exercício de 2017, comparando com o ano anterior.

O resultado líquido do exercício de 2017 – €1975 – resulta do excesso de proveitos – €196.178 - relativamente aos custos – €194.203 – verificados no período.

Os proveitos – €196.178 – são o resultado agregado: (i) subsídios em contrapartida de cedência de existências – €13.388; (ii) de quotizações de associados – €65.698; (iii) de subsídios às atividades de associados e outras entidades – €73.028; (iv) outros rendimentos – €40.492: (a) subsídio obras sede – €39.266; (b) correções relativas a anos anteriores – €1.226); (v) juros de depósitos em bancos – €3.572.

Os custos – €194.203 – resultam do agregado: (i) custos de existências cedidas – €1.085; (ii) fornecimentos e serviços externos – €95.740; (iii) gastos com o pessoal – €28.471; (iv) gastos de depreciação e amortização – €41.796; (v) perdas por imparidades (provisão para perda valor de existências) – €18.179; (vi) outros gastos – €8.932: (a) taxas municipais – €198; (b) ofertas de existências – 3.489; (c) cedências com contrapartida de subsídios às atividades – €4.111; (d) outros diversos – €180; (e) correções relativas a exercícios anteriores – €954.

A leitura, análise e interpretação dos dados de prestação de contas, permitem tirar algumas ilações quanto à vida económica e financeira da A25A.

2. Balanço

A leitura e análise do Balanço evidencia os indicadores sobre a situação patrimonial da A25A, nomeadamente, a composição e montante dos valores ativos – Ativo - e passivos – Passivo – e a estrutura e respetivas verbas da diferença entre aqueles valores – Fundo de Capital (situação líquida).

No ativo as imobilizações corpóreas (ativo bruto) em 2017 – €2.243.678 – evidenciam um aumento – €17.359 – face a 2016 – €2.226.319 – por aquisição: (i) equipamento audiovisual e de som – €2.424; (ii) outras imobilizações corpóreas – €175; (iii) investimentos em curso (património histórico, artístico e cultural) – €14.760.

As amortizações das imobilizações corpóreas em 2017 – €845.176 – comparadas com as do ano anterior (2016) – €803.380 – crescem 5,20 por cento – €41.796: (i) bens imóveis – nova sede 6,26 por cento – €39 266; (ii) equipamento básico 1,89 por cento – €60; (iii) ferramentas e utensílios 14,29 por cento – €804; (iv) equipamento administrativo 0,46 por cento– €725; (v) equipamento audiovisual e de som 34,43 por cento – €840; (vi) outras imobilizações corpóreas 1,41 por cento – €101.

O valor líquido das imobilizações corpóreas no final de 2017 – €1.398.502 – comparado com o montante no final de 2016 – €1.422.939 – evidencia diminuição de 1,72 por cento – €24.437: (i) amortizações 5,20 por cento – €41.796; (ii) aquisições – €2.599 a deduzir aquele valor; (iii) investimentos em curso (património histórico, artístico e cultural) – €14.760 – que subtrai ao valor das amortizações.

O montante das existências brutas em 31 de Dezembro de 2017 – €85.908 – comparado com o valor da mesma rubrica no final do ano de 2016 tem um decréscimo 0,26 por cento – €221 – decorrente de reclassificação e revalorização de existências para cedência e dos custos das existências cedidas com contrapartida de subsídios às atividades. Já, o valor líquido das existências no final de 2017 – €17.730 – face ao de 31 de

Dezembro de 2016 – €36.129 – apresenta uma diminuição de 103,77 por cento – €18.399: (i) reclassificação e revalorização de existências – €221; (ii) provisão para imparidades – €18.178. O valor das existências para cedência no final do exercício de 2017 tem o valor líquido – €17.730 – porque ao seu valor bruto – €85.908 – abate a provisão para imparidades – €68.179: (i) provisão no final de 2016 – €50.000; (ii) provisão constituída no final de 2017, mais 36,36 por cento – 18.179 – que acresce aquele montante. As existências para cedência anteriores a 1 de Janeiro de 2017, **têm genericamente procura escassa e limitada. Cenário situacional que aconselha à utilização de critérios prudenciais equilibrados e enquadráveis nos valores libertos pelas** atividades da A25A. Tendencialmente, e se possível no futuro, a provisão para imparidades deve igualar o valor bruto das existências, ficando o seu valor líquido reduzido a zero.

O valor dos créditos a curto prazo em 2017 – €77.613 – comparado com o montante no ano de 2016 – €53.953 – cresce 30,48 por cento – €23.660: (i) fornecedores 100 por cento – €25; (ii) outros devedores 30,46 por cento – €23.635.

As disponibilidades no final de 2017 – €431.956 – face ao montante no final do exercício de 2016 – €447.177 têm uma diminuição 3,52 por cento – €15.221: (i) outros ativos financeiros 0,24 por cento – €25; (ii) depósitos à ordem 36,93 por cento – €15.309; (iii) caixa que aumenta 83,09 por cento – €113. Corresponde a uma diminuição do ativo – €15.334 – que é uma origem de fundos e a um aumento – €113 – que **é uma aplicação de fundos: €15.334 - €113 = €15.**221.

Os diferimentos no ano de 2017 – €3.876 – comparados com o montante verificado no final de 2016 – €808 – têm um acréscimo 79,15 por cento – €3.068 – outros custos diferidos e rendimentos a reconhecer.
No passivo os débitos a curto prazo relativos ao exercício de 2017 – €3.569 – em face do montante relativo a 31 de Dezembro de 2016 – €7.544 – têm uma diminuição 111,38 por cento – €3.975: (i) fornecedores menos 149,08 por cento – €3.153; (ii) estado e outros entes públicos mais 0,64 por cento – €3; (iii) associados e apoiantes menos 100 por cento – €1.800; (iv) outros credores mais 98,68 por cento – €975.

Os diferimentos no final do exercício de 2017 – €115.027 – se comparados com os do ano de 2016 – €105.164 – têm um acréscimo 8,57 por cento – €9.863: (i) outros acréscimos de custos diminuição 37,27 por cento – €3.093; (ii) rendimentos a reconhecer aumento 12,14 por cento – €12.955.

O total do fundo de capital (situação líquida) em 31 de Dezembro de 2017 – €1.811.080 – tem face ao montante de 2016 – €1.848.296 – uma diminuição 2,05 por cento – €37.216: (i) fundos – jóias mais 0,39 por cento – €75; (ii) resultados transitados de exercícios anteriores mais 0,65 por cento – €2.754; (iii) outras variações de fundos patrimoniais – subsídios obras sede diminuição 3,03 por cento – €39.266; (iv) resultado líquido do exercício menos 39,44 por cento – €1.975.

O fundo de capital (situação líquida) é o valor do resultado aritmético entre os totais do ativo e do passivo verificando-se que, em 31 de Dezembro de 2017, a A25A tem uma situação líquida positiva – €1.811.080: (i) capitais próprios 23,38 por cento – €514.059; (ii) outros fundos patrimoniais – subsídios obras sede 71,62 por cento – €1.297.020. A separação da evidência contabilística daquelas rubricas e respetivos montantes tem razão de ser dada a sua génese e geração. Os capitais próprios são gerados e libertados na estrutura associativa e decorrentes dos ativos proporcionados pelas atividades desenvolvidas no decurso do regular e normal funcionamento no âmbito normativo estatutário e regulamentar. São pertença da associação e dos seus associados que sobre eles podem deliberar em Assembleia Geral em conformidade com os estatutos e regulamento interno. Já os outros fundos patrimoniais – subsídios obras sede têm a sua génese no exterior da associação e são-lhe entregues com um fim determinado e fixado - as obras da sede. Aquele valor corresponde ao montante referente a uma "doação" do Estado Português à Associação 25 de Abril para fazer face às obras e equipamento inicial da sua sede. Embora, seja legalmente sua pertença, e na sua posse esteja, tem condicionalidades e limitações a observar e cumprir pela A25A na sua fruição, administração e gestão. Aquele valor de "reserva" tem por finalidade fazer face aos custos anuais com as amortizações por desgaste do edifício e equipamento da sede à taxa legal fixada de 2 por cento ao ano do valor da imobilização – €1.963.286 x 2 por cento – €39.266. Verba que cobre a vida útil, da posse e fruição das instalações da sede, fixada por escritura pública, entre a A25A e o Estado Português, em cinquenta anos.

3. Demonstração de Resultados (Por Natureza)
A demonstração de resultados por natureza traduz a vertente económica das atividades da A25A evidenciando numericamente os valores monetários dos fluxos de custos e proveitos no exercício de 2017.

A demonstração de resultados do exercício de 2017 evidencia e reconhece o resultado líquido positivo no ano – €1.975 – que decorre do excesso do valor de proveitos – €196.178 – relativamente ao valor dos custos – €194.203.

Os custos do exercício de 2017 – €194.203 – aumentam 3,25 por cento – €6.121 – comparados com o valor de 2016 – €188.82.

O valor dos custos – €194.203 – são o somatório dos valores suportados pela A25A com as estruturas associativas e realização das suas atividades: (i) custo das mercadorias vendidas (custo das existências para cedência) – €1.085; (ii) fornecimentos e serviços externos – €95.740; (iii) gastos com o pessoal – €28.471: (a) ordenados e subsídios de Natal e férias – €21.798; (b) subsídio de alimentação – €2.075; (c) encargos sobre remunerações (segurança social) – €4.400; (d)

seguro de acidentes trabalho e doenças profissionais – €197; (iv) perdas por imparidades em inventários e amortizações para desgaste em ativos fixos tangíveis – €59.974: (a) provisão para perdas por imparidades nas existências para cedência – €18.179; (b) amortizações de ativos fixos tangíveis – €41.795; (v) outros gastos e perdas – €8.932: (a) impostos – €198; (b) gastos em outros investimentos financeiros – €15; (c) outros – €8.719: (1) correções relativas a exercícios anteriores – €954; (2) outras perdas em inventários – €101; (3) donativos – €36; (4) ofertas e amostras de existências para cedência – €3.489; (4) cedências de existências com contrapartida de subsídios às atividades – €4.111; (5) outras não especificadas – €28.

Os proveitos do ano de 2017 – €196.178 – crescem 2,8 por cento – €5.342 face aos registados no ano de 2016.

O montante dos proveitos – €196.178 - é o valor agregado das quotizações de associados, subsídios às atividades e doados em contrapartida de cedência de existências, juros de depósitos a prazo e outros rendimentos similares: (i) cedência de existências anteriores a 2017– €4.247; (ii) prestação de serviços – quotas dos associados e apoiantes – €52.455; (iii) subsídios, doações e legados à exploração – €80.230: (a) do estado e outros entes públicos – €2.000; (b) de associados – €3.164; (c) de outras entidades – €67.884; (d) de contrapartidas de cedências de existências – €7.252; (iv) outros rendimentos e ganhos – €55.604: (a) de recuperação de dívidas a receber – quotizações de associados de anos anteriores em mora – €13.242: (1) de sócios efetivos – €12.041; (2) de apoiantes – €221; (3) de sócios coletivos – €900; (4) de sócios correspondentes – €80; (b) outros rendimentos – €42.362: (1) correções relativas a exercícios anteriores – €1.887; (2) imputação de subs**ídios para investimentos** – €**39**.266; (3) ganhos em outros instrumentos financeiros – €23; (4) restituição de taxas municipais – €592; (5) créditos por excesso de faturação de serviços – €594; (v) juros e outros rendimentos similares – €3.572.

4. Demonstração de Resultados (por atividades)
A demonstração de resultados por atividades reflete e evidencia os fluxos de custos e proveitos relacionadas com atividades estatutárias e regulamentares realizadas no exercício de 2017, individualizando cada um dos resultados líquidos que concorrem, quer positiva quer negativamente, para a formação do resultado líquido do exercício – €1.975. Resultado que comparado com o do ano de 2016 – €2.754 – reflete uma diminuição 28,28 por cento – €779.

As atividades constantes do respetivo mapa de demonstração por atividades e os elementos económicos patrimoniais a eles inerentes permitem-nos uma visão e perceção geral e integrada da nossa estrutura. Disponibiliza a oportunidade de perceber as dificuldades e os constrangimentos em áreas das nossas estruturas e da obtenção de meios para custear as solicitações de atividades.

A desagregação dos custos e proveitos, imputados a cada uma das atividades no exercício de 2017, ajuda-nos na apreciação da vida associativa e, salvo melhor opinião, a ter uma perceção mais realista das nossas capacidades e reais dificuldades. Concorrem para o resultado líquido do ano de 2017 – €1.975 – os valores imputados a cada uma das atividades: (i) quotizações – €64.950: (a) quotas do exercício de 2017 cobradas – €52.455; (b) quotas de exercícios anteriores recuperadas– €13.243; (c) quotas cobrança – despesas imputadas atividade – fornecimentos e serviços externos – €(748); (ii) custos de administração e estrutura – €(66.155): (a) sede – €(63.356): (1) fornecimentos e serviços externos – €(32.500); (2) custos com o pessoal – €(28.471); (3) outros gastos – €(2.385); (b) delegações – €(2.799): (1) fornecimentos e serviços externos – €(2.516); (2) outros gastos – €(283); (iii) *O Referencial* – €(5.916): (a) subsídio de mecenas – €25.000; (b) despesas imputadas à edição, impressão e distribuição – fornecimentos e serviços externos – €(30.916); (iv) sede Fórum – €322: (a) subsídios às atividades – €710; (b) despesas imputadas às atividades- fornecimentos e serviços externos – €(388); (v) sede sala de jogos "bridge" – €(793): (a) fornecimentos e serviços externos – €(692); (b) outros gastos – €(101); (vi) comemorações do 25 de Abril – €(2 324): (a) subsídios imputados às atividades – €6.440; (b) despesas imputadas às atividades – €(8.764): (1) fornecimentos e serviços externos – €(8.221); (2) outros custos – €(542); (vii) sede – restaurante e bar – €11.929: (a) subsídios à atividade – €26.766: (1) subsídios do concessionário – €26.168; (2) outros proveitos – €598; (b) despesas imputadas à atividade – fornecimentos e serviços externos – €(14.837); (viii) sede – existências cedência – €(11.040): (a) subsídios – valores cedência de artigos diversos e livros – €13.388: (1) subsídios cedência existências anteriores a 2017 – €4.247; (2) subsídios cedência de existências ano 2017 – €7.272, (3) ganhos em existências – €1.869; (b) custos com existências para cedência – €(24.428): (1) custo das existências cedidas anteriores a 2017 – €(1.085); (2) fornecimentos e serviços externos – €(14); (3) provisão para imparidades – €(18.179); (4) ouros gastos – €(5.150); (ix) sede – outras atividades – chaimite – €(73): (a) subsídio às atividades – €2.755; (b) fornecimentos e serviços externos – €(2.828); (x) sede – outras atividades – viagens – €7.141: (a) subsídios às atividades – €7.426; (b) outros custos – €285; (xi) sede – outras atividades – homenagem a Melo Antunes – €0,00: (a) subsídios à atividade – €798; (b) fornecimentos e serviços externos – €(798); (xii) sede – outras atividades – seminário justiça para todos – €(988): (a) fornecimentos e serviços externos – €(807); (b) outros gastos – €(179); (xiii) sede – outras atividades – roteiro didático – €(312): (a) fornecimentos e serviços externos – €(304); (b) outros gastos – €(8); (xiv) sede – outras atividades – almoços militares de Abril – €(10): (a) fornecimentos e serviços externos – €(10); (xv) – sede – outras atividades – almoços animados ânimos (AAA's) – €(160): (a) fornecimentos e serviços externos – €(160); (xvi) amortizações do exercício – €(2.530): (a)

variação de fundos patrimoniais imputados ao exercício – €39.266; (b) amortizações do imobilizado no exercício – €(41.796); (xvii) resultados financeiros – juros de depósitos a prazo – €3572; (xviii) resultados extraordinários – €4.359: (a) subsídios às atividades – €3.731; (b) correções de exercícios anteriores – €628.

A análise da demonstração de resultados por atividades evidencia o fluxo de margens e resultados cujo agregado resulta no valor líquido do exercício de 2017 – €1.975: (i) valor líquido da quotização dos associados e apoiantes – €64.950 – deduzido dos custos de administração (estrutura) – €(66.155) – evidencia a margem líquida antes de atividades – €(1.205). Adicionando a esta margem o montante do resultado da atividade *O Referencial* – €(5.916) – obtém-se o valor da margem com Referencial – €(7.122). Fazendo a adição desta com os resultados das atividades: (i) sede – Fórum – €322; (ii) sede – sala de jogos "bridge"– €(793); (iii) 25 de Abril – comemorações – €(2.324); (iv) sede – restaurante e bar – €11.929; (v) sede – existências cedências – €(11 040); (vi) sede – chaimite – €(73); (vii) sede – viagens – €7.141; (viii) sede - Seminário Justiça para Todos – €(986); (ix) sede - 25 de Abril – roteiro didático – €(312); (x) sede - almoços com militares de Abril e animados ânimos (AAA's) – €(160) – chegamos aos resultados operacionais antes de amortizações – €(3.427). Continuando o exercício adicionamos aquele resultado com o montante das amortizações do exercício líquido – €(2.530) – obtemos o valor dos resultados operacionais – €(5.957). Note-se que desde a margem – €(1.205) – não mais se observa um valor positivo nas sucessivas operações intermédias até se chegar aos resultados operacionais. Adicionando-se a estes os resultados financeiros – €3.572 – obtemos os resultados correntes – €(2.384) – mantendo estes ainda um valor negativo que só passa a positivo – €1975 – resultado líquido do exercício de 2017 por influência de resultados extraordinários – €4.359: (a) subsídios atividades – €3.731; (b) correções relativas a anos anteriores – €628.

A análise das atividades e da respetiva demonstração de resultados evidencia uma situação que sugere prudência nas abordagens da avaliação das capacidades materiais e financeiras para a prossecução dos fins estatutários e regulamentares da A25A.

A administração e gestão da A25A, sem subsídios às suas atividades por parte de terceiros, é difícil e problemática, a exigir imaginação, esforço continuado e trabalho permanente de todos os interessados.

5. Balanço de Origem e Aplicação de Fundos
O balanço de origem e aplicações de fundos do exercício de 2017 evidencia as alterações, - (diminuições e aumentos) - dos valores patrimoniais expressos no balanço – ativo, passivo e fundo de capital (situação líquida) comparando-os com os do ano de 2016.

As origens de fundos em 2017 comparando com 2016 – €92.292: (i) diminuições do ativo – €15.554: (a) existências cedência – €220; (b) disponibilidades – €15.334; (ii) aumentos do passivo – €13.934; (a) créditos a curto prazo e proveitos diferidos – €978; (b) outros custos diferidos e rendimentos a reconhecer – €12.956; (iii) aumentos de fundo de capital (situação líquida) – €2.829: (a) fundo social – joia – €75; (b) resultados transitados de exercícios anteriores – €2.754; (iv) gastos de depreciação e amortização do imobilizado tangível no exercício – €41.796; (v) provisão do exercício para imparidades com depreciação das existências para cedência – €18.179.

As aplicações de fundos em 2017 – €92.292: (i) aumentos do ativo – €44.200: (a) imobilizações – €17.359; (b) créditos a curto prazo (diferimentos) – €26.728; (c) disponibilidades – €113; (ii) diminuições do passivo – €8.046: (a) débitos a curto prazo – €4.953; (b) acréscimos de custos – €3.093; (iii) diminuição do fundo de capital (situação líquida) – €40.045: (a) subsídio para obras sede e outros – €39.266; (b) diminuição dos resultados líquidos do exercício – €779.

Os valores gerados – "cash flow" - no exercício de 2017 foram – €61.949: (i) resultados líquidos do exercício – €1.975; (ii) gastos de depreciação e amortização do imobilizado tangível no exercício - amortizações do exercício – €41.796; (iii) provisão para imparidades com depreciação das existências para cedência – €18.179.

Aplicação de Resultados – Proposta
Nos termos dos Estatutos, e face aos documentos de prestação de contas e presente relatório, submete a Direcção à decisão da Assembleia-Geral, a seguinte proposta:

- Propõe-se que o Resultado Líquido Positivo do Exercício de 2017, no montante de €1.974,58 (mil novecentos e setenta e quatro euros e cinquenta e oito cêntimos), transite integralmente para a conta de «Resultados Transitados»

Juntam-se, em anexo, os mapas do Balanço, Demonstração de Resultados (por natureza), Demonstração de Resultados (por atividades), Mapa de Amortizações, Balanço de Origem e Aplicação de Fundos e "Cash Flow"

CONCLUSÕES

Apesar de repetir o que afirmei em 2017, gostaria de voltar a começar este capítulo de **Conclusões** por salientar a razoável situação financeira em que nos encontramos. Fruto da ação de várias contribuições, ela é justificada no relatório do tesoureiro, grande responsável pela mesma, pelo que aqui o felicito expressamente.

E volto às repetições no quer se refere a Delegações e Núcleos. Temos de reconhecer a sua pouca capacidade de realização, onde continua a destacar-se (ainda que com muito menos actividade do que seria desejável) a ação da Delegação do Norte.

Em contrapartida o Núcleo de Oeiras/Cascais tem vindo a expandir a sua meritória actividade. A todas e a todos as nossas felicitações.

De salientar a continuação da ação do núcleo coordenador dos Passeios Temáticos/Escolas, com iniciativas que continuam a ocupar lugar cimeiro na preservação da memória. A todos, nomeadamente aos principais responsáveis Marília e Aniceto Afonso, as nossas felicitações.

Também *O Referencial* vem continuando a sua extraordinária ação, sendo indubitavelmente o actual principal meio de afirmação da A25A. Aos responsáveis, Martins Guerreiro e José António Santos, as nossas felicitações.

No que se refere à estrutura da Sede, há que salientar a continuação e incremento das suas atividades. A melhoria das instalações no Fórum permitiu-nos continuar a fazer face às solicitações que nos vêm fazendo, para exposições, debates, apresentação de livros, etc. A todos os responsáveis as nossas felicitações.

Se repararmos nos números da vida associativa, faleceram trinta e três sócios e oito pediram a exoneração. Somam quarenta e um, número inferior aos quarenta e sete que foram admitidos como novos sócios.

O nosso esforço de recrutamento está a ter alguns resultados, ainda que pequenos. Temos de insistir. Aqui fica esse apelo.

Continuando o período de descompressão no que à situação política diz respeito, a atividade da A25A não podia deixar de refletir isso mesmo.

Porque fomos defensores de uma solução do tipo da que os portugueses, através da votação, e os responsáveis, através dos acordos feitos, definiram e escolheram, continuamos a integrar-nos neste novo período da nossa História, sempre de forma crítica mas colaborante.

Nesse sentido, mantivemos a nossa presença nas comemorações oficiais do 25 de Abril, aceitando o renovado convite feito pelo presidente da Assembleia da República, comparecendo nas cerimónias realizadas na Casa da Democracia.

Voltámos a sentir-nos confortados e honrados pela maneira como fomos recebidos pela generalidade dos presentes, de que se destacaram novamente as intervenções dos Presidentes da República e da Assembleia da República.

Face às boas relações mantidas com os dois principais titulares de órgãos de soberania – o Presidente da República e o presidente da Assembleia da República – gostaria de assinalar as visitas que ambos fizeram à nossa sede, respondendo afirmativamente aos convites que a Direcção lhes dirigiu.

Damos aqui conta do resultado do esforço coletivo dos associados da A25A – seja dos dirigentes, seja dos funcionários, seja especialmente dos associados.

Ao olhar para mais este ano, não ficamos extraordinariamente satisfeitos com o trabalho e os resultados do mesmo.

Temos consciência de que a nossa A25A, tendo sido criada pelos militares de Abril, com eles continuando a identificar-se no essencial, está a envelhecer, a perder algum vigor, a ter dificuldade em renovar-se.

É a lei da vida, não é fácil "dar a volta" a esse natural desígnio... Isto apesar de alguns bons resultados obtidos, seja na aquisição de novos associados, seja na obtenção de alguns resultados, seja fundamentalmente na manutenção – diria mesmo alargamento – de um elevado prestígio na sociedade portuguesa.

Por tudo isso, porque Portugal não consegue fugir aos enormes perigos que assolam o mundo actual – apesar de podermos considerar-nos um autêntico oásis, no meio do deserto de iniquidades e loucuras que grassam neste mundo – temos de continuar a pugnar pelos valores que há 35 anos nos levaram a fundar a nossa A25A, com o fim de criarmos um espaço e um instrumento para defesa e consolidação dos ideais e valores que há 44 anos levaram um conjunto de jovens "capitães" a lançarem-se numa aventura coletiva, nela envolvendo muitos outros militares e civis, aproveitando as condições criadas pela luta de muitas portuguesas e muitos portugueses e criando uma epopeia que, pelas suas características continua a ser única na História Universal.

É essa promessa – a de continuar a lutar pelos ideais e valores de Abril – que, porque continuamos a acreditar na nossa A25A, aqui deixamos.

Renovamos, pois, a nossa convicção de que, em conjunto, os dirigentes da A25A, com os nossos associados e simpatizantes, continuarão a consolidar a Associação 25 de Abril, como instituição prestigiada neste Portugal que teimamos em querer continue Livre, Democrático e em Paz.

Não desistimos, vamos continuar, dizemos Presente!

Lisboa, 31 de Dezembro de 2017

Pela Direcção

Vasco Lourenço

Anexo 1

Relatório de atividades do biénio de 2016/2017

(*Nos termos do Regulamento Interno das Delegações da A25A, n.º*5 do Art.º 15.º)

1. INTRODUÇÃO

Com o seu tempo de vida, não podemos esperar que esta Delegação, bem como os seus membros, possuam a mesma vitalidade de outrora. Os valores essenciais que estiveram presentes na sua génese, continuam presentes, a sua consolidação é uma realidade, a generosidade dos seus sócios é a mesma que então, mas as forças para colocar novas ideias em prática é que vão escasseando.

2. ATIVIDADES

Dentre as comemorações do 25 de Abril que tiveram lugar neste biénio e que, na medida das nossas possibilidades e em função das solicitações, fomos apoiando, serão de salientar as centradas na cidade do Porto que organizámos, quer em parceria com outras instituições, quer isoladamente.

Enviámos este ano alguns representantes, que estiveram presentes em sessões solenes, conferências, debates e palestras, em diversos locais em que se falou de Abril.

Para onde nos convidaram e não foi possível estarmos presentes, enviamos a mensagem da Direc*ção Nacional para ser lida*.

Nas Comemorações populares do 25 de Abril na cidade do Porto, cuja Comissão Organizadora voltamos a integrar, colaboramos dentro das nossas naturais limitações humanas e financeiras.

Em 1 de Abril deste ano realizamos a nossa A.G. Regional, em que apresentamos o Relatório referente a 2016.

Como é tradicional, a A25A apoiou o jantar de oficiais que se realizou nas instalações do IASFA – Porto. Cumpriu-se o ritual, com uma intervenção do David Martelo, o cantar da "Grândola" e o entoar do Hino Nacional. Estiveram presentes algumas dezenas de oficiais e familiares.

3. INSTALAÇÕES SOCIAIS

Cada vez mais se vai notando a dificuldade física dos sócios e outros visitantes de se deslocarem às atuais instalações, aliada à evidente desmobilização da pequena massa associativa aqui residente.

4. SITUAÇÃO FINANCEIRA

A situação financeira da Delegação mantém-se estável, derivada do número escasso de atividades realizadas, sendo as despesas resultantes dos reduzidos custos de funcionamento.

A Sede continua a atribuir-nos mensalmente um Fundo de Maneio de 100 euros.

5. COMENTÁRIOS E CONCLUSÕES

Correndo o risco de nos repetirmos, mas com alguma naturalidade, é evidente que as atividades por nós desenvolvidas têm vindo a diminuir de frequência e intensidade.

O tempo já decorrido desde o 25 de Abril de 1974, com a respetiva consolidação da democracia, atenua a necessidade de relembrar permanentemente a nossa História mais recente.

Talvez essa conclusão seja precipitada pois aqui e ali vão renascendo alguns vestígios de totalitarismo à imagem do que se passava no antigo regime. Não será portanto excessivo irmos relembrando, para aqueles que não viveram os tempos idos ou para os que já os esqueceram, os indícios de comportamentos que se vão tornando perigosos e que abrem as portas a situações já vividas e de triste memória.

Mas nós, membros desta associação, fomos envelhecendo, as forças vão faltando e não temos conseguido passar o testemunho aos mais jovens, que nos poderão substituir nessa militância.

Apesar de tudo, alguma coisa vamos fazendo nestas tarefas e pensamos que o tempo que a elas dedicamos são muito gratificantes.

Porto, 31 de Dezembro de 2017

O Presidente da Direc*ção*
Antero Aníbal Ribeiro da Silva

Anexo 2

Atividades do Grupo da A25A de Oeiras e Cascais

O Grupo reuniu regularmente com periodicidade quinzenal, excepto entre meados de Julho e meados de Setembro e na época natalícia. Estiveram normalmente presentes entre doze e dezasseis sócios e convidados do universo de trinta e quatro destinatários das convocatórias para as reuniões. As reuniões funcionam como assembleia de tomada de decisões sobre iniciativas a realizar e sobre as iniciativas em curso.

Iniciativas

As iniciativas que foram concretizadas entre Março de 2017 e Março de 2018 são seguidamente referidas. Delas foi sendo dada notícia mais pormenorizada em *O Referencial*.

- **Sessão Comemorativa do 43.º Aniversário do 25 de Abril**, consistindo num painel de discussão do tema "Os Valores de Abril e a Democracia Local", complementado por intervenções musicais e por declamação de poesia. Foi realizada em parceria com a Associação Cultural ESPAÇO E MEMÓRIA. O painel de intervenientes foi constituído por quatro autarcas, com moderação a cargo de um jornalista convidado. Teve lugar no auditório da Biblioteca Municipal de Oeiras, cedido pelo Município de Oeiras, com a presença do respetivo Presidente, Paulo Vistas.
- **Festa Jovem da Linha**, em parceria com os municípios de Oeiras e de Cascais e com a Associação de Ginástica de Lisboa, inspirada na Festa Jovem de Almada. Esta primeira realização na «Linha» teve a presença de três centenas de participantes em representação de dezanove equipas de nove coletividades desportivas e recreativas dos dois municípios e teve a assistência de cerca de um milhar de pessoas. A Câmara de Cascais fez-se representar ao nível da vereação e a A25A foi representada pelo presidente da Direcção. Nas suas intervenções proferiram palavras alusivas ao momento e en-

PUBLICIDADE

MEDALHAS COMEMORATIVAS

No exercício do magistério dos valores de Abril a A25A exprime-se em várias linguagens e narrativas. O tempo e a história de Abril estão também contados através da expressão artística de diversos autores, vazada na impressiva comunicação da medalhística. A A25A dispõe de um acervo interessante de medalhas alusivas ao 25 de Abril e a outros momentos importantes da História Contemporânea de Portugal que podem ser adquiridas através de correio electrónico para a25a.sec@25abril.org ou pelo telefone 21 324 14 20.

corajaram os jovens à prática do desporto e dos valores de Abril.

- **Evocação do 25 de Abril nas escolas**, em resposta aos convites pedindo a presença de membros da A25A para falar sobre os antecedentes, a preparação e as operações militares do 25 de Abril, bem como do processo de consolidação do regime democrático e das liberdades. Como nos anos transatos, esta atividade desenrolou-se entre Março e Maio. Envolveu cerca de mil e oitocentos alunos do quinto ao décimo segundo ano e uma centena de professores, em treze escolas de Oeiras, Cascais, Amadora, Sintra e Almada.
- **Projeto "Abril Hoje"**, levado a cabo no Agrupamento de Escolas de Carcavelos, inspirado na evolução e na calendarização do processo iniciado em 1973 que conduziu à libertação do país. A população escolar envolvida totalizou mil e trezentos alunos, sendo seiscentos do ensino secundário e 700 do ensino básico. Neste Projeto a iniciativa é remetida aos alunos: (1) inquirição inicial dos mil e trezentos alunos, convidados a manifestar as suas preocupações; (2) seleção pelos seus delegados das duas que entenderam as mais preocupantes – selecionados o *bullying* e o desemprego; (3) estudo dos dois temas por duas turmas do ensino secundário (de Sociologia e de Economia); (4) apresentação à Escola dos temas trabalhados, de forma alargada, em três conferências. No seu termo este Projeto foi classificado como inovador no âmbito da cidadania jovem.

O número de estudantes das escolas dos municípios atrás indicados que houve a oportunidade de contactar quer através da Evocação do 25 de Abril quer através do Projeto "Abril Hoje" rondou dois mil e trezentos.

Representação

Foram mantidos contactos, incluindo a representação ou a participação em eventos, com as seguintes organizações do município de Oeiras vocacionadas para intervenções cidadãs:

- POMBAL XXI - Associação do Bairro do Pombal, em Oeiras, por ocasião da sessão comemorativa do seu 12.º aniversário e de outras iniciativas;
- RCO - Rede de Cidadania de Oeiras através de ligação permanente ao núcleo coordenador visando o desenvolvimento de iniciativas conjuntas;
- MAPA – Associação Cultural de Oeiras, idem;
- EMACO – Espaço e Memória, Associação Cultural de Oeiras.

BALANÇO

EM 2017.12.31

DESCRIÇÃO	2017 ACTIVO BRUTO	2017 AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES	2017 ACTIVO LÍQUIDO	2016 ACTIVO LÍQUIDO
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS				
- Bens imóveis				
- Nova sede	1.963.286,15	666.265,58	1.297.020,57	1.336.286,57
- Equipamento básico	3.420,32	3.239,14	181,18	241,57
- Ferramentas e utensílios	8.038,69	6.430,96	1.607,73	2.411,60
- Equipamento administrativo	161.301,16	158.678,19	2.622,97	3.347,23
- Equipamento audio-visual e som	5.929,90	3.280,20	2.649,70	1.065,37
- Outras imoblizações corpóreas	86.941,56	7.282,15	79.659,41	79.586,08
INVESTIMENTOS EM CURSO				
- Património histórico, artístico e cultural	14.760,00	0,00	14.760,00	
Subtotal	**2.243.677,78**	**845.176,22**	**1.398.501,56**	**1.422.938,42**
EXISTÊNCIAS				
- Mercadorias	85.908,21	68.178,65	17.729,56	36.128,62
Subtotal	**85.908,21**	**68.178,65**	**17.729,56**	**36.128,62**
CRÉDITOS A CURTO PRAZO				
- Fornecedores	25,21		25,21	0,00
- Estado e outros entes públicos	0,00		0,00	0,00
- Outros devedores	77.587,60		77.587,60	53.952,69
Subtotal	**77.612,81**		**77.612,81**	**53.952,69**
DISPONIBILIDADES				
- Outros activos financeiros	10.369,22		10.369,22	10.394,17
- Outros depósitos bancários (prazo)	380.000,00		380.000,00	380.000,00
- Depósitos à ordem	41.450,34		41.450,34	56.759,66
- Caixa	136,06		136,06	23,15
Subtotal	**431.955,62**		**431.955,62**	**447.176,98**
DIFERIMENTOS				
- Outros custos diferidos e rendimentos reconhecer	3.876,28		3.876,28	808,07
Subtotal	**3.876,28**		**3.876,28**	**808,07**
TOTAL DO ACTIVO	**2.843.030,70**	**913.354,87**	**1.929.675,83**	**1.961.004,78**

DESCRIÇÃO	2017 VALOR	2016 VALOR
FUNDOS		
- Jóias	19.331,21	19.256,21
RESERVAS		
- Reserva de reavaliação	68.602,50	68.602,50
RESULTADOS TRANSITADOS		
- De exercícios anteriores	424.150,76	421.396,75
OUTRAS VARIAÇÕES FUNDOS PATRIMONIAIS		
- Subsídios - obras sede	1.297.020,57	1.336.286,57
RESULTADOS DO EXERCICIO		
- Resultado liquido do exercício	**1.974,58**	**2.754,01**
TOTAL DO FUNDO DE CAPITAL	**1.811.079,62**	**1.848.296,04**
PASSIVO		
- DÉBITOS A CURTO PRAZO		
- Fornecedores	2.115,25	5.268,03
- Estado e outros entes públicos	466,12	463,27
- Associados e apoiantes	0,00	1.800,00
- Outros credores	987,81	13,00
Subtotal	**3.569,18**	**7.544,30**
- DIFERIMENTOS		
- Outros acréscimos de custos	8.297,56	11.390,75
- Rendimentos a reconhecer	106.729,47	93.773,69
Subtotal	**115.027,03**	**105.164,44**
TOTAL DO PASSIVO	**118.596,21**	**112.708,74**
TOTAL DO FUNDO SOCIAL E PASSIVO	**1.929.675,83**	**1.961.004,78**

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

EXERCÍCIO DE 2017

CUSTOS E PERDAS				
DESCRIÇÃO	2017		2016	
- Custo das mercadorias vendidas		1.085,19		6.169,94
- Fornecimentos e serviços externos		95.740,34		93.788,04
- Gastos com o pessoal				
- Ordenados e subsídios de Natal e férias	21.798,00		21.420,00	
- Subsídio Alimentação	2.074,68		2.006,90	
- Encargos sobre remunerações - SSocial	4.400,90		4.338,88	
- Seguro acidentes trabalho e doenç. profiss.	197,30	28.470,88	337,70	28.103,48
- Perdas por imparidades				
- Em inventários e activos fixos tangíveis	59.974,45		56.045,93	
- De dívidas a receber	0,00	59.974,45	0,00	56.045,93
- Outros gastos e perdas				
- Impostos	198,24		196,99	
- Gastos em Outros InvestImentos Financeiros	14,97		34,93	
- Outros	8.719,30		1.742,32	
- Outros custos inerentes a associados	0,00	8.932,51	2.000,00	3.974,24
(A)		**194.203,37**		**188.081,63**
- Gastos/reversões de depreciação e de amortização				
(C)		**194.203,37**		**188.081,63**
- Gastos e perdas de financiamento				
- Outros juros				
(E)		**194.203,37**		**188.081,63**
- Imposto sobre o rendimento do período				
(G)		**194.203,37**		**188.081,63**
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**1.974,58**		**2.754,01**
TOTAL		**196.177,95**		**190.835,64**

PROVEITOS E GANHOS				
DESCRIÇÃO	2017		2016	
- Vendas de mercadorias		4.247,20		9.595,48
- Prestação de Serviços				
- Quotas dos associados e apoiantes		52.455,02		49.442,08
- Subsídios, doações e legados à exploração				
- Do Estado e outros entes públicos	2.000,00		905,00	
- De associados	3.163,81		0,00	
- De outras entidades	67.883,93		73.838,73	
- De contrapartida existências-cedência	7.251,85	80.299,59	0,00	74.743,73
- Outros rendimentos e ganhos				
- De recuperação de dívidas a receber	13.242,51		12.510,06	
- Ganhos em inventários	0,00		72,85	
- Outros	42.361,36	55.603,87	39.339,03	51.921,94
(B)		**192.605,68**		**185.703,23**
(D)		**192.605,68**		**185.703,23**
- Juros, dividendos e outros rend.similares				
- Juros obtidos de depósitos bancários	3.572,27		4.472,59	
- Outros proveitos financeiros	0,00	3.572,27	659,82	5.132,41
(F)		**196.177,95**		**190.835,64**
(H)		**196.177,95**		**190.835,64**
TOTAL		**196.177,95**		**190.835,64**

RESUMO: Resultado antes de depreciações, gastos de finaciamento e de impostos: (B) - (A)	**=**	**-1.597,69**	**-2.378,40**
Resultado operacional (antes de gastos de finaciamento e impostos): (D) - (C)	**=**	**-1.597,69**	**-2.378,40**
Resultado antes de impostos: (F) - (E)	**=**	**1.974,58**	**2.754,01**
Resultado líquido do período: (H) - (G)	**=**	**1.974,58**	**2.754,01**

AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO DE 2017

DESCRIÇÃO	2017			2017		
	ACTIVO BRUTO	AMORTIZAÇÕES DO ANTECEDENTE	%	AMORTIZAÇÕES DO ANO	AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	ACTIVO LÍQUIDO
Imobilizações Corpóreas						
- Edifício - nova sede	1.963.286,15	626.999,58	2,00	39.266,00	666.265,58	1.297.020,57
- Equipamento básico	3.420,32	3.178,75	10,00	60,39	3.239,14	181,18
- Ferramentas e Utensílios	8.038,69	5.627,09	10,00	803,87	6.430,96	1.607,73
- Equipamento administrativo	161.301,16	157.953,93	10,00	724,26	158.678,19	2.622,97
- Equipamento audio-visual e som	5.929,90	2.440,20	20,00	840,00	3.280,20	2.649,70
- Património associativo	8.829,38					8.829,38
- Obras de arte	69.742,13					69.742,13
- Biblioteca	1.064,62					1.064,62
- Outras activos fixos tangíveis	7.305,43	7.180,87	10,00	101,28	7.282,15	23,28
SubTotal	**2.228.917,78**	**803.380,42**		**41.795,80**	**845.176,22**	**1.383.741,56**
Investimentos em curso						
- Património histórico, artístico e cultural	14.760,00					14.760,00
TOTAL	**2.243.677,78**	**803.380,42**		**41.795,80**	**845.176,22**	**1.398.501,56**

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR ACTIVIDADES

EXERCÍCIO DE 2017

DESCRIÇÃO		EXERCÍCIOS 2017		EXERCÍCIOS 2016	
- QUOTIZAÇÕES	**Quotas** - exercício 2017 - cobradas	52.455,02		49.442,08	
	Quotas - exercícios anterirores - recuperadas	13.242,51		12.510,06	
	Quotas - outros - rendimentos similares	0,00		659,82	
	Quotas - cobrança - despesas imputadas actividade	-747,55	64.949,98	-658,22	61.953,74
- CUSTOS ADMINISTRAÇÃO	**Sede** - despesas imputadas actividade	-63.355,78		-55.664,19	
	Delegações - despesas imputadas actividades	-2.799,69	-66.155,47	-2.429,71	-58.093,90
	Margem		**-1.205,49**		3.859,84
- REFERENCIAL	**Subsídios -** imputados actividade	25.000,00		25.000,00	
	Despesas - imputadas actividade	-30.916,11	-5.916,11	-33.350,81	-8.350,81
	Margem (c/Referencial)		**-7.121,60**		**-4.490,97**
- SEDE - FORUM	**Subsídios -** imputados actividade	710,32		151,61	
	Despesas - imputadas actividade	-388,12	322,20	-717,26	-565,65
- SEDE - SALA DE JOGOS/"BRIDGE"	**Subsídios -** imputados actividade	0,00			
	Despesas - imputadas actividade	-792,87	-792,87		
- 25 ABRIL - COMEMORAÇÕES	**Subsídios -** imputados actividade	6.439,95		5.994,26	
	Despesas - imputadas actividade	-8.763,50	-2.323,55	-6.001,49	-7,23
- SEDE - RESTAURANTE E BAR	**Subsídios -** imputados actividade	26.766,51		24.749,14	
	Despesas - imputadas actividade	-14.837,38	11.929,13	-15.185,71	9.563,43
- SEDE - EXISTÊNCIAS - CEDÊNCIAS	**Subsídios** - valor cedência artigos e livros	13.387,85		9.720,83	
	Despesas - valor custo artigos e livros cedidos	-24.428,03	-11.040,18	-20.060,89	-10.340,06
- SEDE - CHAIMITE	**Subsídios -** imputados actividade	2.754,57		475,00	
	Despesas - imputadas actividade	-2.828,32	-73,75	-2.559,76	-2.084,76
- SEDE - VIAGENSVIAGENS	**Subsídios -** imputados actividade	7.426,00		6.870,00	
	Despesas - imputadas actividade	-284,72	7.141,28	0,00	6.870,00
- HOMENAGEM MELO ANTUNES	**Subsídios -** imputados actividade	797,91		6.556,54	
	Despesas - imputadas actividade	-797,91	0,00	-6.556,54	0,00
-SEMINÁRIO - JUSTIÇA P.ª TODOS	**Subsídios -** imputados actividade	0,00			
	Despesas - imputadas actividade	-985,77	-985,77		
- 25 DE ABRIL - ROTEIRO DIDÁTICO	**Subsídios -** imputados actividade	0,00		0,00	
	Despesas - imputadas actividade	-311,82	-311,82	-590,08	-590,08
- ALMOÇOS DE 4.ªs FEIRAS	**Subsídios -** imputados actividade	0,00		0,00	
	Despesas - imputadas actividade	-170,00	-170,00	-116,66	-116,66
	- RESULTADOS OPERACIONAIS (S/Amortizações)		**-3.426,93**		**-1.761,98**
- AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO	**Subsídios -** variação fundos patrimoniais imputada ex.º	39.266,00		39.266,00	
	Amortizações - imputadas exercício	-41.795,80		-42.190,31	
	Amortizações - anteriores - excesso - reversões	0,00		0,00	
	Bens tangíveis - abate - amortização - défice	0,00	-2.529,80	0,00	-2.924,31
	- RESULTADOS OPERACIONAIS		**-5.956,73**		**-4.686,29**
- RESULTADOS FINANCEIROS	**Juros -** depósitos a prazo	3.572,27		4.472,59	
	Outros - rendimentos similares	0,00	3.572,27	0,00	4.472,59
	- RESULTADOS CORRENTES		**-2.384,46**		**-213,70**
- RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS	**Subsidios -** actividade	3.731,16		2.947,18	
	Correcções - exercícios anteriores	627,88	4.359,04	20,53	2.967,71
	- RESULTADO LIQUIDO DO EXERCICIO		**1.974,58**		**2.754,01**

BALANÇO DA ORIGEM E APLICAÇÃO DE FUNDOS

EXERCÍCIO DE 2017

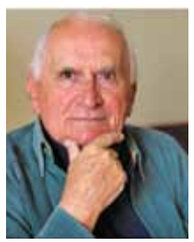
ORIGENS	2017	2016	APLICAÇÕES	2017	2016
- DIMINUIÇÕES DO ACTIVO			**- AUMENTOS DO ACTIVO**		
Imobilizações			Imobilizações	17.358,94	135,70
Existências	220,41	2.336,46	Existências		
Créditos a curto prazo (diferimentos)			Créditos a curto prazo (diferimentos)	26.728,33	21.900,06
Disponibilidades	15.334,27		Disponibilidades	112,91	9.945,73
- AUMENTOS DO PASSIVO			**- DIMINUIÇÕES DO PASSIVO**		
Créditos a curto prazo e proveitos diferidos	977,66	1.218,06	Débitos a curto prazo	4.952,78	
Outros custos diferidos e rendim.reconhecer	12.955,78	8.823,03	Acréscimos de Custos	3.093,19	
- AUMENTOS SITUAÇÃO LIQUIDA			**- DIMINUIÇÃO DA SITUAÇÃO LIQUIDA**		
Fundo Social (Jóia)	75,00	70,00	Reservas		
Reserva de reavaliação	0,00		Resultados transitados		
Resultados transitados	2.754,01	422,87	Subsídios obras sede e outros	39.266,00	39.266,00
Resultados do exercício (aumentos)		2.331,14	Resultados Liquíd.do Exº. (diminuição)	779,43	
- AMORTIZAÇÕES DO EXERCICIO	41.795,80	42.190,31			
- PROVISÕES DO EXERCÍCIO	18.178,65	13.855,62	**- PROVISÕES DO EXERCÍCIO (diminuição)**		
			Perdas por imparidades - Existências		
	92.291,58	**71.247,49**		**92.291,58**	**71.247,49**

CASH FLOW

EXERCÍCIO DE 2017

	2017	2016
RESULTADOS LIQUIDOS DO EXERCÍCIO	1.974,58	2.754,01
AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO	41.795,80	42.190,31
PROVISÕES DO EXERCÍCIO	18.178,65	13.855,62
CASH FLOW	**61.949,03**	**58.799,94**

OTAN
ERA TRUMP



PEDRO DE PEZARAT CORREIA

A OTAN nasceu em Washington em 4 de abril de 1949, num contexto bem concreto e com objetivos bem definidos. O contexto era o do sistema bipolar que se seguiu ao fim da II Guerra Mundial, dominado por duas superpotências, EUA e URSS, que se confrontavam numa guerra fria cuja linha da frente atravessava a Europa Central. A OTAN traduzia um compromisso multilateral, entre Estados da América do Norte e da Europa Ocidental, envolvendo o espaço do Atlântico Norte e em que os parceiros da Europa, exaustos pela guerra em que se haviam combatido, reconheciam a liderança dos EUA no bloco marítimo e ocidental e colocavam nas mãos de Washington a sua defesa.

Digamos que a Aliança Atlântica tinha dois objetivos expressamente assumidos e um terceiro implícito mas não assumido:

1. Os objetivos assumidos eram:
   a) a contenção da expansão da URSS para a Europa Ocidental;
   b) a manutenção da Alemanha controlada dentro do sistema de segurança coletiva (referimo-nos à Alemanha ocidental já que a Alemanha de leste estava incluída na zona de influência da URSS, logo no bloco adversário a conter).

2. O objetivo não assumido era a sua assunção como instrumento da liderança norte-americana no bloco ocidental, isto é, do seu papel hegemónico num dos polos do sistema bipolar.

Mas a compreensão da génese da OTAN obriga, também, a ter em consideração algumas teorias clássicas da geopolítica que, no fundo, mais do que teorias geopolíticas foram grandes planos que determinaram a geoestratégia norte-americana:

1. A teoria do poder marítimo de Alfred Mahan que, no início do século XX, visou, com êxito, demonstrar que a emergência dos EUA como grande potência mundial passava pela sua opção como potência marítima.
2. A teoria do *rimland* de Nicholas Spykman que, já no final da Guerra 1939-45, propunha o cerco à potência terrestre que dominava o *heartland* euroasiático, a URSS, através do controlo da orla costeira envolvente da qual a Europa Ocidental constituía a faixa oeste.
3 A teoria da contenção de George Kennan, que o presidente Truman adaptou e desvirtuou, transformando um projeto de contenção diplomática e económica numa estratégia de cerco militar.

A OTAN inscreveu-se na lógica destas três teorias, da mesma forma que nela se inseriram o Pacto de Bagdad ou Organização do Tratado Central (CENTO) no Médio Oriente e sudoeste da Ásia, os Pactos de Assistência Mútua com a Austrália e Nova Zelândia (ANZUS), com as Filipinas, com Taiwan, com a Coreia do Sul e com o Japão no Pacífico Ocidental, e a Organização do Tratado do Sudeste Asiático (SEATO) na transição do Oceano Índico para o Pacífico Sul.

Lord Ismay, que foi o primeiro secretário-geral da OTAN, resumiu os seus objetivos dizendo que ela *(...) tem três funções: manter os Estados Unidos dentro, os russos fora e os alemães em baixo*. Seguindo essa lógica de raciocínio mais rigoroso seria dizer que as três funções eram manter a Alemanha dentro, a URSS fora e os EUA por cima.

A verdade é que a posição hegemónica dos EUA na Aliança tornou-se incontroversa e, até, compreensível, pois é o grande contribuinte em meios e em recursos. Os parceiros europeus sempre optaram por ceder poder decisório em troca de menos encargos. A posição hegemónica dos EUA manifesta-se de formas bem claras:

1. Os comandantes supremos aliados dos vários teatros, marítimos ou terrestres, são sempre oficiais generais norte-americanos.
2. As doutrinas e conceitos estratégicos adotados tiveram sempre por base as definições do Pentágono.
3. A estratégia nuclear da Aliança, mesmo depois de o Reino Unido e França terem entrado no clube nuclear, é a dos EUA e acompanhou sempre a evolução desta.

A Europa manteve-se, assim, refém da geoestratégia dos EUA e isso esteve na origem de alguns desencontros no seio da OTAN, em particular com a França quando, com De Gaulle, abandonou a sua estrutura militar em 1966.

Até final da guerra fria, enquanto a OTAN não enfrentou dilemas existenciais e o quadro geoestratégico internacional, os objetivos e as ameaças eram claros, identificáveis, previsíveis e persistentes, a coexistência com outras estruturas europeias não se colocava. O projeto europeu, embora já em expansão, resumia-se a uma mera comunidade económica e a UEO não tinha peso na defesa da Europa Ocidental. Mas o fim da Guerra Fria, com a implosão da URSS e do PV e, até, a hesitante afirmação da União Europeia (UE), puseram todo este edifício em causa.

Da cimeira de Londres de julho de 1990 ia resultar uma grande transformação no conceito estratégico que seria aprovada no ano seguinte, em Novembro na cimeira de Roma. Era a adaptação ao fim da guerra fria, ao esvaziamento do mundo bipolar e ao desaparecimento do inimigo que justificara a sua existência. As alterações mais significativas foram:

1. A admissão de uma nova gama de ameaças mais prováveis derivadas da instabilidade em regiões sensíveis que podem gerar situações de crises locais na periferia da aliança.
2. A eventualidade de ter de enfrentar essas crises fora-de-área, passando assim de um conceito restrito de defesa a um conceito alargado de defesa que pode passar por intervenções fora das suas fronteiras.

A evolução da situação internacional no sudeste europeu (com incidência nos Balcãs e no Cáucaso), no Médio Oriente, na margem sul do Mediterrâneo, em África, na Ásia Central e no Mar do Sul da China, originou clivagens no interior da OTAN, entre europeístas e atlantistas, mas também entre europeus face aos EUA. Às clivagens sobre a situação internacional veio acrescentar-se a revolução nos assuntos militares (RAM) e a nova tipologia dos conflitos que, incluindo conflitos identitários, com fins criminosos ou pelo controlo de recursos, reconhece o aparecimento de novos atores a dominarem a conflitualidade, entidades não-estatais, grupos religiosos, máfias organizadas, redes de terrorismo internacional, e a prevalência de novas estratégias, assimétricas e dissimétricas. Também a RAM deu lugar, entre os parceiros da OTAN, a distintas perceções sobre as prioridades, as ameaças, as opções para as enfrentar.

Coincidiu esta mutação do quadro internacional com o aprofundamento e alargamento da construção europeia. Nascia a UE mas que, não se assumindo como entidade política, tardava a afirmar-se como ator no contexto internacional. Divergências frequentes entre os seus membros e, nomeadamente, a ausência de uma definição estratégica em matéria de segurança e defesa e de uma estrutura militar que a suporte faziam com que continuasse, por via da OTAN, subordinada aos EUA que tinham ascendido ao estatuto de hiperpotência global num mundo que passara de bipolar a unipolar.

Isto foi formalizado na Cimeira de Washington da OTAN de abril de 1999, quando se comemorava o 50.º aniversário da Aliança. Cimeira em que se aprovou:

1. O alargamento ao centro e leste da Europa.
2. A nova reformulação do seu conceito estratégico, possibilitando a intervenção fora-de-área por referência expressa a ações "não-Art.º 5.º"[1], que significava o abandono da sua natureza de organização defensiva.

1. O art.º 5.º do Tratado regula o princípio da defesa colectiva: um ataque armado contra um membro será considerado como um ataque contra todos e, ao verificar-se, nos termos do art.º 51.º da Carta da ONU, a OTAN assisti-lo-á inclusive com emprego de força armada.

3. Seguindo a tendência unilateralista de Washington, dispensa do mandato do Conselho de Segurança da ONU para intervir fora-de-área.

A OTAN tornava-se já não apenas o instrumento da liderança norte-americana no bloco ocidental, mas o instrumento de afirmação do seu domínio no espaço global. Se quisermos recuperar o aforismo de Lord Ismay dos primeiros tempos da Aliança Atlântica e adaptá-lo ao momento de então, diríamos que a manutenção da OTAN se destinava a manter a Europa dentro, os EUA por cima e o resto do mundo por baixo.

Mas a unipolaridade do sistema global não criou raízes, pelo menos com a hegemonia todo-poderosa que a liderança dos EUA pareceu prever. A arrogância imperial com que atacou os problemas do terrorismo global na sequência do 11 de Setembro, com que optou pelo unilateralismo marginalizando, se necessário, os parceiros e a própria ONU, com que assumiu a perspetiva maniqueísta de quem não está por nós está contra nós e identificou os Estados falhados como *rogue states*, Estados criminosos ou fora-da-lei, com que adotou o *hard power* através da diretiva da Casa Branca de 17 de setembro de 2002, *The National Security Strategy of the United States of America*, minou a sua credibilidade e fragilizou a sua liderança. Em novembro de 2002 na Cimeira de Praga, a Aliança Atlântica atualizou mais uma vez o seu conceito estratégico para se ajustar a esta Diretiva da Casa Branca. O que não impediu que Washington a pudesse considerar dispensável, como veio a revelar-se na trágica invasão do Iraque em 2003, que viria a traduzir-se num monumental desastre estratégico cujas perversas consequências ainda hoje dominam a situação no Médio Oriente. A controvérsia em torno do seu desencadeamento, agravando a divisão entre os membros europeus, os atlantistas sempre dispostos a alinharem incondicionalmente com os EUA e os europeístas que exigem que qualquer intervenção seja previamente determinada pelo CS da ONU e orientada para ações de paz e a resolução de conflitos, denunciava uma crise no seio da organização.

Depois de um período em que a administração Obama revelou preocupação em recuperar a normalização no seio da OTAN, quando é necessário um clima de serenidade e bom senso para enfrentar uma situação internacional e polemológica marcada pela imprevisibilidade e por cenários paradoxais e atores heterodoxos, eis que surge o que menos falta fazia – uma liderança global com o perfil errático, volúvel, casuístico, incompetente, não fiável, de Donald Trump.

Trump evidencia uma caraterística que é a negação de qualquer líder político, nomeadamente quando a sua responsabilidade assume uma dimensão mundial, que é a absoluta ausência de sensibilidade estratégica capaz de fundamentar as suas decisões.

A estratégia – deixemos de lado a polémica meramente académica se é uma ciência ou uma arte – é, no essencial, um jogo que não é individual. Pressupõe um "outro" que se opõe, um antagonista que, na guerra, é o inimigo. Um "outro" que é uma entidade racional, que também tem a sua estratégia e que deve ser considerado, no mínimo, tão capaz e inteligente como nós. Um dos maiores erros em estratégia é desprezar ou menosprezar o "outro". O eminente estrategista francês Jean-Paul Charnay coloca o "outro" e a sua negação no cerne da estratégia: *(...) a ideia da negação traz à luz o carácter necessariamente agonístico da estratégia [...] não há estratégia, mas conduta política geral, quando não se corre o risco de se confrontar com o Outro.* (*Essai général de stratégie*, pp. 80 e 82) E mais à frente: *[...] negação e razão, o jogo subtil e brutal da função estratégica [...] No seu sentido mais geral, a estratégia consiste na ação exercida contra um Outro.* (pp. 147 e 148) Para rematar: *A estratégia na sua essência mais profunda, é negação.* (p. 149)

Ora o que é chocante no comportamento de Trump, nas decisões que toma e no aparato com que as exibe, arrogante, voluntarista, exibicionista, é a absoluta ausência da consideração do "outro", de previsão da sua eventual resposta e reação. Daí os permanentes recuos, contradições, mudanças de rumo, substituição de colaboradores mais próximos. Desde que, ainda candidato, começou a anunciar ameaças, intenções, projetos, era chocante a ausência de princípios definidores, de objetivos, de uma lógica coerente mas, acima de tudo, a soberba imperial como se só ele contasse, como se o "outro" não existisse e não reagisse. As fanfarronices em relação à China, ao muro na fronteira do México, contra o Acordo de Paris sobre as alterações climáticas, à obsolescência da OTAN, ao abandono do Acordo G5+1 sobre o programa nuclear iraniano, à disponibilidade para encarar o nuclear como arma de emprego, à Palestina e Jerusalém, às obscuras ligações a Putin, à taxa sobre as importações de aço e alumínio dos seus aliados, ao "fogo e fúria" contra a Coreia do Norte, revelam um desprezo absoluto pelo "outro", e até pelos parceiros, pelas instituições, pelos compromissos assumidos, sem avaliar as consequências. Como se nada mais existisse para além do seu incomensurável ego.

Quando da invasão do Iraque e das funestas consequências que dela resultaram, o desvio estratégico não foi exatamente este, não foi o desprezo ou alienação do "outro". Foi um erro, também recorrente da arrogância imperial, mas de natureza diferente, uma deficiente e fraudulenta, mas intencional, avaliação do cenário geoestratégico que não correspondia à realidade nem ao que se anunciou.

O cenário de hoje, caótico e burlesco, poderia ser anedótico se não fosse dramaticamente perigoso. Trump acaba de remodelar pela enésima vez em um ano o seu Gabinete, chamando a funções da mais alta responsabilidade nas áreas da política externa e da segurança internacional, dois falcões, belicistas assumidos. Mike Pompeo e John Bolton fazem parte do núcleo duro que apoiou a invasão do Iraque e propõe um ataque ao Irão, apologista de ações preventivas incluindo com armas nucleares, que considera a ONU dispensável porque é um empecilho ao intervencionismo norte-americano, que justifica o recurso à tortura pela CIA, as eufemisticamente chamadas "técnicas de interrogatório agressivo", apesar de o próprio Senado as ter considerado ilegais, imorais e ineficazes (Relatório Feinstein) e de responsáveis da ONU as terem classificado como crime de guerra.

É desta equipa que a paz mundial vai estar dependente. E a pergunta que se impõe colocar é, como vão posicionar-se perante esta ameaça – porque é de uma ameaça real que se trata – os Estados membros do pilar europeu da OTAN? Como vão reagir se a OTAN for chamada a intervir, já não como instrumento da defesa coletiva e da liderança norte-americana no bloco ocidental que era a sua vocação original, já não como instrumento de resolução de conflitos e da liderança norte-americana à dimensão global como foi definido na Cimeira de Washington de 1999, mas como instrumento do intervencionismo belicista da administração norte-americana a nível mundial?

Fica a interrogação: é aceitável a OTAN como instrumento de uma administração liderada por Trump, Pompeo e Bolton?

Não posso, nem quero, encerrar este espaço sem uma referência ao falecimento de João Paulo Varela Gomes. Palavras breves porque, sobre ele, subscrevo o essencial do que já escreveram e disseram António Louçã e Manuel Begonha no momento próprio.

Varela Gomes, o meu "herói revolucionário" da luta contra a ditadura salazarista foi, penso, o único oficial português do Quadro Permanente verdadeiramente revolucionário dessa época. Já lhe chamei o Louis Blanqui português, porque como o revolucionário francês e precursor da Comuna de Paris foi incorruptível, de uma coragem física e moral sem falhas, de convicções inabaláveis. Indomável saía de cada desaire mais determinado. O seu caráter levou-o em Beja a ir até ao fim, arriscar a própria vida mesmo quando se apercebeu que o fracasso era inevitável, como bem salientou António Louçã, seu biógrafo justo e rigoroso.

Foi pela sua mão que entrei na conspiração militar ainda animada pelo vendaval Delgado. Dessa época e desse grupo de militares, vivos, creio que restam o seu cunhado João Bilstein de Sequeira, o Vasco da Costa Santos, o Amílcar Setas Domingues e eu próprio, além do Pedroso Marques e do Hipólito que com ele alinharam na tentativa de Beja. Penitencio-me se, involuntariamente, omiti alguém.

Recebeu o 25 de Abril com alegria, via concretizar-se a sua profecia quando da sua defesa no julgamento por Beja: *Que outros triunfem onde nós fomos vencidos*. Teria ação decisiva no 28 de Setembro, no 11 de Março, na dinamização cultural. Mas não durou muito a sua colaboração. Varela Gomes era acima de tudo um homem do contra-poder. Foi dos primeiros a anunciar que a contra-revolução estava em marcha e a conquistar terreno. Concordei nisso com ele, mas discordei quanto ao seu momento culminante, o 25 de Novembro para ele, o I Governo Constitucional para mim.

Nunca deixei de ter por ele uma enorme consideração, respeito e amizade. Homens como o Varela Gomes são raros. Considero um privilégio saber que ele também me incluía entre os seus amigos.

Continuará a acompanhar-me nos escassos anos de vida que me restam.

O REFERENCIAL

Propriedade da Associação 25 de Abril - Pessoa colectiva de utilidade pública (Declaração nº. 104/2002, DR II Série, n.º 9 de 18 de Abril)· Membro Honorário da Ordem da Liberdade |**Presidente da Direcção:** Vasco Lourenço|**Director:** Martins Guerreiro|**Conselho Editorial:** Amadeu Garcia dos Santos, André Freire, António Morais Sarmento Brotas, Carlos Manuel Serpa Matos Gomes, João Bosco Mota Amaral, João Ferreira do Amaral, José Barata-Moura, José Manuel Pureza, José Viriato Soromenho-Marques, Maria José Casa-Nova, Maria Manuela Cruzeiro, Pedro Pezarat Correia, Vasco Lourenço|**Editor:**José António Santos|**Fotografia:** A. Belo, Armando Isaac, José Maria Roumier, Nuno Augusto, Agência Lusa|**Desk:** António Belo |**Colaboradores:** Artur Custódio da Silva, David Martelo, João Magalhães, José Barbosa Pereira, José Fontão, Manuel Loff, Maria Manuela Cruzeiro, Nuno Santa Clara Gomes|**Sede nacional, Administração e Redacção:** Rua da Misericórdia, 95 - 1200-271 LISBOA - Telefone:. 213 241 420 - Endereço electrónico: *a25a.sec@25abril.org | www.25abril.org | www.guerracolonial.org* |**Delegação do Norte:**Escadas do Barredo, 120, r/c, esq.- 4050-092 PORTO - Telefone/fax: 222 031 197 - Endereço electrónico: *a25a.del-norte@25abril.org*\ **Delegação do Centro** Apartado 3041 - 3001-401 COIMBRA Endereço electrónico:*a25a.del-centro@25abril.org* \ **Delegação do Alentejo** Bairro da Esperança Edifício 2 – Bloco 3, loja r/c 7560-145 GRÂNDOLAEndereço electrónico: *a25a.del-alentejo@25abril.org* **Delegação do Canadá** Associação Cultural 25 de Abril (Toronto) - Núcleo Capitão Salgueiro Maia - 1117 Queen Street West Toronto, Ontario M6J 3P4 Canadá | **Edição gráfica**: atelier JMRibeirinho www.jm-designedicoes.com - Av. Infante Santo, 69 -10.º - 1350 - 177 Lisboa | **Impressão e acabamento**: NORPRINT

DELTA CAFÉS

O CAFÉ DA SUA VIDA ♥

PROVADO COM DISTINÇÃO.

Produzir um café de qualidade dá muito trabalho, mas também dá prémios. E a prova está aqui: a Delta voltou a ser distinguida com os prémios "Marca de Confiança" (16º ano consecutivo), "Escolha do Consumidor" (5º ano consecutivo) e "Prémio 5 Estrelas" (3º ano consecutivo). **Obrigado pela sua preferência e continue a saborear a vida na nossa companhia, com distinção.**

MARCA PREMIADA POR ESCOLHA CONSUMIDOR '17

votado pelos leitores MARCA DE CONFIANÇA 2017 Selecções do Reader's Digest

PRÉMIO CINCO ESTRELAS 2017

PUB

Montepio Proteção Futuro

Não vai acontecer. Mas, e se acontecer? Quem vai garantir o bem-estar dos seus filhos?

O tema não é fácil, mas a pergunta tem de ser feita: se lhe acontecer alguma fatalidade ou um infortúnio da vida o deixar incapacitado, quem vai garantir o futuro dos seus filhos? Como vai assegurar o seu bem-estar e todos os cuidados que necessita? Subscreva as modalidades mutualistas Proteção Outros Encargos ou Proteção Vida, da Associação Mutualista Montepio, e garanta já hoje que o futuro dos seus filhos não tem "ses".

Saiba mais em
montepio.org

Associação Mutualista
Montepio
Juntos por todos

Montepio Geral Associação Mutualista . IPSS. DGSS n.º 3/81 . NIPC 500 766 681
Sede: Rua Áurea, 219 a 241 . 1100-062 Lisboa